



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

MARIA DAS GRAÇAS SÁ LEONY

**INFORMAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE INTELIGÊNCIA NA
ÁREA FISCAL: ESTUDO DE CASO NA SEFAZ. BA**

Salvador/BA
2006

MARIA DAS GRAÇAS SÁ LEONY

**INFORMAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE INTELIGÊNCIA NA
ÁREA FISCAL: ESTUDO DE CASO NA SEFAZ. BA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal da Bahia como pré-requisito do Curso de Mestrado em Ciência da Informação, área de concentração em Informação e Conhecimento na Sociedade Contemporânea, do Programa de Pós-Graduação do Instituto Ciência da Informação - POSCI, para obtenção do título de Mestre.

Orientador: **Prof. Dr. Paulo Antonio de Freitas Balanco**

Salvador/BA
2006

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA DAS GRAÇAS SÁ LEONY

INFORMAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE INTELIGÊNCIA NA ÁREA FISCAL: ESTUDO DE CASO NA SEFAZ. BA

Dissertação aprovada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia – Instituto Ciência da Informação, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Paulo Antonio de Freitas Balanco - Orientador _____
Doutor em Economia pela UNICAMP
Prof. Faculdade de Economia, UFBA

Profa. Dra. Maria Tereza Navarro de Brito Matos _____
Doutora em Educação pela UFBA

Prof. Dr. Raimundo Santos Leal _____
Doutor em Administração pela UFBA
Prof. Escola de Administração, UFBA

Salvador
2006

L586. Leony, Maria das Graças Sá.

Informação como Instrumento de Inteligência na área Fiscal:
Estudo de Caso na SEFAZ.Ba./Maria das Graças Sá Leony.-
Salvador, 2006

164 f; il.col.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Antônio de Freitas Balanco
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia.
Instituto Ciência da Informação, 2006.

1.Informação.2. Inteligência Competitiva.3.Inteligência Fiscal.
4. ICMS – Fraude. 5. Padrão de Informação Fiscal. I. Título

CDU: 02:343.359.2

Dedico este trabalho a Pureza e Maria (in memoriam) pelo amor afeto incondicional e a Brisa, que acaricia a minha vida trazendo o frescor amoroso da alegria e renovação.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de registrar aqui os meus agradecimentos a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

Inicialmente, um agradecimento especial ao Professor Paulo Balanco, pela orientação serena e competente, e a todos os professores do Mestrado em Ciência da Informação, pelos conhecimentos compartilhados e necessários para a realização deste trabalho.

A todos os colegas da Inspetoria Fazendária de Investigação e Pesquisa da Secretaria da Fazenda e, em particular, à Inspetora Ligia Maria Matutino Bastos, pelo apoio e incentivo em todo o decorrer do mestrado e pelo exemplo e dedicação para a consolidação da inteligência fiscal na SEFAZ. Ba

Merece um registro especial Eurivaldo Raimundo Ribeiro dos Santos, por toda a ajuda nessa dissertação que, desde o início, vem compartilhando das angústias e descobertas, principalmente pela contribuição em todo o processo e pela extrema dedicação nas leituras e releituras dos estudos.

Quero ainda agradecer ao colega Marcos Cavalcante pela gentileza na extração dos dados e informações nos bancos de dados, sobretudo pela sua paciência e dedicação.

A Márcia Pedreira pela amizade fraterna que, no atribulado momento de escrever a sua tese, se dedicou à leitura desta dissertação e a oferecer sugestões.

Agradeço às pessoas que gentilmente me forneceram as informações e, de maneira especial, Frank Valois e Rogério Prates da equipe do DTI da SEFAZ. Ba responsável pelo sistema de DW.

Finalmente, aos meus filhos Jorge, Taianne e Milena e minha irmã Célia, que sempre ofereceram o apoio, incentivo e A motivação nos momentos de angústia e, sobretudo, pela troca de amor, carinho e compartilhamento nesta jornada.

“Sem a livre concorrência de pensamento não pode haver desenvolvimento científico (...) E sem a liberdade de pensamento não pode existir uma livre concorrência de pensamentos científicos”. Karl Popper

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1. Aplicação dos recursos decorrentes dos tributos..... | 37 |
| Figura 2. Sistemas de Informação organizacional..... | 42 |
| Figura 3. Transformação de dados em informação formatada..... | 52 |
| Figura 4. Dado, Informação, Conhecimento e Inteligência..... | 54 |
| Figura 5. Pirâmide de Agregação de Valor à Informação..... | 56 |
| Figura 6. Ciclo de Produção de Inteligência Competitiva..... | 59 |
| Figura 7. Pirâmide Informacional..... | 64 |
| Figura 8. Degrau de Construção de Inteligência..... | 65 |
| Figura 9. A elaboração de inteligência fiscal – uma metáfora..... | 70 |
| Figura 10. Ciclo de Produção da Inteligência Fiscal..... | 72 |
| Figura 11. Natureza dos Dados e Informações..... | 75 |
| Figura 12. Categoria, Produtos e Nível da Aplicação de Inteligência Fiscal..... | 80 |
| Figura 13. Agregação de Valor e Cultura de Informação..... | 81 |
| Figura 14. Bases de apoio para os Bancos de Dados e Sistemas de Informação..... | 86 |
| Figura 15. Área Fiscal - Portal Corporativo –SEFAZ.Ba..... | 88 |
| Figura 16. Ambiente de alimentação do portal corporativo - Área fiscal..... | 89 |
| Figura 17. Etapas de Desenvolvimento da Pesquisa..... | 104 |
| Figura 18. Sistemática de Produção da Inteligência Fiscal | 146 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro. 1. Correlação entre Inteligência Organizacional e Gestão de Conhecimento..... | 47 |
| Quadro. 2. Categoria, Tipo e produto de inteligência fiscal..... | 78 |
| Quadro 3. Dados e Informações para a Dimensão de Informações Cadastrais | 115 |
| Quadro 4. Dados e Informações para a Dimensão de Informações Econômico- fiscal | 118 |
| Quadro 5. Dados e Informações para a Dimensão de Informações Fiscal-contábil..... | 119 |
| Quadro 6. Dimensão Cadastral - Cruzamentos, Medidas e Nível de Aplicação..... | 121 |
| Quadro 7. Dimensão Econômico- Fiscal - Cruzamentos, Medidas e Nível de Aplicação..... | 122 |
| Quadro 8. Dimensão Fiscal-Contábil - Cruzamentos, Medidas e Nível de Aplicação..... | 123 |
| Quadro 9. Padrão de Informação Estratificada – Bloco A -Estrutura Cálculo..... | 124 |
| Quadro 10. Padrão de Informação Estratificada – Bloco B- Estrutura Cálculo..... | 125 |
| Quadro 11. Padrão de Informação Estratificada – Bloco C - Estrutura Cálculo..... | 126 |
| Quadro 12. Padrão de Informação Estratificada – Bloco D - Estrutura Cálculo..... | 127 |
| Quadro 13. Padrão de Informação de Fraude – Bloco A- Estrutura Cálculo..... | 128 |
| Quadro 14. Padrão de Informação de Fraude –Bloco B - Estrutura Cálculo..... | 129 |
| Quadro 15. Padrão de Informação de Fraude – Bloco C- Estrutura Cálculo..... | 130 |
| Quadro 16. Padrão de Informação Sinalizador – Bloco A - Estrutura de Cálculo..... | 131 |
| Quadro 17. Padrão de Informação Sinalizador - Bloco B- Estrutura Cálculo..... | 132 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|-----|
| Gráfico 1. Contribuintes do ICMS por setor econômico..... | 92 |
| Gráfico 2. Contribuintes do ICMS por Condição..... | 93 |
| Gráfico 3. Arrecadação do ICMS por Setor Econômico..... | 94 |
| Gráfico 4. Arrecadação – Porte dos estabelecimentos – 2005- (R\$mil)..... | 95 |
| Gráfico 5. Arrecadação Total do Setor Serviços e Segmentos -2005-2004(R\$mil) | 96 |
| Gráfico 6. Arrecadação Total do Setor Comércio e Segmentos -2005-2004(R\$mil)..... | 97 |
| Gráfico 7. Arrecadação – Indústria - Segmentos da Atividade Econômica- 2004 -2005..... | 100 |
| Gráfico 8. Arrecadação – Substituição tributária- 2004 -2005..... | 102 |
| Gráfico 9. Critérios de Avaliação dos Dados e Informações-Dimensão Cadastral..... | 116 |
| Gráfico 10. Critérios de Avaliação dos Dados e Informações-Dimensão Econômico-Fisco . | 118 |
| Gráfico 11. Critérios de Avaliação dos Dados e Informações-Dimensão Fiscal-Contábil..... | 119 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1. Arrecadação do ICMS - Região Fiscal- Valores e Participação -2004 e 2005..... | 90 |
| Tabela 2. Arrecadação do ICMS - Região Nordeste- Valores e Participação -2004 e 2005.... | 90 |
| Tabela 3. Tabela 3. Receitas Totais do Estado da Bahia - Valores -2004 e 2005 (R\$mil)..... | 91 |
| Tabela 4. Total de Contribuintes Ativos Bahia - 2005..... | 92 |
| Tabela 5. Estabelecimento por Setor -Segmento e Condição -2005..... | 93 |
| Tabela 6. Setor Serviços - Estabelecimento por Segmento e Subsegmento -2005..... | 95 |
| Tabela 7. Setor Serviço – Porte e Arrecadação – 2005 (R\$mil)..... | 96 |
| Tabela 8. Setor Comércio - Estabelecimento por Segmento e Subsegmento -2005..... | 97 |
| Tabela 9. Setor Comércio – Porte e Arrecadação – 2005 (R\$mil) | 98 |
| Tabela 10. Setor Indústria - Estabelecimento por Segmento e Subsegmento -2005..... | 99 |
| Tabela 11. Setor Indústria – Porte e Arrecadação – 2005 (R\$mil)..... | 100 |
| Tabela 12. Substituição Tributária – Estabelecimentos- Segmento e Subsegmento -2005.... | 101 |
| Tabela 13. Segmento de Petróleo – Receita Tributária Estadual - 2005 - (R\$mil) - %..... | 137 |
| Tabela 14. Petróleo - Atividade econômica- Receita e Participação- 2005 (R\$mil)..... | 137 |
| Tabela 15. Setor de Petróleo - Segmentos, Porte e Participação -2005- %..... | 138 |
| Tabela 16. Padrão de Informação Estratificada - Bloco A..... | 140 |
| Tabela 17. Padrão de Informação Estratificada - Bloco B..... | 141 |
| Tabela 18. Padrão de Informação Estratificada - Bloco C..... | 141 |
| Tabela 19. Padrão de Informação de Fraude - Bloco A..... | 143 |
| Tabela 20. Padrão de Informação de Fraude - Bloco B..... | 144 |
| Tabela 21. Padrão de Informação de Fraude - Bloco C..... | 144 |
| Tabela 22. Padrão de Informação Sinalizador - Bloco B..... | 145 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AI – Auto de Infração

Ativid – Atividade

ANP – Agência Nacional de Petróleo

Arb – arbitramento

BA – Bahia

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES – Banco Desenvolvimento Econômico Social

Cap. – capital

C/C – conta corrente

CFAMT – Cadastro Fiscal Automatizado de Mercadorias em Trânsito

CIAT – Centro Interamericano de Administrações Tributárias

COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social

CONFAZ – Conselho Nacional de Políticas Fazendária

COTEPE / ICMS – Comissão Técnica Permanente do ICMS

Cresc. Econ. – crescimento econômico

Cresc. ICMS – crescimento do ICMS

Dif. Aliq. – diferença de alíquota

Distrib combust – distribuidora de combustível

DSCAD – Cadastro de Contribuintes

DMA – Declaração e Apuração Mensal do ICMS

DME – Declaração do Movimento Econômico de Microempresa

Empr – empresa

EI – estoque inicial

EF – estoque final

Escr. – escrita

Estab – estabelecimento

EPP – empresa de pequeno porte

Export – exportação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário

IEF – Informações Econômico Fiscais

Import. – importação

INFAZ – Inspetoria Fazendária
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
JUCEB – Junta Comercial do Estado da Bahia
MDICE – Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio
ME – Microempresa
Me – Média Aritmética
MP – Ministério Público
MVA – Margem Valor Agregado
NO – Normal
OE – Outro Estado
Petro – petróleo
Petrobrás – Petróleo Brasileiro
PF – Pessoa Física
PIB – Produto Interno Bruto
PJ – Pessoa Jurídica
PGE – Procuradoria Geral do Estado
PGM – Planejamento e Gerenciamento de Mercado
PET-BAHIA – Programa de Educação Tributária do Estado da Bahia
Prev. – prevista
Ref quan – referência quantificável
RICMS – Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações
SCAM – Sistemas de Controle de Arquivos Magnéticos
SEAI – Sistema de Emissão de Auto de Infração
SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
Segm – segmento
SEPLAN. BA – Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia
SECEX – Secretaria de Comércio Exterior
SICRED – Sistema de Controle do Crédito Tributário
SRF – Secretaria da Receita Federal
Subseg – subsegmento
SIT – Sistema Informação Tributária
UF – Unidade da Federação

RESUMO

Este trabalho se propôs elaborar padrões de informação, baseados na análise dos registros existentes nos bancos de dados e sistemas de informação da área de fiscalização da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia - SEFAZ.Ba e em fontes externas, para produção de inteligência fiscal que viabilizem a descoberta de indícios, evidências, ou pelo menos, suspeita de fraude fiscal. Essa inteligência pode contribuir para uma maior eficiência das unidades de fiscalização, na recuperação de receitas, bem como para minimizar o tempo de permanência de empresas que se constituem ou estão utilizando procedimentos fraudulentos para a sonegação de impostos. A informação estratégica e o conhecimento são recursos fundamentais que compõem um conjunto coeso de ações, com base em procedimentos de uso, geração, criação, captação e disseminação da informação e conhecimento nas organizações, com isso, despertando o interesse, promovendo melhorias dos processos e convencendo pela agregação de valor aos resultados, criando o ambiente propício para o desenvolvimento de uma cultura de informação. O uso estratégico da informação vem se constituindo nos tempos atuais no instrumento que a Administração Fazendária adota no ambiente de complexidade, que envolve os mecanismos da sonegação fiscal, para oferecer respostas em tempo mais real às exigências da sociedade, no que diz respeito ao papel do Governo no combate aos mecanismos de evasão de recursos públicos. Enquadra-se como pesquisa exploratória e utilizou-se das pesquisas documental, bibliográfica e de estudo de caso para responder ao problema: *É possível extrair dos bancos de dados e sistemas da área fiscal da SEFAZ. Ba. dados e informações, a estes agregando os registros existentes em fontes externas, na perspectiva da Inteligência Competitiva, para construir padrões de informação que possibilitem a produção de Inteligência Fiscal?* Partiu-se dos dados internos para agrupá-los em dimensões de informação e estabelecer os cruzamentos, agregando dados externos, que permitiram construir medidas baseadas em índices, indicadores, parâmetros e referências, que são utilizados para compor os padrões de informação. A aplicação dos padrões no caso prático demonstrou a sua viabilidade e apontou evidências, suspeitas e indícios de fraudes que vão subsidiar a elaboração de produtos de inteligência, a despeito das limitações apresentadas. Esta é uma das formas de contribuir para a construção de uma sistemática de análise de dados e informações na produção de inteligência fiscal, possível de ser utilizada pelas unidades de inteligência das administrações fazendárias.

Palavras-chave: Informação; Inteligência Competitiva; Inteligência Fiscal; Padrão de Informação Fiscal; ICMS – Fraudes.

ABSTRACT

This work has proposed to elaborate informational patterns based on the analysis of the registration existed on the data basis and system of information on the area of supervision of the “Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Secretariat of The Treasury Department in The State of Bahia) – SEFAZ.” BA. And in external sources to produce Fiscal Intelligence that will provide the discovery of clues, evidence, or, at least, suspect of Fiscal Fraud. This intelligence may contribute to a better efficiency of the units of inspection, on the restoration of incomes, such as to minimize the companies’ permanence period that are constituted or are operated based on fraudulent procedures to the taxes delinquency. Strategic information and knowledge are a fundamental source within an aggregate and coherent group of actions based on procedures of usage, generation, creation, capitation and dissemination of the information and knowledge in the organizations, then, provoking interest on that, providing advances on the process and convincing by an aggregate value to the results, providing a propitious circumstance to the development of an informational culture. The strategic usage of information is being constituted nowadays on the instrument that the Administration of the Treasury Department has been adopting on a complexity way that involves the mechanism of delinquency of debts, to offer answers in a more concrete time for the society needs regarding the government to fight against the evasion mechanisms of Public Sources. This is based on an exploratory research and used Documental, Bibliographic and Studies of Cases Researches answer the problem of the research: Is it possible to get from the data basis and System of the fiscal area of SEFAZ. BA. Sources and information to them aggregating the files existed on external sources, on the perspective of Competitive Intelligence, to build patterns of information to make possible the production of Fiscal Intelligence? It was based on internal data to put them into dimensions of information and make the necessary intersection, aggregating external data in order to construct extents based on rates, indicants, parameters and reference used to constitute the patterns of information. The application of the patterns on the practical case demonstrated its viability and showed evidences, suspects and indices of frauds that subsidize the elaboration of products of intelligence, to the restrictions showed, contributing to the construction of an analysis system of data and information to the production of Fiscal intelligence, possible to be used by the units of intelligence of the administrations of the Treasury Department.

Key-words: Information, Competitive Intelligence, Fiscal Intelligence, Fiscal Information Pattern, ICMS-Fraud.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| RESUMO | 15 |
| ABSTRACT | 16 |
| 1 INTRODUÇÃO | 17 |
| 1.1 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO TEMA..... | 18 |
| 1.2 OBJETIVOS, PROBLEMA E HIPÓTESES DA PESQUISA..... | 20 |
| 1.3 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA E DEFINIÇÃO DOS TERMOS..... | 24 |
| 1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO..... | 26 |
| 2 O ESTADO E A NOVA ORDEM ECONÔMICA | 28 |
| 2.1 O ESTADO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO..... | 28 |
| 2.2 AS TECNOLOGIAS E AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS..... | 31 |
| 2.3 PAPEL E FUNÇÃO SOCIAL DO IMPOSTO NOS GOVERNOS ESTADUAIS..... | 34 |
| 3 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES | 40 |
| 3.1 O PAPEL DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO..... | 40 |
| 3.2 NOVOS CONTEXTOS DOS SISTEMAS ORGANIZACIONAIS..... | 45 |
| 4 INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA | 49 |
| 4.1 USO ESTRATÉGICO DA INFORMAÇÃO..... | 49 |
| 4.2 INTELIGÊNCIA COMPETITIVA..... | 56 |
| 5 INTELIGÊNCIA FISCAL - UM NOVO CENÁRIO | 62 |
| 5.1 INTELIGÊNCIA FISCAL: O ESCOPO DE AÇÃO..... | 62 |
| 5.2 CICLO DE PRODUÇÃO DA INTELIGÊNCIA FISCAL..... | 72 |
| 5.3 FONTES E TÉCNICAS DA INTELIGÊNCIA FISCAL..... | 75 |
| 5.4 CATEGORIAS, TIPO E PRODUTOS DA INTELIGÊNCIA FISCAL..... | 78 |
| 5.5 A INTELIGÊNCIA FISCAL NA INTELIGÊNCIA ORGANIZACIONAL..... | 81 |

| | | |
|-----------|--|-----|
| 6 | INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DO SISTEMA FAZENDÁRIO | 85 |
| 6.1 | O AMBIENTE ORGANIZACIONAL | 85 |
| 6.2 | VISÃO GERAL QUANTITATIVA DO ICMS NA SEFAZ.BA | 90 |
| 7 | METODOLOGIA DA PESQUISA | 103 |
| 7.1 | ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA | 104 |
| 7.1.1 | Construção do referencial teórico | 105 |
| 7.1.2 | Seleção e análise dos bancos de dados | 105 |
| 7.1.3 | Definição do estudo de caso | 107 |
| 7.1.4 | Cruzamentos de Dados e Aplicação de Medidas | 107 |
| 7.1.5 | Levantamento de Informações Externas | 109 |
| 7.1.6 | Padrões de Informação da Inteligência Fiscal | 110 |
| 7.2 | LIMITAÇÕES DA PESQUISA | 113 |
| 8 | A INFORMAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE INTELIGÊNCIA FISCAL | 114 |
| 8.1 | SELEÇÃO E ANÁLISE DA INFORMAÇÃO FISCAL | 114 |
| 8.2 | CONSTRUÇÃO DE MEDIDAS E PADRÕES DE INFORMAÇÃO | 120 |
| 9 | PADRÃO DE INFORMAÇÃO FISCAL: DISTRIBUIDORAS DE COMBUSTÍVEIS | 134 |
| 9.1 | CONFIGURANDO O SEGMENTO DAS DISTRIBUIDORAS DE COMBUSTÍVEIS | 134 |
| 9.2 | APLICANDO OS PADRÕES DE INFORMAÇÃO | 138 |
| 10 | CONCLUSÕES | 148 |
| | REFERÊNCIAS | 153 |
| | ANEXOS | 160 |

1 INTRODUÇÃO

“Sabemos hoje que não existe saber verdadeiro senão aquele que põe em questão a sua própria validade”. Cornelius Castoriadis

Este trabalho tem como proposta elaborar padrões de informação, baseados na análise dos registros dos bancos de dados e sistemas de informação da área de fiscalização da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ.Ba) e os existentes em fontes externas, que viabilizem a descoberta de indícios, evidências ou, pelo menos, suspeita de fraude fiscal, para a produção de inteligência fiscal.

Aliando a inteligência competitiva ao círculo espiral dos níveis informativos abordado por Urdaneta (1992); Davenport e Prusak, (1998); Polloni (2000); Tarapanoff (2001); Gomes e Braga (2001); Miller (2002); Lesca (2003), procura-se transformar informações fiscais em inteligência, como recurso estratégico para os processos de tomada de decisão no sistema fazendário, mais especificamente, das unidades de inteligência fiscal.

Essa inteligência pode contribuir para uma maior eficiência e efetividade, na recuperação de receitas, bem como minimizar o tempo de permanência de empresas que se constituem ou estão operando com base em procedimentos fraudulentos para a sonegação de impostos.

O estudo do fenômeno da informação representa a oportunidade de a Administração Tributária oferecer respostas em tempo mais real às exigências da sociedade, no que diz respeito ao papel do Governo, no combate aos mecanismos de evasão de recursos públicos.

Qualquer ação de inteligência, seja ela de natureza pública ou de natureza privada, opera com base em informações, monitorando permanentemente o seu fluxo interno e externo, dentro da perspectiva dos processos informacionais de agregação de valor, que apresentam a distinção funcional dos conceitos de dados, informação, conhecimento e inteligência e mostram o ciclo de transformação até a inteligência.

O mapeamento das informações e o desenvolvimento de estudos analíticos e comparativos dos dados e informações, internos e externos, possibilitam a identificação de padrões de

informações com subsídios para que a fiscalização e as unidades inteligência fiscal possam atuar no combate a focos de sonegação de impostos.

As aplicações dos padrões, no caso prático, demonstram a sua viabilidade e apontaram evidências, suspeitas e indícios de fraudes que subsidiam a elaboração de produtos de inteligência, a despeito das limitações apresentadas, contribuindo para a construção de uma sistemática de análise de dados e informações para a produção de inteligência fiscal, possível de ser utilizada pelas unidades de inteligência das administrações fazendárias.

Assim esta pesquisa oferece uma ferramenta importante para atuação nesta realidade e permite o oferecimento de um modelo para a construção de um novo protótipo de atuação no combate às fraudes fiscais também oferecendo, às administrações fazendárias, uma visão panorâmica da natureza das informações registradas nos bancos de dados da área fiscal.

1.1 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO TEMA

Cada vez mais se discute o papel dos governos na atual estrutura política, econômica e social que vem sendo moldada pelo avanço do capitalismo no mundo. Entre os fatores utilizados para a sua implementação, um dos mais discutidos e destacados tem sido o papel da informação, a ponto de falar-se que estamos vivendo na “era da informação” e em uma “sociedade de informação”.

As mudanças advindas das novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs), impulsionadas pelo acelerado desenvolvimento da informática e telecomunicação, vêm provocando uma alteração substancial na relação econômica e fiscal em todas as nações. Essas mudanças exigem que as administrações fazendárias dos estados passem a ter um melhor conhecimento do ambiente externo, bem como utilizem instrumentos para uma análise direcionada dos dados gerados nos seus sistemas de informação, de modo a acompanhar o surgimento das novas formas de associação de empresas, dedicadas à prática de ilícitos tributários.

O desenvolvimento de estudos da informação, dentro do ambiente corporativo fiscal, poderá ser um poderoso aliado do Governo para a promoção da justiça social. A análise das informações, sua transformação em informações estratégicas, inteligência, poderá auxiliar as

empresas em termos de uma concorrência mais justa de mercado, advinda do combate à sonegação fiscal.

A complexidade que envolve os mecanismos de sonegação fiscal, principalmente nos tempos atuais, exige que o sistema fazendário desenvolva novos instrumentos de combate às fraudes fiscais, de modo a acompanhar a sua dinâmica. Neste contexto, o uso estratégico da informação dos seus bancos de dados, torna-se fundamental para a identificação e a extração de padrões de informações que auxiliem a construção de produtos de inteligência.

Apesar de a SEFAZ.Ba utilizar ferramentas para a extração de dados e análise de informações dos seus bancos e sistemas que apóiam o planejamento fiscal, a identificação de fraudes fiscais tem sido feita nos trabalhos de fiscalização e auditorias fiscais realizados pelos prepostos fiscais ou através da apuração de denúncias de sonegação. Quando essas denúncias são formuladas, o montante de evasão de recursos é tamanho que, na maioria de vezes, inviabiliza uma satisfatória recuperação das receitas; isso quando a empresa, ainda encontra-se em funcionamento.

Atualmente existe uma carência de sistemática e procedimentos, principalmente, no tocante a estudos e pesquisa da informação para atuação das unidades de inteligência que vem sendo estruturadas nas Administrações Fazendárias¹ e, na bibliografia estudada, não foram encontrados trabalhos acadêmicos com o enfoque dessa pesquisa.

A dinamicidade da constituição e descoberta de novos mecanismos para a prática de fraudes é um desafio para o fisco, no que tange a desenvolver estudos e procedimentos técnicos que permitam acompanhar e monitorar essas práticas, num tempo mais real, ou reduzir o tempo de sua permanência.

O Documento distribuído pelo Centro Interamericano de Administrações Tributárias (CIAT)², aponta a necessidade de que as administrações fazendárias implantem unidades de inteligência e desenvolvam estudos, visando fortalecer as ações de combate à evasão de

¹ Essa atividade vem sendo implantada nas secretarias de fazenda desde 1995. O estado de São Paulo apresentou a proposta *Lineamentos para um projeto conceitual de criação do serviço de inteligência fiscal* (1997), elaborado pelo Auditor Fiscal Antonio Carlos Moura Campos, que esboça alguns fundamentos dessa área de fiscalização de tributos, procurando detalhar um modelo operacional de serviço de inteligência, no tocante a sua estrutura e funcionamento. Experiência similar é realizada no estado da Bahia com a elaboração de um *Roteiro Básico de Investigação Fiscal* (2002), elaborado pelo Auditor Fiscal Eurivaldo Raimundo Ribeiro Santos que delinea procedimentos para análise de informações, auxiliando a identificação de fraudes fiscais.

² CIAT - Entidade que reúne periodicamente os países das Américas e Europa para compartilhar experiências na busca da modernização das administrações tributárias. Foi elaborado pelo Grupo Técnico composto pelos países - Brasil (coordenação técnica), Canadá, Chile, Colômbia, Estados Unidos da América, França, Países Baixos.

recursos tributários, devendo:

dotar as administrações tributárias de unidades altamente especializadas para a investigação e detecção de ilícitos tributários conexos a condutas criminais, que operem em estreita relação com outros órgãos especializados de combate ao crime e que sejam capazes de desenvolver novas ferramentas e conhecimentos que sirvam de apoio à fiscalização como um todo: as unidades de Inteligência Fiscal. Essas unidades estariam focadas principalmente nas investigações de fraudes tributárias e aduaneiras sofisticadas, que envolvem importantes somas de dinheiro, e praticadas por grupos organizados, com os objetivos de constituir, quando possível, as provas necessárias no âmbito administrativo e para a responsabilização penal dos infratores, assim como de produzir informações que permitam uma fiscalização mais efetiva (CIAT, 2006, p.5).

Nesta perspectiva, o uso da inteligência se insere na visão estratégica, de estrutura de informação e conhecimento que, contextualizada, permite a intervenção na realidade estudada, o que representa para a Administração Tributária a possibilidade de transformar as informações em recurso, trazendo mais efetividade para as suas ações.

Situado o tema, que envolve uma proposição mais abrangente, cabe então formular o problema, levantar hipóteses, definir objetivos para, posteriormente, definir um “quadro de referência” com vistas a delimitar a problemática e ajustá-la à pesquisa (LAVILLE, 1999, p.95).

1.2 OBJETIVOS, PROBLEMA E HIPÓTESES DA PESQUISA.

O objetivo geral é elaborar padrões de informação que viabilizem a descoberta de indícios, evidências ou, pelo menos, suspeitas da ocorrência de fraudes fiscais, baseados na análise dos registros internos e das fontes externas, para produzir inteligência fiscal.

Para atender a este objetivo geral foram definidos objetivos específicos com o intuito de estabelecer a linha de condução da pesquisa. Nesse sentido, determinou-se por:

- avaliar os registros dos bancos e sistemas de informação para identificar aqueles que poderiam compor as dimensões de informação;

- elaborar medidas de análise composta de índices, indicadores, parâmetros e referências, contemplando a necessidade de agregação de dados e informações em fontes externas;
- construir os padrões de informação que apontem as evidências, suspeitas ou indícios de fraudes fiscais;
- demonstrar a aplicação dos padrões em um caso prático.

Segundo Lakatos (1989), Laville (1999), Rudio (2004), Michel (2005), toda pesquisa científica tem início com a formulação de um problema e tem por objetivo buscar a solução do mesmo. Asti Vera (1974, apud RUDIO, 2004, p.87) refere como “uma dificuldade, ainda sem solução, que é mister determinar com precisão para intentar, em seguida, seu exame, avaliação, crítica e solução”.

Um sistema de informação adequado, somente é possível a partir de um modelo compreensivo da própria organização, de seus processos e de suas relações com o contexto. Na maioria dos casos, os sistemas são fragmentários, parciais, iluminam quase em excesso certos segmentos de realidade e deixam totalmente às escuras outras (DAVENPORT e PRUSAK, 1998).

Para McGee e Prusak (1994, p.130), o que vem ocorrendo nas organizações é da seguinte forma:

os resultados das modelagens detalhadas de dados, que muitas vezes ficam aquém de seus objetivos[...] por pressupor que a maioria, ou até mesmo todas, das informações essenciais numa organização estão formatadas para ser lidas por computador[...] proliferando sistemas automatizados de informação, para atender necessidades específicas, criando uma colcha de retalhos formada de bancos de dados, inconsistentes e redundantes, centrados nas necessidades imediatas de uma função ou processo específico, sem levar em consideração as outras funções ou processos.

Sistemas e serviços de informação correspondem ao que se pode chamar de inteligência organizacional, onde se procura aplicar a tecnologia da informação como ferramenta gerencial que, utilizada na análise de dados, permite a produção de informações efetivamente úteis ao cumprimento dos objetivos da organização.

Na sociedade atual, fortemente influenciada pelas tecnologias de informação e comunicação, a tecnologia da informação viabiliza a identificação de fontes de dados, sua captura ou coleta e o processamento que os converterá em informações capazes de propiciar decisões e

aproveitamento de oportunidades e de adaptação aos novos contextos de atuação organizacional.

Deste modo, as organizações, para a realização das atividades, necessitam de informações internas e externas que permitam o conhecimento de variáveis que auxiliem na construção de padrões de informações para o planejamento de suas ações.

O desafio desta pesquisa então está em identificar esses padrões de informação, utilizando-se de indicadores e índices de medidas para a obtenção de subsídios, evidências e indícios de fraudes nos bancos de dados das secretarias de fazenda e melhor contextualizá-las com fontes externas.

Quando da estruturação dos bancos de dados, as secretarias da fazenda definiram modelagem de informações voltadas para atender basicamente ao sistema de fiscalização, pois no período da sua concepção e implantação, as atividades de inteligência ainda não existiam. Contudo vêm investindo na melhoria dos bancos de dados fiscais e ampliando sistemas de informação para auxiliar o seu corpo funcional no processo de fiscalização da empresas, bem como adotando novas estratégias para a identificação de procedimentos de fraudes fiscais.

Na busca por adequar-se à nova realidade, compatível com o dinamismo da economia e com as de modernidade, estão sendo implantadas unidades de Inteligência Fiscal, inseridas na visão e modelo de inteligência organizacional.

Atualmente a ação de inteligência fiscal encontra-se em fase embrionária e de implantação, nas maiorias das secretarias de Fazenda e, nos estados em que foram criadas, estão em busca de sua legitimação, uma vez que os procedimentos de inteligência representam uma mudança no processo de fiscalização.

Diante deste contexto, realizar a pesquisa nos bancos de dados fiscais para analisar a possibilidade de produção de inteligência ganha importância para essas unidades de fiscalização fazendária, que desenvolvem atividades voltadas para a identificação e formalização das fraudes fiscais.

Feitas essas considerações, pode-se apresentar a formulação do problema da pesquisa. Segundo Laville (1999, p.87) “um problema de pesquisa é um problema que se pode resolver com conhecimentos e dados já disponíveis ou com aqueles factíveis de serem produzidos”.

Estabelecido o assunto da pesquisa como aquele referente à identificação de padrões de

informação para a elaboração de produtos de inteligência, e o tema da informação como instrumento de inteligência na área fiscal, observa-se os seguintes problemas:

É possível extrair dos bancos de dados e sistemas da área fiscal da SEFAZ. Ba. dados e informações, a estes agregando os registros existentes em fontes externas, na perspectiva da Inteligência Competitiva, para construir padrões de informação que possibilitem a produção de Inteligência Fiscal?

A etapa seguinte apresenta as suposições sobre a solução do problema, ao se enunciar as hipóteses da pesquisa. Para Laville (1999, p.124) o procedimento hipotético-dedutivo “é o papel central da hipótese [...] na pesquisa em ciências humanas”. Para Michel (2005, p.64) as hipóteses representam “suposição verossímil de conhecimento da resposta ao problema formulado, a ser comprovada ou denegada após a realização da pesquisa”.

Assim, pressupõe-se que os processos de remodelagem implementados nos bancos de dados, decorrentes do processo de modernização da secretaria da fazenda, nos últimos anos, têm contemplado os registros de dados com os elementos-chave da pesquisa, ao adotar os critérios fundamentais relacionados com o objeto de estudo. A partir desta percepção, pode-se estabelecer três hipóteses, para responder ao problema da pesquisa:

- a) as estruturas dos bancos de dados contêm registros que possibilitam extrair padrões de informação que sinalizem suspeitas, evidências ou indícios de fraudes fiscais;
- b) os dados e informações decorrentes das auditorias fiscais contábeis, que são produzidas pela fiscalização e os exigidos das empresas pela legislação fiscal, contemplam informações capazes de apoiar o processo de elaboração dos produtos de inteligência fiscal;
- c) uso de fontes externas à inteligência fiscal pode ser utilizado, uma vez que a adoção da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – Fiscal (CNAE)³ é amplamente utilizada pelos órgãos que lidam com esse tipo de dado e informação.

³ Classificação Nacional de Atividades Econômico-Fiscal (vide anexo 3 do Regulamento do ICMS-Bahia).

1.3 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA E DEFINIÇÃO DOS TERMOS.

Com base no problema, é apresentada a delimitação dos vários aspectos ou elementos que o envolve, de modo a evidenciar o alcance do estudo, como se segue:

- a organização analisada;
- a especificidade do objeto de pesquisa;
- a abrangência dos componentes para a elaboração dos produtos de inteligência;
- as fontes de dados;
- a finalidade das informações estratégicas;
- a especificidade das medidas de análise;
- a aplicabilidade da sistemática.

Com relação ao primeiro aspecto do problema, os dados e informações são provenientes dos bancos de dados da SEFAZ Ba., que armazenam os registros das áreas de Cadastro, Informações Econômico-fiscais e de Crédito Tributário, e dos sistemas de informações que contêm elementos decorrentes das atividades de fiscalização.

A análise desses registros visa responder inicialmente o problema, quanto à qualidade e ao tipo de dados e informações que os bancos guardam, para extrair aqueles que possam apoiar a construção dos padrões de informação.

Os padrões são baseados em indicadores, índices, parâmetros e referências⁴, medidas que vão apontar indicações de possíveis irregularidades ou fraudes, para serem aprofundadas seja pela fiscalização ou pela unidade de inteligência. Nesse sentido, estas medidas estão pautadas nos aspectos econômicos, financeiros e fiscais das empresas, construídas para que possam ser aplicadas para a análise do estabelecimento, empresa, ramo, segmento, subsegmento e setor de atividade econômica.

⁴ Conceitos baseados em Gouzee et all (1995): Referências – dados ou informações que representam algo que pode complementar um conhecimento a ser produzido, servindo de base ou relacional, podendo ser quantificáveis ou não-quantificáveis.

Parâmetro – corresponde a uma grandeza que pode ser medida ou avaliada qualitativamente/quantitativamente;
Indicador – medidas selecionadas e consideradas isoladamente ou combinadas entre si, sendo de especial pertinência para refletir determinadas condições dos sistemas de análise, geralmente utilizando-se médias aritméticas, percentis, medianas, entre outros.

A construção das medidas é feita a partir do levantamento de aspectos considerados relevantes para o diagnóstico das empresas, com características próprias e especificidade voltada para o objeto da pesquisa, ou seja, identificar dados que permitam conduzir às evidências ou indícios de fraudes.

Um outro elemento do problema é a utilização dos procedimentos da inteligência competitiva, principalmente da coleta de dados em fontes externas, que se relaciona aos padrões de informação construídos e limitados na classificação estabelecida para as atividades econômicas nos órgãos pesquisados.

Esse aspecto está relacionado ao estudo de caso apresentado, que foi escolhido de modo a permitir o uso das fontes internas e externas, definindo-se a atividade econômica 5151-9/01- Comércio Atacadista de Álcool Carburante, Gasolina e demais derivados de Petróleo Exceto Transportador Retalhista (TRR) e Lubrificante, para a demonstração da sistemática de análise da informação para a produção de inteligência fiscal.

Para melhor entendimento dos termos utilizados na formulação do problema, das hipóteses e objetivos desta pesquisa foram adotadas as definições abaixo:

- a) informações – conjunto de dados estruturados e potencialmente significativos; a informação é vista como uma mescla de dados que pode ser mais ou menos significativa, na medida em que influi no curso da ação posterior, ao tempo em que pode ser mais ou menos completa para o aporte de novos conhecimentos, ou seja, resolver determinados problemas;
- b) sistemas de Informação Fiscal – sistemas informacionais que registram e armazenam dados e informações relativos às empresas. Essas informações são fornecidas pelos contribuintes como obrigação fiscal e decorrentes do trabalho de auditoria fiscal realizado pela fiscalização;
- c) fraudes fiscais – toda ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, ou a excluir ou modificar as suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto devido, ou a evitar ou diferir o seu pagamento (BRASIL, Lei n.º 4.502/64, art. 72);

- d) padrões de informação – conjunto de índices, indicadores, parâmetro e referência que revele indícios de fraudes fiscais nos setores, segmentos e atividade econômica, empresas e estabelecimentos;
- e) indícios – Considera-se indício a circunstância conhecida e provada, que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias (BRASIL, Código Penal - Decreto-lei 2.848/40, artigo 239);
- f) suspeita – alguns dados, informações primárias ou fatos que, a princípio, geram desconfiança quanto ao resultado esperado;
- g) evidências – constatação de que um resultado diverge de um padrão esperado;
- h) auditorias fiscais contábeis – técnica de verificação calcada em princípios gerais e que alcança tanto os registros fiscais quanto a escrita contábil, inclusive os documentos que os embasam;
- i) legislação fiscal – arcabouço legal, que vai desde a Constituição Federal até as portarias emanadas do Secretário da Fazenda e as Instruções Normativas, voltado para disciplinar a instituição, fiscalização e cobrança dos tributos.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho está estruturado em dois blocos, de modo a demonstrar o desenvolvimento lógico em que se apoiou a pesquisa.

O primeiro aborda o percurso do conhecimento necessário para um embasamento nas proposições de autores estudados, que contempla a base teórica abordada nos capítulos 2 a 5. Logicamente, os conceitos apresentados não têm a pretensão de aprofundamento nos temas, mas de oferecer uma abordagem panorâmica dos fatores considerados fundamentais para o objetivo do estudo.

Nesta perspectiva, o capítulo 2 oferece uma visão global do Estado frente à nova ordem econômica, advinda da chamada sociedade da informação, e o papel e a função social do

ICMS no contexto dos governos estaduais.

O capítulo 3 destaca a importância das novas tecnologias de informação e comunicação e dos sistemas de informações nas organizações.

O capítulo 4 introduz os conceitos de informação e de inteligência competitiva como pano de fundo da inteligência fiscal.

O capítulo 5 representa o esforço de construir um escopo da ação da inteligência fiscal na visão da inteligência organizacional, tentando situar o seu uso e procedimentos no contexto da administração fazendária.

O segundo bloco situa o ICMS no contexto do sistema fazendário, descreve a metodologia, apresenta os resultados obtidos e o estudo de caso aplicado na pesquisa.

Inicia-se com o capítulo 6, que contém uma análise do ambiente organizacional, aborda aspectos que interferem na aplicação da proposta dos padrões, e proporciona uma leitura quantitativa geral dos registros existentes nos bancos de dados e sistemas de informação SEFAZ. BA.

No capítulo 7, constam os métodos de abordagem e de procedimentos utilizados no trabalho e o delineamento das etapas de desenvolvimento da pesquisa.

O capítulo 8 contempla os resultados obtidos com a análise da informação fiscal e a construção das dimensões, medidas e padrões de informação.

No capítulo 9, os padrões são aplicados e os resultados obtidos em um caso prático, chegando-se aos indícios, suspeitas ou evidências da ocorrência de fraudes, para subsidiar a sistemática de produção da inteligência fiscal.

Para finalizar, são feitas algumas considerações sobre o tema e correlações dos resultados com os objetivos propostos, condensando-os frente às hipóteses de trabalho e levanta-se alguns questionamentos e sugestões advindos do processamento da pesquisa, bem como se relaciona as referências que subsidiaram a elaboração da dissertação.

2 O ESTADO E A NOVA ORDEM ECONÔMICA

“Nenhuma nação se afirma fora dessa louca paixão pelo conhecimento, sem que se aventure, plena de emoção, na reinvenção constante de si mesma, sem que se arrisque criadoramente” Paulo Freire.

Este capítulo apresenta a forte influência da informação nas ações do Estado e nas transformações no mundo econômico, para destacar a importância do imposto como instrumento viabilizador das políticas dos governos.

Essa abordagem é fundamental para introduzir o tema de pesquisa, pois mostra a acuidade deste estudo dentro da nova fase, na qual as sociedades são impactadas pelo poder do uso da informação, e os governos e os órgãos fazendários, por conseguinte, têm que investir, cada vez mais, no fortalecimento de uma cultura informacional.

Destarte, inicia-se esta análise com uma visão do Estado na sociedade da informação; mostra os impactos que as tecnologias nas mudanças econômicas vêm provocando na estrutura das empresas, para situar a função e papel social do imposto como fonte de recursos à manutenção dos governos.

2.1 O ESTADO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Para Kohama (1989, apud PLATT, p.36), o Estado, como organização do poder político da comunidade, “é organizado com a finalidade de harmonizar sua atividade, de modo a promover e satisfazer a prosperidade pública, ou seja, o bem-comum”. Para tanto, pressupõe-se a existência de um contexto que, para Silva (1996, apud PLATT, p.37), “deve ser estudado como um sistema de funções que disciplinam e ordenam os meios para atingir determinados objetivos e com um conjunto de órgãos destinados a exercer estas funções”.

A realização das atividades do Estado imprime a necessidade da existência de uma estrutura administrativa, conhecida como administração pública que, dentre as suas finalidades, está a obtenção de receitas e a realização de seus serviços, visando à satisfação das demandas da coletividade.

O elemento mencionado para a obtenção de receitas dos estados, diferentemente das receitas das entidades privadas, pode originar-se sem uma contraprestação direta, como no caso de impostos, taxas e contribuições de melhoria, salvo exceções previstas legalmente, que para Silva (1996, apud PLATT, p. 49) está inserido na classificação da receita pública, por ele classificada em Derivada ou de Economia Pública: “proveniente do exercício da competência ou poder de tributar os rendimentos ou o patrimônio da coletividade. É caracterizada pelo constrangimento legal para sua arrecadação”.

As mudanças no modelo e papel do Estado, acentuadamente após o fim da “Guerra Fria”, são incentivadas em todas as nações do mundo e estão estreitamente relacionadas à reestruturação do capitalismo e às novas tecnologias de informação e comunicação, gerando transformações técnicas, organizacionais e administrativas em todos os segmentos da sociedade. Tais modificações ao mesmo tempo ocasionam o surgimento, da denominada “Sociedade de Informação ou do Conhecimento” (CASTELLS, 1999).

Para Fagundes (2003, p.1), “as relações econômicas são reguladas pelo mercado num mundo sem fronteiras, de reestruturação tecnológica, que afeta tanto as formas de produção, organização e gestão empresarial quanto à própria natureza do Estado e a sua função enquanto instituição reguladora e promotora do bem estar social e econômica”.

As grandes nações identificam a questão da informação como fator estratégico, onde esse tema é tratado em diversos organismos internacionais, como instrumental para alavancar o desenvolvimento, a democracia e o bem-estar social. Reforçando esses discursos, Castells (1999), McGee e Prusak (1994), Davenport e Prusak (1998), entre outros, abordam as vantagens e os benefícios da informação em diversas áreas, ao associarem o fenômeno informacional como a atividade-chave da economia e o suporte imprescindível para o desenvolvimento das empresas, governo e instituições.

Acompanhar a dinâmica dessas transformações econômicas, provocadas pelo avanço das NTICs, revela-se crucial para que os governos possam cumprir o seu papel e atender as demandas sociais e econômicas. No Brasil, os avanços dessas mudanças impõem reestruturação e modernização do papel, natureza e função do Estado, enquanto instituição reguladora e promotora do bem-estar social e econômico. Isto leva os estados a investirem maciçamente na modernização das administrações tributárias, tanto na infra-estrutura tecnológica e estrutura organizacional quanto na implementação de banco de dados e informatização dos seus processos de trabalho.

Particularmente, no que tange à esfera governamental, a intensificação do uso das tecnologias informacionais tem contribuído com novos paradigmas para conduzir a ação e o funcionamento da máquina estatal, propiciando o surgimento do Governo Eletrônico e o uso intensivo da informação em rede. Esse fenômeno revoluciona a comunicação intra e inter-organizações e tende a permear as atividades e os processos de decisão nas diferentes esferas do governo, seja federal, estadual e municipal. (MIRANDA, 2000).

O desafio está em ajustar as ações de governo, de modo a permitir o acompanhamento do atual processo de crescimento e inovações que vem ocorrendo nesse novo contexto econômico e que permite o reconhecimento da informação e conhecimento no âmbito das organizações públicas, principalmente na área de captação de recursos tributários, para acompanhar a dinâmica das empresas no cenário atual.

As iniciativas na área pública, com um grande esforço dos governos para a utilização intensiva das modernas Tecnologias de Informação (TIs), nas inúmeras atividades, têm sido pautadas na orientação dos organismos internacionais (BANCO MUNDIAL, UNESCO, BID), que visam promover o uso das novas tecnologias de comunicação e informação (NTCIs) nas esferas sociais, administrativas e econômicas, bem como no âmbito de modernização das administrações fazendárias nos países em desenvolvimento. O esforço está em alinhar as tecnologias de informação em sistemas informacionais que possibilitem aos órgãos estatais a produção de conhecimentos, para a tomada de decisão nas suas várias instâncias, e permitam o uso dessas ferramentas para implementar e consolidar uma cultura de informação governamental.

Para Werthein (2000, p.73), “o avanço tecnológico desse novo paradigma foi em grande parte o resultado da ação do Estado e é o Estado que está à frente de iniciativas que visam o desenvolvimento da sociedade da informação”.

A evidência do desnivelamento entre os países veio acentuar a importância da informação como instrumento de crescimento econômico e da produtividade, impulsionando o movimento mundial em prol da Sociedade da Informação, na ênfase de que economias e sociedades muito teriam a ganhar em nível de prestação de serviços sociais, maior acesso à cultura, ao lazer e ao emprego.

É importante ressaltar que as formas de atuação do estado com relação aos elementos estruturais da Sociedade da Informação são cruciais, uma vez que suas políticas podem traçar o horizonte e definir os modos de interação dos indivíduos, grupos, organizações e instituições públicas e privadas, tanto no interior do Estado quanto fora de seus limites institucionais (MIRANDA, 1999).

2.3 AS TECNOLOGIAS E AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS

O marco da produção e o uso intensivo do microprocessador, a partir da década de 70, conduzem à rápida mudança na indústria e nas relações comerciais, provoca um novo paradigma técnico-econômico, marcado pelas inovações, e afeta significativamente todos os setores da economia.

Desde então, a “revolução tecnológica” advinda pelo desenvolvimento da microeletrônica e da evolução dos microprocessadores vem transformando a base técnica da produção, substituindo as tecnologias intensivas em capital, energia e produção em massa para tecnologias em informação, flexíveis e computadorizadas (BALANCO & SANTANA, 2003).

A chamada Terceira Revolução Tecnológica, dos anos 80, com o desenvolvimento da microeletrônica e da tecnologia digital, acelera e amplia o novo perfil técnico-econômico, de onde emergem as atuais características de convergência entre as tecnologias de informação e as tecnologias de comunicação (BALANCO & SANTANA, 2003).

Segundo Souza (1995), Baiardi (2003) e outros mais, no atual cenário, as mudanças representam um fenômeno de caráter econômico, organizacional, social e político, trazendo à tona, entre outros, os seguintes aspectos:

- descentralização econômica;
- mudanças nas formas de gestão empresarial;
- mudanças nos processos financeiros, econômicos e fiscais;
- redefinição dos modelos de organização de trabalho;
- redução do chão de fábrica, pela descentralização dos sistemas de produção e integração e cooperação horizontal;
- surgimento de novos ramos industriais;

- mudança na produção de bens tangíveis com a valorização do grau de conhecimento embutido;
- mudança na natureza das relações intra e inter -firmas;
- surgimento de diferentes dinâmicas e padrões de tecnologias e outras inovações;
- redução dos ciclos de vida dos produtos.

Esta nova era mundial, segundo os analistas, foi estrategicamente planejada como uma saída à economia capitalista, que passou a necessitar de novos mercados e da internacionalização da produção, necessitando com isso diminuir as fronteiras de estados nacionais.

Para Velasco e Cruz (1998, p. 2), anteriormente, o modelo econômico do capitalismo era organizado sob a forma “inter-nacional”, porque: “o inter representava a economia integrada, estreitamente interligada por fluxos volumosos de comércio e de investimentos, pela ampla circulação de indivíduos e de idéias, pela difusão permanente de formas organizacionais e de novas maneiras de produzir; e o nacional , neste sistema, a unidade básica continuava sendo o mercado interno de cada país, com fronteiras bem definidas”.

As aceleradas mudanças nas tecnologias, no transporte e na comunicação, com um extraordinário acesso e tratamento de informações, a possibilidade de contatos eletrônicos instantâneos por todo o globo, a redução drástica de tempo e custo de transporte, principalmente à longa distância, entre outras, provocam alterações profundas no comportamento das empresas.

Em todo o mundo, as empresas buscam novas formas de otimizar a produção, comercialização e distribuição de seus bens e serviços, de forma a garantir ganhos de produtividade e a redução de custos para competir no mercado. Com a globalização da economia, outro fenômeno vem conquistando espaços em vários países, inclusive no Brasil: o comércio eletrônico (e-commerce), uma forma de fazer negócios através do computador.

Comércio eletrônico (ou e-commerce) é a automação das transações comerciais pela utilização das tecnologias de informática e telecomunicações. A parcela mais visível do comércio eletrônico, para a maioria das pessoas, é constituída pelo universo de "lojas virtuais" disponíveis na Internet.

Todas as etapas do negócio - desde a busca do produto até a sua entrega ao cliente - podem ser controladas através do computador; as companhias não precisam ser gigantes para competir no mercado global, uma vez que, com uma loja virtual, podem vender para o mundo

todo e com giro mais veloz de produtos e serviços.

Pesquisas recentes demonstram que as receitas dos negócios realizados através da internet vêm crescendo a passos largos. As facilidades, cada vez maiores, de acesso das diversas nações à internet tendem a transformar o comércio eletrônico numa das mais significativas portas de negócios no próximo século. Segundo a Associação Brasileira de E-business, o crescimento do uso da modalidade no Brasil está relacionado, entre outros fatores, à maior consciência das indústrias na utilização da tecnologia da informação a seu favor, vencendo as diversas barreiras culturais internas e a resistência às mudanças.

Para McGee e Prusak (1994, p. 79), o comércio eletrônico é uma tendência inevitável para a estratégia dos negócios, ao afirmar:

Às organizações que compreendem essa tendência restam duas opções: guardar o pleno desenvolvimento do ambiente de comércio eletrônico, e aceitar o seu lugar nesse contexto; ou participar da moldagem da natureza do novo ambiente comercial, e definir um lugar que possa proporcionar vantagem estratégica a longo prazo.

Na análise dos efeitos das transformações de nova era econômica internacional na estrutura produtiva, Baiardi (2003) identifica dois movimentos, por ele chamados de centrifugação e centripetação, que consistem, respectivamente, na reavaliação do conceito de fábrica, terceirização da produção e segmentação da produção em unidade de menor escala (centrifugação) e na maior integração e controle da produção de bens, através de redes eletrônicas (centripetação).

Como traços caracterizadores dessa sociedade pós-industrial, presentes nas atividades essenciais e na cultura, Bell e Gershuny (1986, apud BAIARDI, 2003) destacam, entre outros, os seguintes aspectos:

- modo de produzir (setor econômico) – processamento e reciclagem, consolidação setor terciário e quaternário;
- fontes de transformação – informação, computação e transmissão de dados;
- recursos estratégicos – conhecimento e domínios inteligentes;
- capacitação básica – trabalho subjetivo, desenvolvimento intelectual e capacitação técnico - científica;

- abordagem metodológica – teorias abstratas, modelos de simulação e decisão e os sistemas analíticos;
- dimensão temporal – orientada para o futuro, para previsão e planejamento;
- princípio axial – codificação do conhecimento.

Segundo estudos recentes do IPEA sobre o impacto das inovações na indústria brasileira, nas 72.000 empresas que respondem por 95% do produto industrial, as inovações se revelaram como fator de crescimento e ampliaram-se as capacidades de exportações, faturamento, emprego, salário e preços (REVISTA VEJA, 2005).

A nova ordem econômica traz reflexos, também, para o estado – nação, que passa a necessitar cada vez mais de recursos para atender às demandas sociais decorrentes da dificuldade de geração de emprego, seguridade, habitação, educação, entre outros. Para Santos (2002, apud FAGUNDES, 2003, p.2), “o Estado – nação parece ter perdido a sua centralidade tradicional enquanto unidade privilegiada de iniciativa econômica, social e política”.

Neste contexto, aonde o progresso do conhecimento determina e molda os sistemas econômicos e as sociedades, na reflexão sobre as administrações fazendárias, dentro do contexto de geração de recursos capazes de oferecer sustentabilidade ao papel e função social e de investimentos do seu principal imposto, o ICMS se mostra fundamental, principalmente na perspectiva em que se insere essa pesquisa.

2.3 PAPEL E FUNÇÃO SOCIAL DO IMPOSTO NOS GOVERNOS ESTADUAIS

As tecnologias de informação e comunicação avançam em um ritmo muito acelerado, tornando instituições, empresas e pessoas cada vez mais dependentes, transformam velhas atividades e criam novas, moldam, principalmente, as formas de interações entre pessoas e pessoas, empresas e empresas, empresas e pessoas, instituições e empresas, governos e empresas, pessoas e governo, nações e nações, e outras tantas modalidades.

Nos Estados, essas formas de interações impulsionam os governos para a adoção das novas tecnologias, haja vista a dinamização dos processos internos e modernização da sua capacidade de ação. Porém é preciso levantar uma questão básica e crucial desse processo: os governos estão aproveitando as NTICs, e a rede de disseminação para a captação interna e externa de informações, no sentido de melhor instrumentalizar o processo de decisão?

No programa “Governo Digital” dos EUA, o relatório *Some Assembly Required: Building a Digital Government for 21st Century*, citado por Bittencourt Filho (2003), destaca entre as áreas de atuação do governo voltadas para potencializar suas ações, pelo menos esses dois aspectos:

1 - Sistemas informatizados integrados, confiáveis e seguros. As metodologias de desenvolvimento de sistemas, atualmente em uso, não são capazes de lidar com a amplitude e a imensa diversidade dos sistemas corporativos de governo. É necessário realizar mais pesquisas para entender o potencial e os limites da integração de sistemas.

2- Ferramentas intuitivas de suporte à decisão para os dirigentes públicos. Tecnologias e padrões que permitem a busca, seleção, análise e compartilhamentos de informações podem influenciar fortemente na efetividade da tomada de decisões. (BITTENCOURT FILHO, 2003, p.132).

As administrações fazendárias recebem recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) desde 1998, para promover a sua modernização, entendendo esse organismo internacional que:

La fiscalización de tributos es un área compleja que involucra tanto actividades de planeación y trabajos de inteligencia, como acciones operativas. Los programas, acorde con las tendencias modernas de reingeniería de procesos, han buscado apoyar a las autoridades locales en la redefinición de diversos enfoques de sus actividades de fiscalización. [...]. De la misma forma en los programas se ha dado una importancia mayúscula al intercambio y al cruce de información. La idea central ha sido siempre que la administración tributaria no se limite al uso de su propia información en la detección e identificación de contribuyentes infractores sino que interactúe con otras instituciones en la búsqueda de información relevante. (BID, 1998,p.5).

Isto mostra a preocupação do governo em potencializar as organizações públicas para que possam desempenhar o seu papel, principalmente as ligadas à captação de recursos, sejam monetários, sejam tributários. Na área das políticas governamentais de caráter tributário e fiscal, se inserem as medidas voltadas para o aperfeiçoamento da legislação e dos procedimentos de arrecadação de tributos, dos mecanismos de incentivos fiscais, como também das técnicas utilizadas na fiscalização, especialmente no tocante à modernização da disseminação e controle das informações.

Para os estados, nas suas áreas responsáveis pelo provimento de recursos tributários, esses aspectos citados se revelam fundamentais, tanto em face da manutenção das atividades básicas como para os investimentos. Grande parte desses recursos é oriunda dos impostos arrecadados e dependem da instrumentalização da máquina fiscalizadora para acompanhar a dinâmica das inovações tecnológicas, absorvidas pelos processos administrativos e econômicos das empresas.

A Constituição da República Federativa do Brasil [artigo 173] veda ao Estado intervir diretamente na atividade econômica, exceto quando necessário aos imperativos da segurança nacional ou quando vise resguardar interesse coletivo relevante; isto significa dizer que o Estado transfere ao particular o exercício da atividade econômica e conseqüentemente o pagamento dos tributos que lhe são pertinentes, tanto pelas pessoas físicas quanto pelas jurídicas. Não fosse assim, o Estado não teria como arcar com as despesas destinadas a manter sua estrutura e programar investimentos em proveito da coletividade.

Para o Estado, através desses tributos arrecadados, o governo pode desempenhar o seu papel social, sendo assim visto pelo Programa de Educação Tributária do Estado da Bahia (PET-BAHIA):

O tributo é instrumento de justiça social, uma vez que as receitas tributárias possibilitam ao Estado financiar suas atividades e reduzir as desigualdades econômicas existentes na sociedade. Constitui-se na parcela que a sociedade entrega ao Estado, em dinheiro, de forma obrigatória, para financiamento dos gastos públicos, da qual são espécie os impostos, taxa, contribuição de melhoria, empréstimo compulsório e contribuição especial⁵.(PET-BAHIA, 2005, Módulo 1, p.33).

Frente à necessidade de manter o equilíbrio fiscal para viabilizar a economia, e atrair novos empreendimentos, condição imposta pelos mercados, a Administração Tributária agindo no campo da principal receita pública dos governos – a tributária – em todos os três níveis de governo, teve elevado o seu status e aumentada a sua responsabilidade social.

Para que os governos possam oferecer recursos ao Estado é preciso arrecadar os tributos que estão na economia, embutidos nas vendas das empresas quando da comercialização dos seus produtos. Através da aplicação dos recursos decorrentes dos tributos, que são pagos pelos cidadãos, os governos cumprem as suas funções políticas, econômicas e sociais de promover o bem comum, como escolas, estradas, habitação, saúde, segurança pública, saneamento e infra-estrutura em geral (Figura 1).

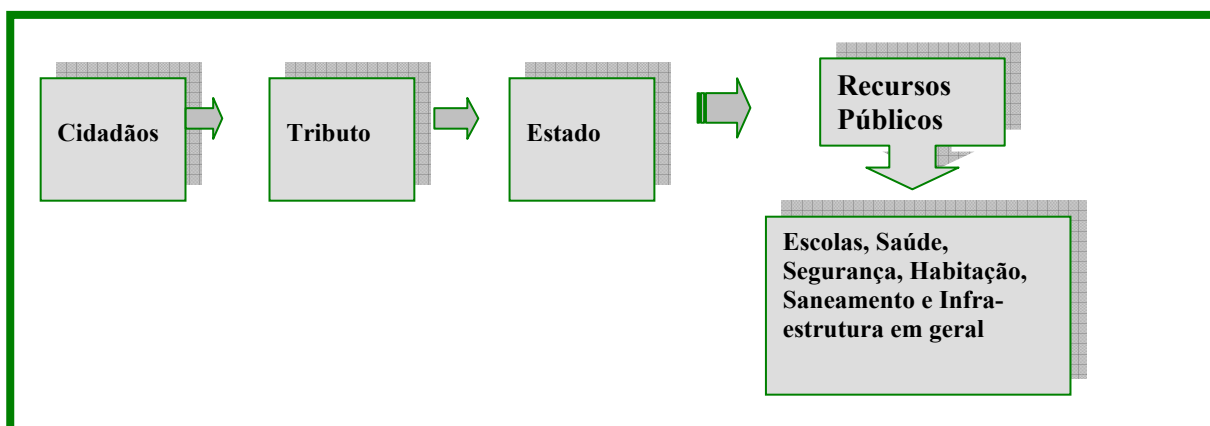


FIGURA 1. Aplicação dos recursos decorrentes dos tributos.

Fonte: adaptado PET-BAHIA, 2005, Módulo 04, p.18.

A destinação precípua dos tributos, a importância das verbas tributárias, como fonte primária dos recursos destinados à manutenção do Estado, existe, e é estabelecida por uma Ordem Tributária, isto é, um conjunto de princípios e normas voltado a disciplinar a atividade tributária exercida pelo Poder Público, estabelecendo parâmetros e determinando limites que se traduzem nas leis e nos regulamentos. Isto ocorre no caso específico do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), sob a responsabilidade dos governos estaduais.

O ICMS⁶ representa grande parcela da receita tributária do Estado da Bahia e, através de leis, decretos e regulamentos, cria mecanismos de controle e estabelece obrigações para os contribuintes⁷, a fim de que possa garantir o ingresso das receitas sem que haja desvios. Cabem aos contribuintes as obrigações de repassar o valor do imposto aos cofres públicos, e a sonegação fiscal ocorre quando são omitidas ou subtraídas as informações à administração tributária, com o objetivo de reduzir ou deixar de pagar os tributos, o que implica na evasão fiscal⁸ e se constitui em crime previsto em lei.

⁵ Lei 5.172/66 – Código Tributário Nacional.

⁶ É a principal fonte de receita dos Estados, em que 25% do produto arrecadado são distribuídos entre os Municípios, proporcionalmente ao movimento econômico. Como imposto indireto, está embutido no preço cobrado ao consumidor no momento da aquisição do produto ou serviço.

⁷ São os que promovem a operação ou prestação objeto da incidência do imposto (estabelecimentos comerciais, indústrias e serviços de comunicação e transporte). Cabem aos contribuintes as obrigações de repassar o seu valor aos cofres públicos.

⁸ A evasão fiscal ocorre quando o contribuinte, usando artifícios ou simulação, foge ao pagamento do tributo.

No Brasil os dados disponíveis indicam que inexistem uma forma tão generalizada de corrupção quanto à evasão fiscal. Há muito tem prevalecido a idéia de que o sonegador, ao deixar de recolher ao erário o valor devido, engana apenas ao Governo, e, talvez até por isso mesmo, conta com certa simpatia por grande parte da sociedade. Daí a importância de se conjugarem esforços, no sentido de combater essa doença social. (PET-BAHIA, 2005, Módulo 04, p.35).

O Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) comenta que [...] “estamos caminhando para uma estrutura de arrecadação que está sendo corroída pela informalidade e pela sonegação. Tudo indica que a partir de 2006, se nada for alterado, o governo amargará queda expressiva de receita Tributária” (REVISTA RUMOS, 2004, p.27).

Esse tipo de evasão fiscal, a praticada pelo contribuinte, devidamente registrado perante o Fisco⁹, se insere na chamada economia sonegada e se constitui no universo de estudo dessa pesquisa, pelo fato que a identificação dos padrões de informações com indícios de sonegação pode evidenciar possíveis fraudes fiscais e é um mecanismo para alcançar a justiça social, ou seja, que os contribuintes tenham condições de participar no mercado em igualdade de competitividade.

A evasão fiscal é motivo de preocupação dos governos federal, estaduais e municipais, porém não se trata de uma problemática de fácil solução, pois os valores envolvidos são astronômicos e historicamente identifica-se como parcela que é retirada das empresas e não valores que são subtraídos da sociedade quando o sonegador embolsa a parte que deveria ser repassado ao Estado.

A busca de resultados suficientemente adequados, de forma a atuar com eficiência e eficácia na arrecadação dos tributos, que lhe foram constitucionalmente outorgados, impõe a necessidade de instrumentos cada vez mais sofisticados, com vistas a combater a evasão tributária, evidenciando a necessidade dos tomadores de decisão de utilizar cada vez mais informações estratégicas, que são a base para produção da inteligência fiscal.

Para Rosendal (1984, apud AUN, 2001, p.2) a informação “não é somente um bem econômico ou um serviço. É também de valor estratégico social e cultural, aos quais acarretam uma dimensão agregada e de complexidade”. Assim, a informação vem impulsionando o conhecimento que passa a ser o elemento impulsionador para o desenvolvimento da cultura informacional do ambiente corporativo.

⁹ Fisco é a parte da administração pública encarregada da cobrança dos impostos.

Para os governos, é imperativo possuir mecanismos disseminados de integração e exploração de informação e conhecimento, ferramentas para visualizar e interpretar um mundo complexo, manusear diversas variáveis ao mesmo tempo, o que é possível através dos mecanismos de estudos e pesquisas dos dados e informações existentes, interna e externamente. Assim, com o uso dos recursos dos sistemas de informação nos governos, o ganho de qualidade obtida poderá se refletir na inserção do estado frente às novas exigências da sociedade do conhecimento.

Em suma, acompanhar a dinâmica das transformações econômicas se revela crucial para que os governos possam cumprir o seu papel e atender as demandas sociais e econômicas. Não basta somente que os seus sistemas de captação de recursos se modernizem, informatizem as suas rotinas e processos, mas que promovam uma mudança cultural, implementando uma visão estratégica do uso e processamento da informação no ambiente organizacional, para melhor promover o bem comum.

3 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES

“Uma estratégia informacional que focalize tipos específicos de conteúdo permite que uma organização coordene a maneira como reúne e analisa as informações importantes e age a partir delas”.
Thomas H. Davenport

Este capítulo destaca a importância do uso e gerenciamento das tecnologias de informação para apoiar a implementação de estruturas que estimulem a gestão de conhecimento e a inteligência organizacional.

Abordar os novos papéis que as tecnologias de informação e comunicação representam na condução dos processos de produção, armazenamento e gerenciamento da informação no ambiente das empresas e instituições, é crucial para que se possa oferecer uma visão mais adequada de sua importância nos novos modelos de gestão organizacional.

Desta forma, apresenta-se o papel e uso das novas tecnologias da informação, além das mudanças exigidas nos contextos das organizações, principalmente, nos novos modelos de gestão, fortemente baseados em informação e conhecimento.

3.1 O PAPEL DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Em função das mudanças tecnológicas que tornaram a informação cada vez mais difusa no século XX, diversos estudiosos atribuem à mesma o papel de recurso fundamental para o desenvolvimento da sociedade, processo no qual têm diversas finalidades.

As organizações, principalmente a partir da década de 80, sofreram grande impacto em seus processos e estruturas, razão porque foram obrigadas a repensar os seus sistemas de informação, com vistas a adaptá-los à nova realidade e às exigências decorrentes da evolução e explosão das tecnologias.

Desde o surgimento dos computadores na década de 1950, o foco do uso dos sistemas de bancos de dados é direcionado para o registro e armazenamento de um volume enorme de dados. Contudo, quase sempre, este procedimento ignora certos tipos de informação que são de difícil quantificação e representação em sistemas informatizados. Nesta linha, ao

reconhecer a amplitude das transformações ocorridas na sociedade atual, onde tudo depende de informação, Dertouzos (1997, p. 80) levanta o seguinte questionamento: “Onde e como as organizações e pessoas usam a informação em seus negócios específicos, tanto internos quanto nos relacionamentos externos?”.

Para Davenport e Prusak (1998), o papel principal da tecnologia da informação é informar, e, por isso, deve-se estar interessado na informação que os computadores podem gerar. Esta atitude deveria ser adotada porque os sistemas auxiliam o processo de registro, armazenagem e tratamento dos dados produzidos e captados pelas organizações, transformando as informações e conhecimentos, por ele contextualizados, em criações humanas.

As organizações que adotam sistemas informatizados que enfatizam a tecnologia em seus processos, se baseiam nas seguintes premissas:

- a informação é facilmente armazenada nos computadores na forma de dados;
- criar bancos de dados em computadores é o único modo de administrar a complexidade da informação;
- a informação deve ser comum a toda organização;
- as mudanças tecnológicas irão aperfeiçoar o ambiente informacional (DAVENPORT e PRUSAK, 1998, p.11-12).

Entretanto, de per si, os sistemas informatizados acabam por disponibilizar uma sobrecarga de informação, algumas vezes registradas em bancos de dados diversos, situação que não facilita seu uso nos processos e nem o acesso à informação dentro da organização.

A tecnologia de informação parece incapaz, ao menos por si só, de fornecer as informações de que necessita para executar e administrar os negócios, ou identificar as necessidades informacionais, o que acarreta um ambiente informacional carente.

Nos tempos atuais, discussões sobre a importância das tecnologias de informação para as organizações permeiam no meio acadêmico. Dentre as questões levantadas, ressalta-se a apresentada por Nicholas Carr (2003, apud SORDI & CONTADOR, 2005, p.123), que aponta para as transformações que estão ocorrendo, tendo em vista que “a abundância da oferta tem diminuído o seu valor estratégico [...]; recomenda que as empresas invistam mais em segurança e na redução dos riscos de interrupção dos serviços dos seus atuais ambientes computacionais”.

Uma outra abordagem centrada nas transformações é de Keen (2002, apud SORDI & CONTADOR, 2005, p.124), que enfatiza o aspecto do modelo de gerenciamento dos recursos da tecnologia de informação: “quando todas as empresas têm, essencialmente, acesso aos mesmos recursos de tecnologia da informação, a diferença competitiva e os benefícios econômicos que as empresas passam ganhar residem no gerenciamento da TI e não nas diferenças tecnológicas”.

Os sistemas de informação, como um conjunto inter-relacionado de bancos de dados, devem ser estruturados e planejados visando oferecer à organização um sistema ágil que atenda à demanda de informações estratégicas, permita o monitoramento do ambiente interno e externo e norteie o planejamento e o processo decisório.

Para Polloni (2000, p. 20-27), “Sistema de informação refere-se a qualquer sistema usado para prover informações (excluindo seu processamento), qualquer que seja sua utilização”. Para esse autor, um sistema de informação pode ser gerencial, para dar somente informações necessárias para o usuário final; operacional ou aberto, de fácil utilização e manipulação por parte dos usuários que, ao incorporar funções de integração, evoluem para os sistemas de apoio à decisão e sistemas de estrutura corporativa compostos por bancos de dados que interligam os arquivos e promovem a obtenção de respostas na manipulação dos dados (Figura 2).

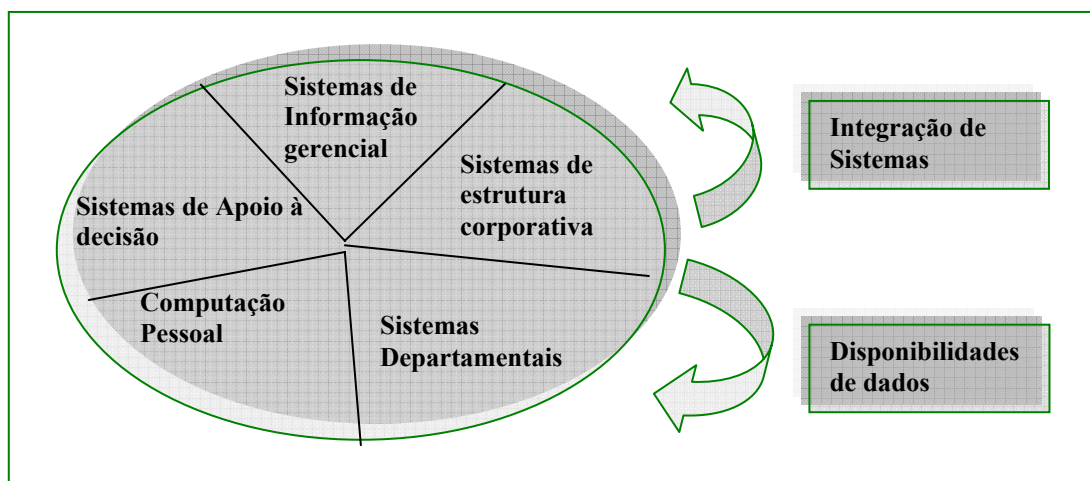


FIGURA 2. Sistemas de Informação Organizacional.

Fonte: POLLONI, 2000, p.27.

Dentro do contexto das organizações, e objetivando a agregação de valor nas informações disponibilizadas nos sistemas informatizados, Davenport e Prusak (1998) destacam que a TI deve direcionar o seu foco para responder a questões voltadas para:

- Determinar as necessidades internas de informação, relativas às funções, atividades e processos administrativos da organização e à sua satisfação.
- Melhorar o fluxo organizacional da informação e o nível de comunicação.
- Maximizar os recursos organizacionais de informação, potencializando o seu aproveitamento.
- Estimular os membros da organização na produção e uso dos recursos informacionais.
- Contribuir para modernizar processos e as atividades administrativas.
- Garantir a qualidade dos produtos e processos organizacionais, assegurando a sua efetiva disseminação.
- Determinar as necessidades de informação externa.

Na cadeia evolutiva do ciclo informacional, que promove a relevância, contextualização e significado dos dados registrados, a importância do envolvimento humano aumenta, pois os sistemas de TI não são adequados para lidar com o objetivo da agregação de valor.

Assim, para McGee e Prusak (1994) as organizações devem planejar cuidadosamente a modelagem interna da informação e dar importância aos mecanismos de gerenciamento. Esta conduta está associada, por um lado, à expansão das linhas horizontais e verticais do fluxo de comunicação das informações internas e, por outro lado, à captura de informações externas, para concentrá-las em funções vitais, como:

- subsidiar o planejamento estratégico e a estratégia dos processos;
- avaliar e monitorar tendências;
- subsidiar decisões táticas e operacionais;
- subsidiar o processo de tomada de decisões estratégicas.

Baseado em Davenport & Prusak (1998), McGee & Prusak (1994) e Oliveira (2004) pode-se sintetizar que, para a sedimentação de uma cultura da informação, as TIs devem ser utilizadas para atender às seguintes necessidades organizacionais:

- a) disponibilizar sistemas de consultas que condensem as informações existentes nos bancos de dados, de forma a simplificar o acesso e evitar o excedente de informação (informação desnecessária), que cria confusão entre os funcionários quando do uso das mesmas. Esse sistema permitirá identificar com rapidez registros com dados inconsistentes e em duplicidade, promovendo uma racionalização e depuração dos mesmos;
- b) estabelecer uma política de acesso à informação dentro da organização em função do grau de sensibilidade da informação;
- c) disponibilizar sistema inteligente de busca de informação externa para potencializar a pesquisa e uso da informação dentro da organização. Esse sistema diminuirá a sobrecarga de informação que circula dentro da organização, principalmente na rede interna;
- d) estabelecer um sistema de divulgação da informação voltado para os reais usuários, ou seja, informação certa para o público certo, tendo em vista compartimentalizar a divulgação;
- e) estimular a produção de informação e conhecimento dentro da organização, enfatizando o uso contextualizado para a agregação de valor, com mecanismos de retro-alimentação ativa e redução da inércia organizacional;
- f) inserir, nos processos de tomada de decisão, o uso da informação com o valor agregado, reduzindo decisões baseadas em dados empíricos ou pouco consistentes, de forma a estimular a pesquisa e o estudo sobre o assunto em foco.

As facilidades de acesso às redes e aos bancos de dados colocam, ao alcance de todos, enorme quantidade de informação que, para entendê-la no contexto organizacional, faz-se necessário situá-la nas diversas perspectivas de uso, geração, armazenamento e disseminação.

A necessidade de implementação de mecanismos e instrumentos com o propósito de localizar, analisar fatos relevantes relacionados ao contexto exige que se obtenha informações de forma cada vez mais rápida e se crie os meios mais competentes para atender às demandas geradas pelas organizações.

O papel da tecnologia de informação no apoio e suporte do processo de implementação de sistemas informacionais, organizados, estruturados, inteligentes e competentes, é fundamental para o desenvolvimento da cultura de informação nas organizações. Isto pressupõe uma visão organizacional centrada no processo, onde a tecnologia da informação é

utilizada para administrar, organizar e estruturar o volume de informação em constante mudança e oferecer elementos e subsídios para o planejamento em todos os níveis da organização. Numa abordagem centrada no processo, as pessoas são focos das ações que, estimuladas a compartilharem e produzirem informações, agregam valor aos sistemas informacionais.

3.2. NOVOS CONTEXTOS DOS SISTEMAS ORGANIZACIONAIS

A massa dos fluxos de informação produzida internamente, bem como o volume de dados existentes no ambiente externo, moldam novos tipos de sistemas organizacionais e exigem um novo papel das TIs como suporte para a implementação de sistemas informacionais. O grande desafio das organizações, hoje, está em acompanhar as mudanças aceleradas que ocorrem no mundo, principalmente com relação aos processos de gestão, o que requer uma postura de maior inserção e integração do todo organizacional.

As mudanças e estratégias para lidar com o intenso fluxo de informação que a empresa necessita para as suas ações determinam:

A utilização dos componentes de um novo paradigma tecnológico pelas empresas vem exigindo profundas reformulações de suas estratégias, principalmente a expansão das relações e do fluxo de informação, possibilitando maior interação entre diferentes unidades, dentro de uma empresa, e entre empresas e agentes que detenham tipos específicos de conhecimentos. (BALANCO e SANTANA, 2003, p. 119-120).

Essas reformulações definem novas táticas de atuação das empresas e demais instituições e estimulam o aparecimento de novos modelos e desenhos organizacionais. Os formatos reestruturam funções e atividades e promovem o aparecimento de novos instrumentos e metodologias operacionais, baseados no uso intensivo de informação, conhecimento e inteligência.

Como conseqüência, os sistemas organizacionais estão reforçando a gestão estratégica de informação, como recurso fundamental para a competitividade, crescimento, sustentabilidade e aprendizagem, tanto na esfera do planejamento quanto nos processos de tomada de decisão.

Neste sentido, têm surgido diversas conceituações que caracterizam as estratégias das

organizações, enfatizando a adoção de mecanismos de captura, análise e uso de informações e conhecimento, tais como: *Business Intelligence*, Inteligência Competitiva, Gerência de Conhecimento (*Organization Knowledge Creation*), Inteligência Organizacional, Inteligência Empresarial, Inteligência Econômica, entre outros.

Os diversos autores que tratam desse tema falam da necessidade das empresas acompanharem as mudanças advindas da força motriz da informação, ressaltando que os novos contextos das organizações tendem a integrar e inter-relacionar os recursos econômicos, materiais e financeiros com os recursos humanos e tecnológicos.

Surgem, então, três abordagens que são enfaticamente discutidas, no sentido de potencializar a informação e o conhecimento. Elas são denominadas, a saber: Gestão de Conhecimento; Inteligência Competitiva e Inteligência Organizacional, Corporativa ou Empresarial.

Para Garcia (2001, apud QUIROGA, 2002), Gestão de Conhecimento é um conjunto de ações e práticas orientadas para a aquisição e uso eficiente do conhecimento e para promover o desenvolvimento das atividades de uma organização. Esta envolve o processo de identificação, captura, organização e disseminação de dados-chave e informações necessária para ajudar a organização a solucionar os seus problemas e atender às necessidades dos seus negócios.

A Inteligência Competitiva (IC), na visão de Canongia (2001, apud VALENTIN, 2002, p.6), “objetiva agregar valor à informação, fortalecendo seu caráter estratégico, catalisando, assim, o processo de crescimento organizacional”. Dessa maneira, corresponde a um processo pelo qual as informações são coletadas em diversas fontes, interpretadas e comunicadas no âmbito de uma organização, com a finalidade de subsidiar a tomada de decisões estratégicas.

No que tange à Inteligência Organizacional, esta é apresentada por Orozco (1999) como ferramenta para mudança e inserção das empresas e instituições na nova ordem informacional, que e a define como:

Una herramienta gerencial cuya función es facilitar a las administraciones el cumplimiento de la misión de sus organizaciones, mediante el análisis de la información relativa a su negocio y su entorno; agrega además que desde el punto de vista del manejo de la información, ella compilla, reúne y analiza datos e información, cuyo resultado disemina en la organización, todo lo cual permite obtener de modo sistemático y organizado, información relevante sobre el ambiente externo y las condiciones internas de la organización, para la toma de decisiones y la orientación estratégica. (OROZCO, 1999, apud POMBERT, 2002, p.2)

Por outro lado, para Pombert (2002), a inteligência organizacional representa a fonte para o futuro das organizações que, apoiada nas tecnologias de informação, podem realizar suas funções, definir suas estratégias, monitorar seu ambiente de mercado, social, tecnológico e acompanhar as tendências em todos os contextos.

Essa mesma autora faz uma comparação entre inteligência organizacional e gestão de conhecimento, demonstrando que uma se constitui em uma ferramenta para potencializar e agregar valor à informação enquanto a outra é um método de gestão organizacional, cujas correlações são destacadas no Quadro 1:

| INTELIGÊNCIA ORGANIZACIONAL | GESTÃO DE CONHECIMENTO |
|--|--|
| Não se pode implantar isoladamente | Não se pode implantar isoladamente |
| Requer o uso das tecnologias de informação | Requer o uso das tecnologias de informação |
| Conjunto de Ferramentas | Método de Gestão |
| Componente principal: informação | Competências principais: informação, recursos humanos e gerenciamento. |
| Dependência e ênfase em informação quantitativa | Dependência e ênfase em informação qualitativa |
| Papel das tecnologias de informação: análise das informações | Papel das tecnologias de informação: como compartilhar as informações |
| Pode externalizar soluções | Depende principalmente de recursos humanos internos |
| Resultado: ações externas e de <i>caráter imperecível</i> | Resultado: ações externas. Uso prolongado e de <i>caráter imperecível</i> |
| Elemento crítico: as fontes de informação e as técnicas de análise | Elemento crítico: as pessoas como fonte de informação e sua disposição para compartilhar conhecimentos |

QUADRO. 1. Correlação entre Inteligência Organizacional e Gestão de Conhecimento.

Fonte: POMBERT, 2002, p.4.

Na realidade, o que se percebe é a estreita relação que existe entre essas duas abordagens, pois as organizações que buscam a excelência dos seus negócios utilizam ambas, para uma ação eficaz e efetiva dos sistemas informacionais, visando desenvolver cultura de informação e implementar a aprendizagem organizacional, no sentido de orientar o planejamento e a tomada de decisão.

A base da inteligência organizacional e da gestão do conhecimento está no uso eficiente de um volume selecionado de informação e não na geração e na distribuição de enormes quantidades de informação. Com isso, se fornece informações específicas às pessoas que delas precisam e as utilizam para produzir conhecimento. Assim, a organização está

potencializando os sistemas informacionais, incentivando o compartilhamento, agregando valor à informação e estimulando o aprendizado organizacional, com o uso competente do recurso tecnológico somado ao conhecimento intelectual acumulado.

Na verdade, as tentativas de exploração do conhecimento existente nas pessoas, processos e produtos de uma organização são procurados, cada vez mais, pelas organizações e sua sinergia e convergência com a informação estratégica, inteligência, se torna a cada momento mais imperiosos para o sucesso organizacional.

Por fim, para que os sistemas sejam eficientes, é fundamental que se desenvolva na organização a cultura de informação, de modo a tornar os funcionários criadores, compartilhadores e consumidores de informação, de modo a aprenderem a utilizar a TI para instrumentalizar suas atividades. Neste sentido, as organizações estão fazendo uso e experimentando modelos que estimulem a troca de informações e conhecimento, tanto do ambiente interno como externo, numa contínua auto-renovação, para agregar valor e maximizar os investimentos dos sistemas informacionais e fundamentar a tomada de decisão.

4 INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA

“Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas”. Sun Tzu

Neste capítulo, procura-se contextualizar a informação para destacar o atual papel da inteligência competitiva como elemento transformador e dinamizador das ações organizacionais.

Assim sendo torna-se imprescindível a abordagem do significado da informação e o processo de agregação de valor na perspectiva da inteligência organizacional, para se abordar o uso da informação como instrumento de inteligência na área fiscal nesse estudo.

Portanto, comenta-se o uso estratégico da informação nas organizações e o ciclo de mutação do dado em inteligência, para inseri-la na visão da inteligência competitiva.

4.1 USO ESTRATÉGICO DA INFORMAÇÃO

A informação, antigamente, não era ainda um conceito tratado como tema de uma teoria ou de uma ciência, nem tampouco era associada a uma tecnologia avançada, que lhe emprestasse especial valor financeiro, status atingido por volta dos anos 70, quando se tornou uma mercadoria. Na década de 80, revela-se como instrumento de mudança e de transformação como conhecimento, constituindo-se, como Alvin Toffler (2003) aborda no seu livro *Powershift – as mudanças de poder*, uma das principais fontes de poder para o futuro das nações e organizações, dependentes cada vez mais de informação e conhecimento.

A informação identificada como elemento-chave para a efetivação das mudanças atuais da sociedade, na verdade, tem sido usada pelas organizações (empresas) com vistas à criação dos meios para a obtenção de vantagens competitivas, que as coloquem de acordo com as exigências de concorrências no mundo capitalista contemporâneo. Assim, essas organizações requerem novas estratégias, saberes, enfoques, tecnologias e, principalmente, novas formas de planejamento, visando à gestão das atividades baseada em sistemas de informação, que se desenvolvem dentro e fora da organização.

À medida que crescem os desafios, e se elevam as mudanças que permeiam os novos tempos, cada vez mais, a informação se destaca como recurso relevante para a sociedade em todos os seus contextos. Portanto, “quanto maior a complexidade da sociedade e das organizações, maior a importância da informação, dentro das organizações. Em todos os níveis organizacionais – operacional, tático e estratégico – a informação é recurso fundamental”. (KLADIS e FREITAS apud TARGINO, 2002, p. 236).

Historicamente, a informação não era identificada como um bem de valor estratégico, pois a sua volatilidade, efemeridade e “uni presença”, em todos os processos organizacionais, contribuíam para dificultar a sua assunção como recurso fundamental para impulsionar o seu desenvolvimento. Agora, as organizações estão cada vez mais dependes da informação e de novas tecnologias para sua coleta, registro, tratamento e comunicação.

A informação é vista como uma mescla de dados, que pode ser mais ou menos significativa, na medida em que influi no curso da ação posterior, ao tempo em que pode ser mais ou menos completa para o aporte de novos conhecimentos e para a resolução de determinados problemas e a sua utilidade está determinada pelo seu uso relacionado à tomada de decisões.

Neste contexto, uma organização deve avaliar a informação como recurso que envolve custo direto, requer organização, é utilizada como insumo dos processos e, para obter melhor proveito, deve proporcionar uma agregação de valor. Por ser intangível, não é consumida como outros recursos; pode ser compartilhada, dividida e reproduzida, além de apresentar um ciclo de vida muito peculiar, podendo representar pequeno valor em um determinado momento, ou adquirir muita importância por anos seguidos.

Para Wurman (1995, p. 42), a ambigüidade da palavra informação tem incentivado o seu emprego de forma muito ampla e conduzido à confusão entre os conceitos de dados e informação. O requisito para que os dados se constituam em informação implica que os mesmos sejam providos de sentido, imbuídos de forma e aplicados de tal maneira que se tornem informação significativa; ou seja, “cada pessoa precisa dispor de uma medida pessoal para defini-la”.

Wurman (1995, p.51) citando Dick Venezky, Ph. D. da Universidade de Delaware nos Estados Unidos, afirma que, diante da atual profusão de dados, não existe nenhuma preocupação em facilitar a extração da informação:

Em termos um tanto técnicos, dizemos que existe uma explosão de dados, não uma explosão de informação. O número total de bytes ou bits produzidos ou arquivados tem aumentando; seu valor no que se refere ao que eles possuem de realmente funcional ou útil, não.

Contudo, o uso de informação significativa exige definição de objetivos e finalidades, o que levou o teórico da informação Paul Kaufman (apud WURMAN, op cit, p. 44) a declarar que “nossa sociedade tem uma imagem da informação que, embora sedutora, é, em última análise, contraproducente”. Esta posição é corroborada por Wurman (1995, p.45), quando destaca que “a compreensão da diferença entre dados brutos e aqueles que podem ajudar na compreensão e aumentar o conhecimento, entre informação como coisa e informação como significado, tornará as pessoas um processador de informação mais competente”.

Na visão de Setzer (1999), a distinção do que seja dado, informação e conhecimento, envolve uma ação do sujeito, onde:

Um dado é puramente *objetivo* - não depende do seu usuário. A informação é *objetiva - subjetiva* no sentido que é descrita de uma forma objetiva (textos, figuras, etc.), mas seu significado é subjetivo, dependente do usuário. O conhecimento é puramente *subjetivo* - cada um tem a experiência de algo de uma forma diferente (SETZER, 1999, p.14)

Um outro aspecto que exige delimitação é a diferença entre esses conceitos, apresentada por Urdaneta (1992) como níveis espirais de ordenação e valor, onde:

dados é registro por meio dos quais se representa fato, ação, conceito ou instrução (i.e. valores que definem ou caracterizam um estado ou processo em um determinado ponto do tempo).

informação é falar de dados ou matéria informacional relacionada ou estruturada de maneira atual ou potencialmente significativa. A significância não é a natureza em si como é seu relacionamento, ou seja, estruturação, i.e. ordenamento dos dados em função da obtenção de um sentido cognoscitivamente relevante.

conhecimento é dizer de estruturas informacionais que, ao internalizar-se, se integram a sistemas de relacionamento simbólico de mais alto nível e permanência; quando nos encontramos em condições de interpretar cabalmente o que significa.

inteligência será estruturas de conhecimento que, sendo contextualmente relevante, permite a intervenção útil na realidade.(i.e. dos estados e processos que se modela sobre ela); permite tomar decisão.(URDANETA,1992, p.1001-1003).

Para Davenport e Prusak (1998), pode-se inferir que:

dados não têm significado inerente[...]. Descrevem apenas parte daquilo que aconteceu; não fornecem julgamento nem interpretação e nem qualquer base sustentável para a tomada de ação [...]. Nada dizem sobre a própria importância ou relevância. Porém, os dados são importantes para as organizações, em grande medida, certamente, porque são matéria-prima essencial para a criação da informação (DAVENPORT & PRUSAK, 1998, p.238).

Para Goldratt (1991, pp.3-4) um dado “é toda gama de caracteres que descreve algo ou alguma coisa sobre a nossa realidade”, enquanto a informação “é aquela parte do dado que tem impacto sobre nossas ações ou, se estiver faltando ou não disponível também impacta novas ações”.

A importância desse entendimento é fundamental para clarear a visão comumente adotada de que os computadores realizam “processamento de informações” para referir-se a “processamento de dados”, uma vez que os dados são descrições sintáticas que, ao permitirem o estabelecimento de conexão, relevância e propósito, passam a se constituírem em informação formatada (Figura 3).

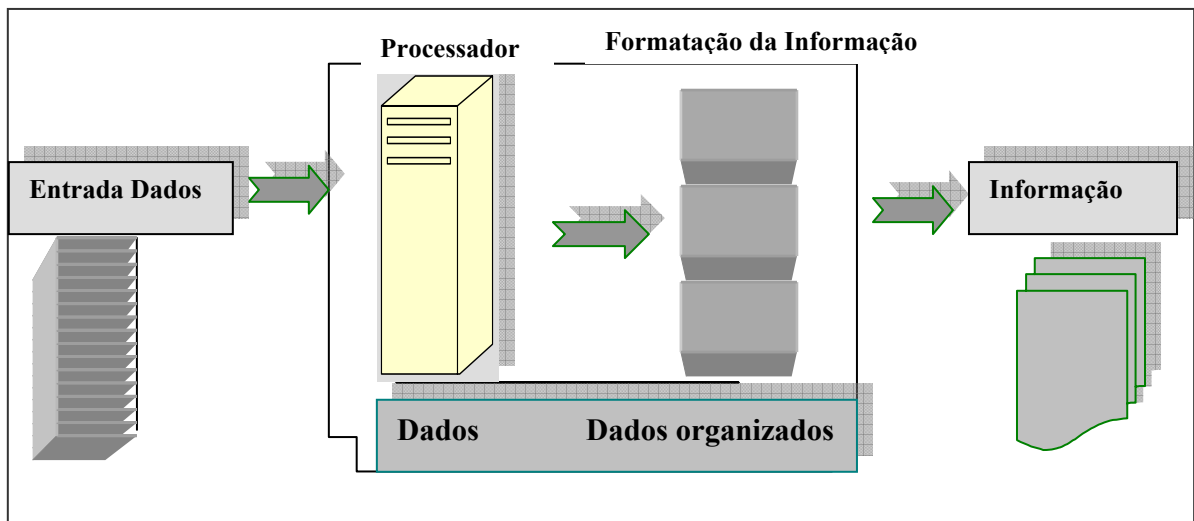


FIGURA 3. Transformação de dados em informação formatada.

Fonte: Elaboração própria

A compreensão dessa informação formatada é a ferramenta por meio da qual as pessoas e instituições aperfeiçoam sua interação com o meio ambiente e possibilitam que, na sua organização e estruturação, os sistemas informacionais contemham os componentes necessários para o uso competente e agregado nos processos de trabalho.

A transformação de informação em conhecimento ocorre mediante a ação humana, ao agregar valor à informação formatada, a qual pode retornar aos sistemas para formar um novo ciclo, mediante o ingresso desse conhecimento na forma de dados. Targino (2002, p.237) assim explicita esta questão: “forma-se, então, o know how, patrimônio intangível, que constitui importante recurso estratégico”.

Nesta acepção, é possível diferenciar conhecimento e a matéria-prima da qual ele emerge, ou seja, os dados e as informações, podendo-se analisá-los a partir do chamado ciclo informacional, onde os dados ascendem a níveis mais elevados pela agregação progressiva de valor. Neste sentido, para Davenport e Prusak (1998), a informação passa a ser o elemento intermediador e de agregação de valor entre o dado e conhecimento. Tarapanoff (2001, p.119) complementa essa concepção ao colocar que “o conhecimento avalia, interpreta e integra os dados e informações que podem se tornar explícito ou tácito que envolve um processo dinâmico de aprendizagem”.

Sob a ótica de Sandman (2002 apud MILLER, 2002, p. 93) as organizações devem entender como “inteligência a informação analisada de forma a poder servir de base para uma decisão. A análise é o elo de ligação entre o material bruto – dados – e o produto de valor agregado – inteligência”.

A quantidade de informações armazenadas em diversos tipos de formatos e disponíveis para consulta e pesquisa, na opinião dos especialistas, dobra de volume a cada dois anos e podem ser classificadas, segundo Oliveira (2004, pp.46-47) em:

- informações seletivas – informações sobre a empresa para divulgação e que servem como fontes de retroalimentação;
- informações obrigatórias ou legais – são impostas pela lei e pela convenção;
- informações confidenciais – revestida de sigilo, acessível a poucas pessoas;
- informações complementares – que precedem a outras, servindo como apêndices ou complemento.

Enfatizando a importância da informação o mesmo autor afirma que:

a informação é o centro de tudo. Saber usá-la representa a sobrevivência de qualquer organização. Uma empresa que toma decisões retrospectivas apenas tapa buracos ou apaga incêndios, mas não trabalha com informações, e se ocorre alguma coisa parecida, é de má qualidade (OLIVEIRA, 2004, p.47).

Destarte, esta deve ser bem entendida pelos planejadores estratégicos, seja no governo, seja nas empresas, de modo a se explorar o seu uso e a obter os maiores benefícios possíveis para seus empreendimentos, e se constitui num instrumento imprescindível ao desenvolvimento social, político e econômico dos países (ibidem).

Já McGee e Prusak (1994, p.24) enfatizam a necessidade de gerenciamento da informação pelas organizações, chamando atenção que a “informação são dados coletados, organizados, ordenados, aos quais são atribuídos significados e contexto. Informação deve informar, enquanto os dados absolutamente não têm essa missão”.

De acordo com o nível informativo apresentado por Urdaneta (1992), Davenport e Prusak (1998), Tarapanoff (2001), o processo informacional percorre uma trajetória que é iniciada nos dados, em sua forma bruta, e finaliza na inteligência (Figura 4, p. 63). Nessa concepção, Inteligência são arcabouços de conhecimento que contextualmente relevantes e estruturados oferecem subsídios para a tomada de decisão.

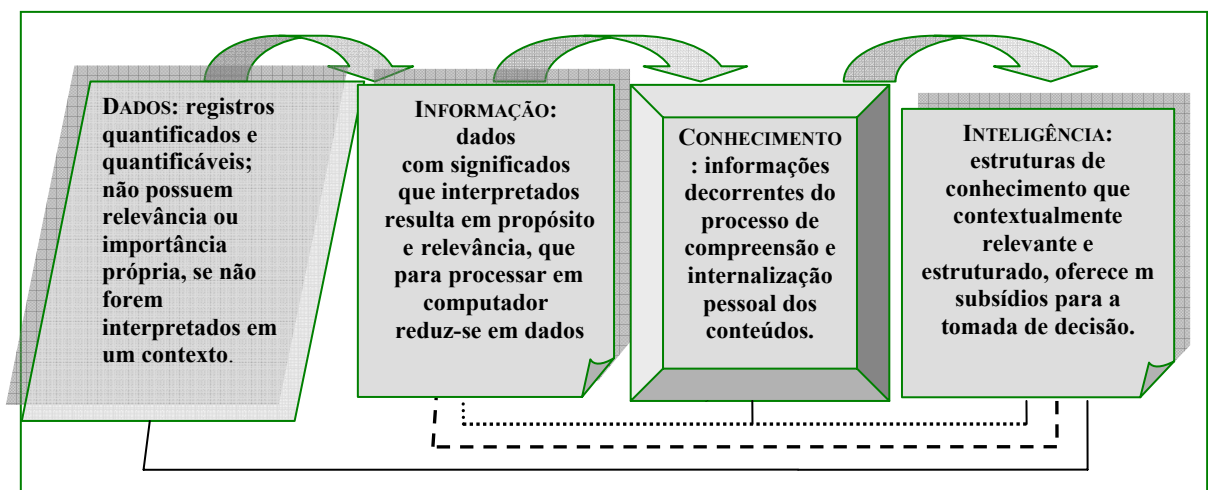


FIGURA 4. Dado, Informação, Conhecimento e Inteligência.

Fonte: adaptado de Davenport e Prusak (1998); Urdaneta (1992).

Para esses autores, os dados são conjuntos de fatos distintos, relativos a eventos, que se transformam em informação quando se agrega valor a eles. Segundo Tarapanoff (2001, p.118), “as informações resultantes desse processo incluem características adicionais do problema, geram hipóteses, conseqüências das hipóteses, sugere soluções para os problemas, explanação e justificativas de sugestões, certezas de argumentos”.

Neste cenário, não basta dispor de grande volume de dados e informações, mas da agregação de valor, da informação analisada, para que se constitua em força motriz dessa inteligência (MILLER, 2002).

Segundo Gomes (2001, p.23), “na maioria das organizações os tomadores de decisão freqüentemente trabalham com grande quantidade de dados em estado bruto, pequena quantidade de informação com valor agregado derivado de análises e muita pouca inteligência para tomada de decisão”.

As organizações precisam de investimento contínuo no gerenciamento da informação e o seu uso cria um elo positivo de *feedback*. “Informação dá origem a mais informação e conhecimento a mais conhecimento”, afirma McGee e Prusak (1994 p.10). Esses autores apontam a importância da influência da informação na elaboração da estratégia das organizações e a tendência crescente em direção a uma maior interação eletrônica entre elas, para integrar os volumes crescentes de informação gerada internamente com os volumes também crescentes de informação externa.

A informação não se limita a dados coletados; na verdade informação refere-se a dados coletados, organizados, ordenados, aos quais são atribuídos significados e contexto. Nesta perspectiva, cada vez é mais utilizada pelas organizações a adoção de padrões de informações, visando à agregação de valor, com a aplicação de indicadores, índices, parâmetros e referências para a análise dos dados e sua transformação em inteligência, como pode ser visto no recurso de pirâmide informacional de Gouzee et al. (1995) (vide Figura 5).

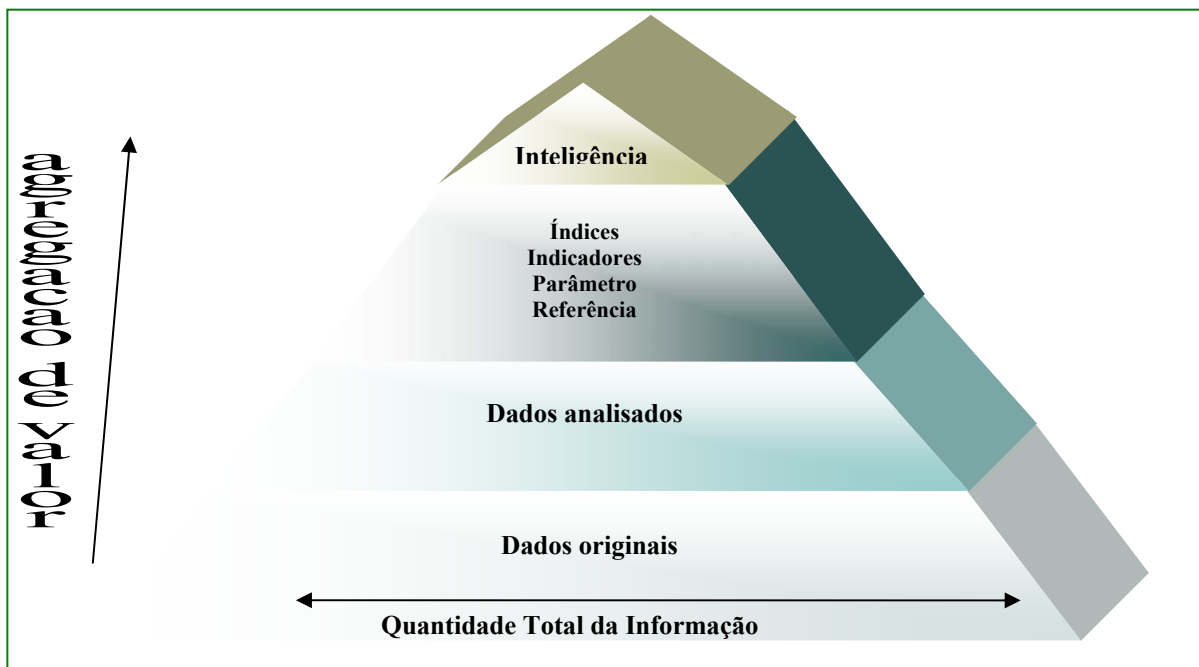


FIGURA 5. Pirâmide de Agregação de valor à informação.

Fonte. Adaptado de GOUZEE et al., 1995.

Ao analisar os dados originais e construir os indicadores, parâmetros e referências, procura-se dar operacionalidade e clareza para a identificação aos elementos fundamentais na tomada de decisão.

Kahamer (1996 apud SILVA, 2005) distingue informação e inteligência, enfatizando que apenas a informação não permite que se tome boas decisões, enquanto a inteligência, como um conjunto de informações analisadas, é a base para o processo decisório.

4.2. A INTELIGÊNCIA COMPETITIVA

A abordagem aqui apresentada faz um rápido comentário de alguns pontos considerados essenciais da inteligência competitiva como processo que orienta uma ação, para a introdução do tipo específico de inteligência aplicada para a área fiscal das administrações fazendárias.

Diversos estudos e pesquisas sobre a inteligência competitiva vêm sendo realizados no Brasil, com ênfase, principalmente, na competitividade das empresas, sobre a qual há também uma farta literatura sobre o assunto. Esse tema é abordado como *business intelligence* e *competitive intelligence*, e como *veille anticipative stratégique* na França.

Para Lesca, Janissek e Freitas (2003, p.1) é da “Inteligência Estratégica Antecipativa” (IEA), conhecida em inglês como *environmental scanning*, que derivam todas os outros tipos específicos de inteligência, citando como suas variantes a Inteligência Tecnológica (produtos, serviços, inovação), a Inteligência Competitiva (concorrentes e competidores), Inteligência Comercial (clientes), Inteligência Territorial (relacionada ao Estado), Inteligência Legal (leis, jurisprudência), Inteligência Social entre outros. Todos esses tipos têm como objetivo produzir informação e conhecimento que possam contribuir na tomada de decisão e na formulação de estratégias das organizações.

Com a explosão da tecnologia da informação e o grande avanço nas telecomunicações, as empresas de todo o mundo foram influenciadas pelo ambiente externo, pelas oportunidades e ameaças, dependendo cada vez mais da chamada informação estratégica produzida pela Inteligência Competitiva (IC).

A IC vem sendo potencializada na “Era da Informação” e utilizada para a retomada do crescimento e promoção do desenvolvimento de nações e de empresas, e apresenta uma expressiva demanda no Brasil, na última década. Basicamente, sua atividade consiste na aplicação de métodos de vigília do ambiente externo de uma empresa, buscando monitorar as atividades dos concorrentes e identificar novos produtos e tecnologias.

Nesta perspectiva, a IC trata apenas do emprego de uma metodologia específica para processar todas as informações disponíveis, transformando-as em um produto específico – a Inteligência – elaborada para atender a uma demanda definida. Esta se faz cada vez mais necessária em razão da multiplicação das fontes de informações científicas, técnicas, econômicas e políticas, e funciona como uma ferramenta de apoio ao processo de tomada de decisão e à administração estratégica das organizações.

Entender a diferença entre o que seja informação e inteligência é fundamental para tornar mais eficiente a ação de decidir. Assim, para a inteligência é preciso analisar, correlacionar e identificar as tendências capazes de impactar, exigindo o monitoramento constante do ambiente onde a empresa atua (BORGES & CAMPELLO, 1997). O que se percebe nas empresas, na maioria das vezes, é a produção de muitos relatórios que os executivos têm para ler, muitos dados para manipular, para tomar uma decisão, o que significa que eles detêm muita informação e pouca inteligência (MARCO, 1999).

Bessa (2002, p.36), ao abordar esse aspecto, cita o consultor John Rosenthal, que fala dos estoques de informação nas organizações que, para ele, nos “nossos depósitos de conhecimentos e informações corporativas, vastos e sem aplicação, têm pouco poder quando entopem relatórios, arquivos e bancos de dados. Hoje em dia, informações não faltam. Faltam ferramentas para entregar a informação certa, às pessoas certas, e no tempo certo”.

Pode-se dispor de um grande número de informações, usualmente chamadas informações descritivas e que se referem a uma determinada situação estática, porém, é cada vez mais necessário que as organizações operem apoiadas em eficientes sistemas de coleta e análise de informação estratégica, cuja produção é responsabilidade da Inteligência Competitiva.

Tarapanoff et al. (2000, p.94) enfatizam que, em uma aplicação da inteligência competitiva, “a organização deve observar seletivamente a grande quantidade de sinais criados em um ambiente dinâmico, interpretar as mensagens confusas e perceber os indícios relativos às suas atividades e objetivos”.

A maioria das conceitualizações de IC está baseada no processo de análise e filtragem da informação para o apoio dos tomadores de decisão, que são entendidas pela *Society of Competitive Intelligence Professionals* (SCIP) como “o processo da coleta, análise e disseminação ética de inteligência acurada, relevante, específica, atualizada, visionária e viável com relação às implicações do ambiente dos negócios, dos concorrentes e da organização em si”. Assim, o processo de inteligência está pautado na produção de conhecimentos para gerar recomendações que orientem as ações futuras e possam proporcionar oportunidades para as organizações (MILLER, 2002, p.35).

Para Tyson (1998 apud Marco, 1999, p. 4), a Inteligência Competitiva seria, “no contexto empresarial, como um processo sistemático que transforma dados e informações dispersas em conhecimento estratégico”, envolvendo todas as informações e conhecimentos internos e externos que tenham impacto na organização.

Percebe-se a ênfase no ambiente externo das organizações como fundamentais na IC, seja para conhecer os competidores, seu perfil, ou para o monitoramento do meio e suas interações. Na realidade, busca-se suprir as necessidades de informação estratégica da empresa que, no nível atual de globalização e de informatização, as informações do ambiente interno e externo tornam-se extremamente valiosas.

Segundo Porter (1999, p.35), “a maioria dos estudos recentes trata a competitividade como fenômeno relacionado às características de desempenho ou de eficiência técnica. Na verdade, a competitividade deve ser vista como um fenômeno que reflete o grau de capacitação alcançado pelas organizações e que se traduz nas técnicas por elas praticadas”.

O processo de transformar informação bruta em inteligência, segundo Kahamer (1996 apud SILVA, 2005), Miller (2002), Gomes e Braga (2001) Tarapanoff et al. (2000); Lesca (2003); e outros, envolve um ciclo de quatro etapas básicas (Figura 6).

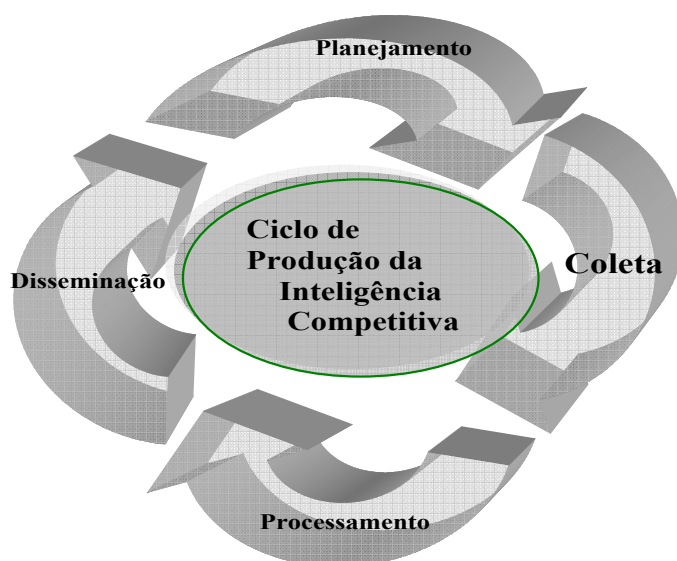


FIGURA 6. Ciclo de Produção de Inteligência Competitiva.

Fonte: adaptado de KAHANER (1996 APUD SILVA, 2005), GOMES E BRAGA(2001) ; LESCA (2003); MILLER (2002); TARAPANOFF (2001).

O planejamento ou identificação de necessidade se constitui no processo inicial para a definição do tipo de inteligência a ser produzida e que orienta e determina as ações necessárias para a coleta de dados e informações. Essa coleta envolve a captura dos dados e informações, que podem estar de muitas formas e em diversas fontes, tanto internas como externa (primárias e secundárias), sendo a sua maioria de domínio público, através de jornais, revistas, relatórios anuais, bases de dados, fontes informais entre outros.

A etapa de análise da informação e sua transformação em inteligência é geralmente considerada a mais difícil, onde é necessário interpretar e pesar as informações, formular uma proposição, identificar padrões e medidas para análise.

Concluindo o ciclo, a disseminação envolve a distribuição do produto da inteligência, que pode assumir várias formatações (relatórios, informes, sumários, exposições substanciais, entre outros), onde são sugeridas e defendidas possíveis ações a tomar. É também o momento

em que pode ficar evidente as ações subseqüentes, que podem gerar a necessidade de novos processos de inteligência.

Para Fuld (1995, apud MARCO, 1999, pp.13-14), o sucesso do processo de construção da inteligência competitiva exige das organizações o entendimento dos princípios abaixo:

- Tenacidade – se constitui em ação inerente à atividade organizacional, de modo que a obtenção de informações seja feita de maneira constante, diária, estimulada por uma cultura informacional;
- Longevidade – se consolide ao longo dos anos, sendo que o desafio está em sedimentar a cultura de informação no ambiente organizacional;
- Envolvimento – necessita o compartilhamento da responsabilidade pela coleta e análise das informações internas, resultando numa disponibilidade mais rápida e no uso muito maior do sistema.

Percebe-se que, independente do porte da empresa, esses princípios são fundamentais para dar sustentação à atividade de inteligência e pode ser aplicado a vários aspectos de uma empresa.

No caso do Brasil, Bessa (2002) identifica categorias básicas da atividade de Inteligência e suas funções, para apoiar o processo de planejamento e tomada de decisão nos seguintes segmentos:

- a) Inteligência Competitiva e Tecnológica, que vem sendo realizada pelas empresas para o aumento da competitividade;
- b) Inteligência Econômica, oferecida pelo Estado para apoiar o desempenho das micro, pequenas e médias empresas brasileiras e na capacidade de atuação no mercado internacional;
- c) Inteligência de Estado, visando à defesa do estado, da sociedade, da eficácia do poder público e da soberania nacional;
- d) Contra-inteligência, visando à proteção das informações sensíveis, seja para salvaguardar os assuntos sigilosos de interesse do Estado e da sociedade brasileira, seja para a manutenção da competitividade das empresas.

Os produtos de Inteligência Competitiva diferem significativamente uns dos outros e, segundo Dugal (1998, apud MARCO, 1999), podem variar em função do tempo de vida útil, do público a que são dirigidos, dos processos envolvidos na execução, das fontes utilizadas na obtenção de informações, das formas de disseminação e do custo.

Outra forma de ilustrar o que trata a atividade de inteligência é levar em conta as diversas categorias utilizadas para organizar o esforço de obtenção, análise e disseminação. Há várias formas de classificar os tipos de inteligência; Sherman Kent (1949, apud MARCO, 1999) dividiu os produtos analíticos segundo a função esperada, o que resulta na separação entre inteligência sobre fatos correntes (chamada de relatorial), sobre características básicas e estáveis dos alvos (chamada de inteligência descritiva) ou sobre tendências futuras (chamada de inteligência avaliativa ou prospectiva).

Muitas tecnologias podem apoiar as fases do ciclo da inteligência e, especificamente, a tecnologia da informação e o uso da Internet podem representar importantes ferramentas para o seu processo de produção no ambiente corporativo, tanto interno quanto externo.

March (1999, apud SHIMIZU, 2001, p.15) enfatiza:

Organizações perseguem inteligência. Nessa perseguição, elas processam informação, formulam planos e aspirações, interpretam ambientes, geram estratégias e decisões, monitoram experiência e recebem aprendizado dessa experiências e imitam as outras organizações, na medida em que elas fazem o mesmo.

Nesse sentido, a inteligência competitiva compõe o que Orozco (1999) denomina de inteligência organizacional, que enfatiza e explora informações de pessoas, estabelece redes para compartilhamento, incentiva a captura de informações externas e a produção de conhecimento no ambiente das organizações.

Conclui-se que as organizações, ao incorporarem nos vários processos decisórios a inteligência competitiva, sedimentam uma cultura forte em informação, capacitando continuamente os gerentes a reconhecerem e a compartilharem dentro do ambiente corporativo, de modo a refletir sobre a maneira de agir e suas atitudes, para que o valor desse processo venha a ser maximizado.

Nos processos organizacionais, a informação deve contemplar todos os elementos necessários para análise e processamento, apresentar nível de confiabilidade para submeter-se a testes, estar disponível no tempo certo, ser apresentada de forma correta para o seu emprego e possibilitar agregação de valor. Desta forma, a organização estará produzindo uma **gestão informacional**, a qual procura se adaptar às mudanças e aos novos cenários exigidos pela sociedade da informação.

5 INTELIGÊNCIA FISCAL – UM NOVO CENÁRIO

“Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito”. Paulo Freire

Este capítulo trata da informação e da inteligência como instrumento estratégico para contextualizar a Inteligência Fiscal como recurso estratégico das administrações fazendárias. Abordar o significado e a ação da inteligência fiscal, situando-a no contexto da inteligência organizacional e competitiva, é indispensável e oportuno para caracterizar a sua atividade e importância para o sistema fazendário, cujo conteúdo está direcionado ao tema da pesquisa.

Para tanto, traz uma reflexão dos conceitos básicos que norteiam a atividade de inteligência fiscal com vistas a delinear o escopo de sua ação e apresentar as fontes, natureza dos dados e algumas técnicas, propondo-se categorias, tipo e produtos, bem como descreve-se o seu ciclo de produção, para inserir a Inteligência Fiscal (IF), na ótica da Inteligência Organizacional.

5.1 INTELIGÊNCIA FISCAL – O ESCOPO DE AÇÃO

Nos estudos sobre Inteligência Competitiva, a pesquisa revelou propostas genéricas, bem como etapas, ferramentas e técnicas em autores como Urdaneta (1992); Davenport e Prusak (1998); Orozco (1999); Senge (2000); Terra (2000); Polloni (2000); Hoppe e Hoppe (2000); Tarapanoff (2001); Gomes e Braga (2001); Miller (2002); Silva (2002); Faggion et al. (2002); Lesca (2003), que oferecem os fundamentos para contextualizar a Inteligência Fiscal.

O significado do termo “Inteligência”, no ambiente organizacional, tem sido associado basicamente aos enfoques que determinam o nível maior de agregação de valor à informação e à implementação de uma atividade específica, visando obter informação e transformá-la em conhecimento estratégico, bem como o termo que identifica a função especial de um órgão ou serviço nacional de informação.

Furtado (2004, p.16) apresenta a inteligência de três maneiras: “processo-criação de inteligência; produto – resultado desse processo ou como função organizacional - pessoas voltadas especificamente para essa atividade”.

A inteligência é empregada há milênios e é bastante conhecida dos estrategistas civis e militares, mas foram estes últimos que, ao longo dos séculos, aprimoraram a atividade, estruturando-a e desenvolvendo-a. Seus fundamentos foram formalizados pelo general chinês Sun-Tzu, no século V a.C. porém, somente a partir da década de 80, é que vem sendo explorada no ambiente empresarial, principalmente nas grandes corporações, visando o monitoramento de informações externas e internas, para gerar os produtos de inteligência.

Em diversos países, o uso estratégico dos produtos da inteligência se deu a partir da Segunda Guerra Mundial, como instrumento para alavancar a competitividade das empresas, sendo que os métodos de inteligência que são utilizados atualmente na área de administração surgiram nesse período.

A maioria das produções na área foi elaborada por especialistas em obter e analisar informações, provenientes dos órgãos e serviços governamentais de inteligência, que foram contratados pelas grandes empresas para trabalharem em seus departamentos de pesquisa, desenvolvimento e marketing (PEREIRA DA SILVA, 2000).

A explosão das comunicações e informações tem modificado a conduta arraigada de pessoas, organizações e governos para controlar as informações ou restringir a sua disseminação, alterando a ênfase na busca de dados secretamente para a capacidade de se coletar as informações disponíveis nas chamadas fontes abertas, que podem ser obtidas em órgãos públicos e na própria Internet.

Para Bonnie Hohhof (2002 apud MILLER, 2002, p.157), as tecnologias de informação com equipamentos compartilhados, gerenciamento dos documentos, Intranet e Internet, vem dando sustentação a cada passo do processo de identificação, captura e organização do fluxo da informação e identifica como suas funções:

- alertar com a devida antecipação para o surgimento de oportunidades e ameaças;
- subsidiar o processo de tomada de decisões estratégicas;
- subsidiar decisões táticas e operações de negócios;
- avaliar e monitorar concorrentes, setores de negócios e tendências sociológicas e políticas;
- subsidiar o planejamento estratégico e a estratégia do processo.

A possibilidade de agregação de valor e o uso da informação como instrumento de inteligência é abordado por diversos autores, cujos modelos vêm orientando a construção desse produto pelas organizações. Dentre eles podemos destacar as proposições baseadas em “pirâmide informacional” (URDANETA, 1992), nas premissas da “hierarquia da informação” proposta por Shaker e Gembicki (1999, apud GOMES e BRAGA, 2001,p.24), nos “degraus de construção de inteligência” (TARAPANOFF, 2001) e adaptado por Silva (2005), fortemente ancorados na visão de agregação de valor.

Para Urdaneta (1992, p. 100), o ordenamento dos níveis de informação está baseado nos atributos de ‘quantidade e qualidade’, demonstrado em sua verticalidade, conforme Figura 7, onde o conhecimento exige um conjunto de “concepções, valorações e experiências de aprendizagem, adquiridas formal e informalmente” e a inteligência é de caráter ainda mais qualitativo.



FIGURA 7. Pirâmide Informacional.

Fonte: Adaptado de URDANETA (1992, p. 100).

Para esse autor, a inteligência representa o nível mais elevado de qualidade e agregação de valor da informação, que pode determinar o curso de uma ação e intervenção na realidade estudada. Neste sentido, enfatiza que:

quienes estudian el fenómeno de la información en el sentido plural expuesto, pueden plantear-se un “modelo de ciclo” para cada tipo de información por separado o un “modelo de agregación de valor” para explicar de manera integrada el proceso de conversión de datos em inteligência. (URDANETA, 1992, p.103)

Para Shaker e Gembicki (1999, apud GOMES e BRAGA, 2001, p.24), os dados são hierarquizados, também, num crescente de agregação de valor para ação; porém o conhecimento encontra-se embutido na informação, com ela se confundindo, e a inteligência representa “informação que é ativa e apresenta previsão”. Entretanto, para Gomes e Braga (2001, p.25), informação representa “dados significativos agregando o conhecimento de especialistas, sendo um subsídio útil à tomada de decisão”. Neste sentido, o conhecimento é intrínseco à informação, auxiliando o processo de entendimento e compreensão, visando transformá-la em inteligência, considerado vital para sua construção.

No esquema apresentado por Tarapanoff (2001), que procura distinguir dados, informação, conhecimento e inteligência, inserindo o processo da aprendizagem, é representado por degraus de construção de inteligência, cuja adaptação feita por Silva (2005, p.8) tem aplicadas as etapas de produção da inteligência (Figura 8).

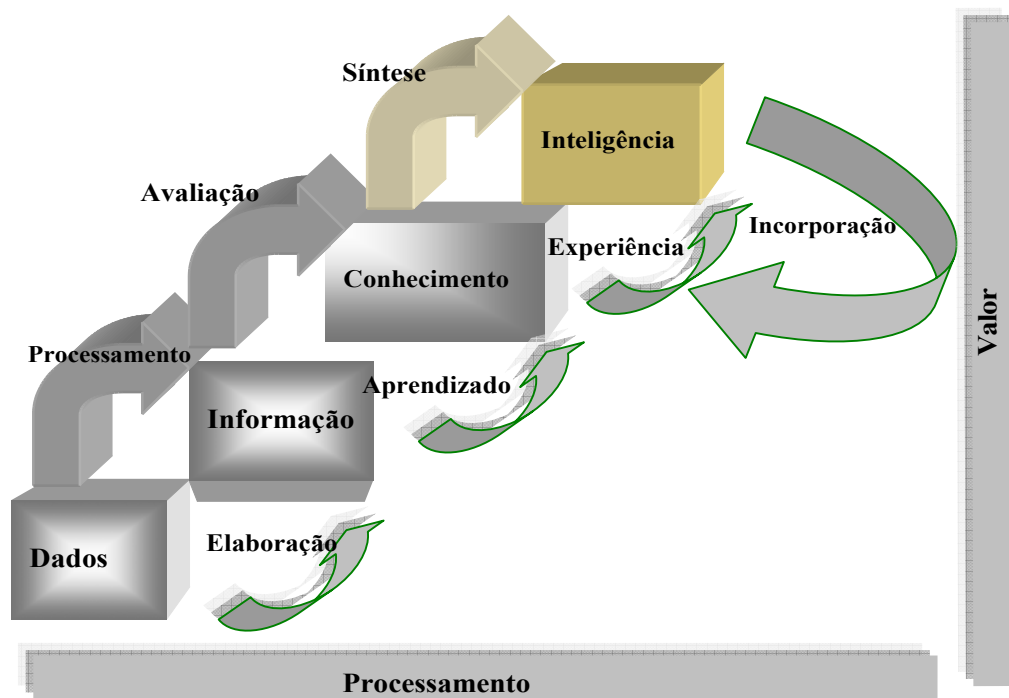


FIGURA 8. Degrau de Construção de Inteligência.

Fonte: Adaptado de TARAPANOFF, 2001 apud SILVA, 2005, p.8.

A aprendizagem representa o elemento “capaz de tornar o conhecimento potencialmente utilizável em processos futuros de processamento e elaboração” e a inteligência representa um esforço organizado e sistemático de coleta de dados e informações que corresponde à síntese de diversos conhecimentos e inferências aplicáveis em situações de relevância para a organização, solução de problemas e definição de diretrizes estratégicas (TARAPANOFF, 2001, p.119).

Essas abordagens são basilares para situar a inteligência fiscal, dentro da compreensão das “estruturas informacionais” do conhecimento, como colocado por Urdaneta (1992) no seu processo de transformação de dados em inteligência, bem como para Miller (2002, p.31), ao afirmar que “não há maneira de as organizações operarem eficazmente sem um sistema de coleta e análise de informações: isso é tão certo quanto o fato de que nenhum avião pode voar sem um apoio do radar”.

Independente do porte e da atuação organizacional, seja da área pública seja da iniciativa privada, o escopo de produção de inteligência está voltado basicamente para potencializar a informação qualificada, transformando-a em recurso que oriente a tomada de decisão.

Na inteligência, as informações precisam ser, principalmente, extrovertidas, prospectivas e qualitativas para alimentar o processo de decisão e ação no ambiente corporativo.

Por isso, não raras vezes, elas se constituem, apenas em sinais fracos, incertos e incompletos. Em outras palavras, o conjunto de informações que se impõem está mais orientado ao futuro e para o ambiente externo, a partir do conhecimento das capacidades e potencialidades internas da organização (OLIVEIRA, 2004, p.51).

O atual contexto de atuação das administrações fazendárias vem exigindo cada vez mais a adoção de novos mecanismos de ação fiscal, nos quais está inserida a atividade de inteligência, que surge como um novo paradigma, exigindo mudanças no planejamento e execução da fiscalização.

São várias as questões que pairam no processo de definição da Inteligência Fiscal nos sistemas fazendários. Elas ainda se encontram em fase de indefinição, mesmo quando se precisa situar a função e delimitar o escopo de ação, tratar as delicadas questões legais, utilizar os conceitos fundamentais da gestão de conhecimento, acompanhar as tecnologias da informação emergentes no processo de gerenciamento e comercialização das empresas (e-comércio), bem como no uso eficaz da Internet e dos recursos informacionais, a adoção dos

mecanismos de segurança da informação e, principalmente, em potencializar a inteligência organizacional e transformá-la em instrumento para atualizar a cultura corporativa.

O Centro Interamericano de Administrações Tributárias (CIAT), em documento¹⁰ encaminhado aos países membros, assim define a inteligência fiscal:

[...] entende-se por Inteligência fiscal a atividade de reunir informações com a finalidade de assessorar a administração tributária no planejamento e execução de suas atribuições legais, particularmente no combate à sonegação fiscal, à evasão fiscal, ao contrabando e ao descaminho. A atividade de Inteligência fiscal assume características pró-ativas e reativas. Quando pró-ativa, estará relacionada com a atividade de obtenção e análise de informações, possibilitando a elaboração de prognósticos na área tributária, visando ao combate a ilícitos e infrações tributárias ou aduaneiras, bem como ao aperfeiçoamento da legislação tributária ou de procedimentos administrativos. Quando reativa, poderá assumir a forma de investigação, auxiliando de forma decisiva na obtenção de provas e de indícios que poderão, oportunamente, ser utilizados tanto para fins administrativos quanto para instruir a representação criminal. (CIAT, 2006, p.7)

Nesta perspectiva, entende-se que a inteligência fiscal constitui um tipo específico de inteligência organizacional, que adota os procedimentos e técnicas da Inteligência de Estado e da Inteligência Competitiva, para a produção de informações e conhecimentos sobre fraudes fiscais, que permitam orientar as ações para a sua elucidação, e da sonegação fiscal decorrente da elisão fiscal. Essas inteligências apóiam a inteligência fiscal, que exige, na sua atividade, o emprego dos mecanismos de gerenciamento total da informação, ou seja, o monitoramento do ambiente externo e a potencialização e agregação de valor aos processos informacionais internos.

Como Inteligência de Estado, se insere no tipo reativa, estando voltada para a produção de elementos reveladores de fraudes fiscais de conteúdo penal e penal-tributário, ou seja, práticas ilícitas que podem ser configuradas como crimes comuns ou contra a ordem tributária. Assim sendo, somente as infrações fiscais tipificadas em lei penal podem se constituir em seu objeto de estudo e pesquisa, exigindo que o conhecimento e a inteligência gerados não se limitem à representação dos fatos, mas represente a evidenciação das fraudes ou, quando possível, das provas das irregularidades, e, por isso, está fortemente apoiada na chamada inteligência militar.

¹⁰ Elaborado pelo Grupo Técnico composto pelos países - Brasil (coordenação técnica), Canadá, Chile, Colômbia, Estados Unidos da América, França, Países Baixos.

Como Inteligência Competitiva, se ajusta ao tipo pró-ativa e volta-se para a implementação de estudos e pesquisas nas fontes internas e externas, visando maximizar o uso da informação e transformá-la em instrumento operacional tático e estratégico. Neste sentido, o CIAT destaca que:

faz-se fundamental que a administração tributária, seus agentes, prioridades e métodos de trabalho primem pela capacidade de adaptação e, devem estar aptas a agilizar novos e legítimos procedimentos que possibilitem ou facilitem as investigações. Neste sentido, é importante que a unidade de Inteligência fiscal tenha uma estrutura capacitada para a elaboração de estudos relativos a problemas técnicos, que tratem de elisão ou evasão fiscal, tanto em âmbito nacional como internacional. Assim estará apta a propor alterações legais, importantes no aprimoramento da legislação e no combate às fraudes fiscais, tanto no âmbito judicial como no administrativo. (CIAT, 2006, p.9)

Deste modo, a incorporação das práticas da IC à IF pode contribuir na criação de novos parâmetros voltados para a condução do processo de atuação da unidade de inteligência e elevar ao máximo as informações produzidas pelo trabalho fiscal e aquelas fornecidas pelo contribuinte. Em face da sua especificidade, as suas atividades se desenvolvem em dois níveis básicos, distintos e complementares, que compõem as áreas de:

- a) estudos e pesquisas – estudo das informações constitutivas das fraudes, visando à identificação e coleta de dados disponíveis em fontes abertas, pautados na inteligência competitiva para a elaboração dos produtos de inteligência, podendo definir a busca de informações nas operações investigativas;
- b) operações investigativas – procedimentos voltados para busca de dados negados ou ocultos, visando à complementação dos elementos informativos das fraudes, apoiados nas técnicas operacionais da inteligência militar. Nesse nível operativo, os produtos são voltados especificamente para empresas ou grupo de empresas e utilizados para a elaboração dos Relatórios de Inteligência, que contêm elementos para ações judiciais de cunho penal e penal-tributário.

Para Moura Campos (1997, p.4), as operações de inteligência seriam:

[...] ações ou procedimentos investigativos realizados com o propósito de obtenção do dado não disponível ou negado. Tratando-se de inteligência fiscal, o objetivo dessas ações é a obtenção do dado sonegado ou dissimulado. Sob esse prisma, parece evidente que a atividade de inteligência é, essencialmente, *intus-legere*, quer dizer, “ler por dentro”: ultrapassar o manto das aparências em busca de situações ou fatos não-disponíveis para representá-los adequadamente sob a forma de conhecimentos.

Nessa perspectiva, os procedimentos investigativos são aplicados para a produção de conhecimento e inteligência direcionada para o combate às fraudes fiscais caracterizadas como pontuadas e estruturadas¹¹ (MOURA CAMPOS, 1997).

Nas fraudes pontuadas, os produtos de inteligência são voltadas para o contribuinte fiscalizado e são apuradas em ações da própria equipe de fiscalização, como o uso das técnicas de análise da informação e de procedimentos básicos investigativos, enquanto as fraudes estruturadas são de competência da unidade de inteligência, que utilizam as ferramentas da inteligência militar e envolvem grupo de empresas com enorme poder de evasão fiscal.

Esse entendimento está pautado na visão de que as técnicas e procedimentos investigativos da inteligência devem permear todo o escopo do organismo fiscalizador, não se restringindo em um instrumento apenas de uma unidade, mas compor uma ferramenta da fiscalização para potencializar informações e conhecimentos sobre fraudes fiscais no ambiente fazendário.

Em relação à atividade de estudos e pesquisa, o seu escopo se amplia, envolvendo os estudos voltados para os diversos tipos de inteligência, de modo a orientar os tomadores de decisão no planejamento e processos de fiscalização, podendo ser utilizados como instrumento disparador de questões técnicas e legais da área fiscal.

Essa abordagem se ajusta à proposta do CIAT, que define, entre os objetivos da Inteligência Fiscal, “a produção de conhecimento para subsidiar o processo decisório na administração tributária, ampliando ou revelando situações que estejam contra a legislação e os objetivos e metas propostos pela instituição”. (CIAT, 2006, p.14). Assim sendo, essa pesquisa propõe uma sistemática de análise da informação que visa oferecer produtos de inteligência, apoiados em parâmetros, indicadores, índices e referências, medidas que permitem evidenciar a possibilidade da ocorrência de fraudes, não podendo ser confundidos com o acompanhamento de cunho eminentemente fiscal das análises econômico-fiscais, isoladamente.

A proposta desse estudo não envolve as operações investigativas, uma vez que o seu objetivo é identificar padrões de informações que permitam produzir inteligência fiscal, baseados na análise dos registros existentes nos sistemas de informação e na coleta de dados em fontes externas para viabilizar a descoberta de indícios, evidências ou, pelo menos, suspeitas de

¹¹ Fraudes pontuadas são aquelas praticadas por um único ou por poucos contribuintes, enquanto que fraudes estruturadas são praticadas por grupos organizados, envolvendo evasão de vultosas quantias.

fraude. Neste sentido, podemos inferir que a finalidade da inteligência fiscal, inserida na perspectiva dessa pesquisa, se ajusta ao apresentado para a inteligência competitiva por Canongia (2001, p.3), que explicita: “no processo de agregação de valor à informação permite a geração de produtos de inteligência, que facilitam e otimizam a tomada de decisão no âmbito operativo, tático e estratégico”.

Representando o processo da inteligência na área fiscal, recorre-se ao uso da metáfora do quebra-cabeça adotada por Lesca et al. (1996), para demonstrar a complexidade que envolve a elaboração dos seus produtos, cujos componentes para sua construção são obtidos de dados, informações e conhecimentos diversos e em fontes multifacetadas, com recursos de coleta próprios da área da inteligência competitiva e da inteligência militar (Figura 9).

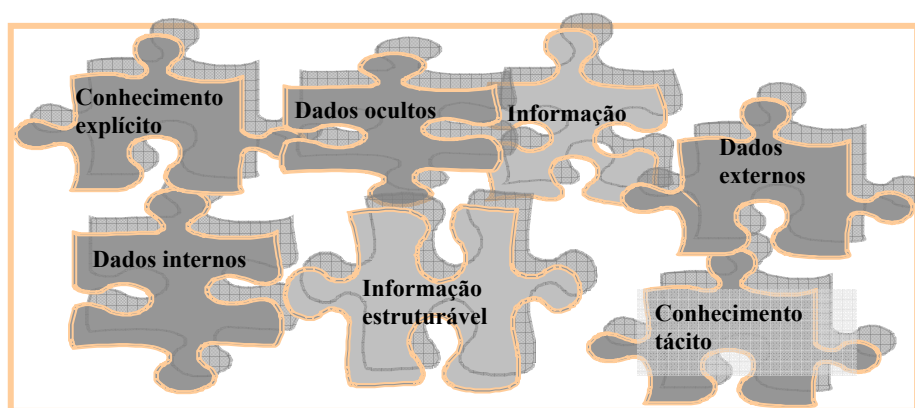


FIGURA 9. A construção da inteligência fiscal – metáfora do quebra-cabeça.

Fonte: adaptado de LESCA et al., 1996.

A adoção de metáforas e analogias, para melhor representar e favorecer o entendimento de determinados assuntos, tem sido fartamente utilizada por Lesca et al. (1996), para explicar o processo de interpretação das diversas peças de informação que, encaixadas, mostram o processo de inteligência competitiva. Essas peças são analisadas e interpretadas num processo elaborativo de agregação de valor para formar um todo lógico, que permita entender a realidade estudada e que configura e evidencia as fraudes fiscais.

Pode-se, ainda, ao associar essas peças, identificar alguns padrões que auxiliam na construção de medidas de análise, mas que, como um caleidoscópio, nunca se repete a situação prévia, exatamente igual. Neste sentido, pode-se alcançar consistência apenas por identificação de fatos e evidências de diferentes situações a respeito de alguma característica particular; e isso requer inferências e integração de novas estruturas de conhecimentos, principalmente o

conhecimento tácito.

Deve-se então, inicialmente, decidir quais as variações dos fatos podem ser identificados nos padrões recorrentes, como não fazendo parte deles, discernir contra sua formação aleatória. Depois, saber quais variações devem ser aceitas, com chances normais no surgimento dessas características identificáveis; do contrário, desacreditar totalmente nesta característica, como um elemento de padrão de fraude.

No prosseguimento de adotar o recurso da linguagem figurada ou de estilo, para definir a necessidade de estudo e aplicação da metodologia na produção de inteligência, na correlação da infração fiscal aos possíveis nichos de fraudes decorrentes dos padrões de informações, pode-se ainda, por analogia, partir da premissa de que “onde há fumaça, pode haver fogo”, ou seja, onde acontecem as infrações, é possível estarem ocorrendo fraudes, o que dispara então a necessidade de aplicação do ciclo de produção da inteligência fiscal.

5.2 CICLO DE PRODUÇÃO DA INTELIGÊNCIA FISCAL

As etapas do processo de inteligência podem variar de empresa para empresa. Moura Campos (1999, p.3) apresenta a “natureza do conhecimento gerado pela atividade de inteligência fiscal como conhecimento processado, e resultante de processos mentais como análise, comparação, avaliação, dedução e síntese”, enfatizando as técnicas operacionais para a coleta e busca do dado negado, fundamentalmente apoiados nas técnicas da inteligência militar.

Na realidade, esses “processos mentais” correspondem às funções básicas de um setor que se dedica a produzir inteligência, que envolve basicamente o planejamento, a coleta, o processamento e a difusão de informações estratégicas, que também compõem o ciclo de produção em qualquer tipo de inteligência.

A área de inteligência fiscal, ao adotar o modelo da IC, se insere no modelo abordado por Zanasi (1998, apud LOH et al., 2000, p.3), que estabelece as fases de identificação das necessidades de informação (as etapas de compreensão do problema e planejamento), definição de fontes (internas e externas), identificação de dados relevantes (pesquisa estratégica), análise e interpretação (fase de analítica e de síntese) e difusão dos produtos (disseminação) (Figura 10).

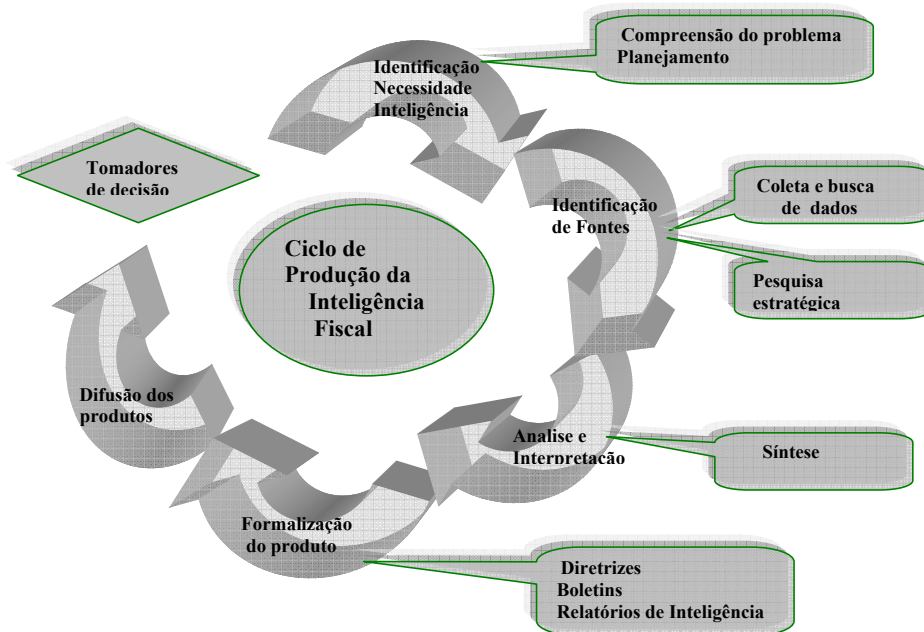


FIGURA 10. Ciclo de Produção de Inteligência Fiscal

Fonte: adaptado de ZANASI (1998, apud LOH et al, 2000, p.3).

As etapas do processo de inteligência podem variar de órgão para órgão, a depender das características e funções e da situação em que ele se encontre. Segundo Loh (2000), “caso o órgão já conheça suas necessidades de informação, ele pode partir diretamente para a coleta e monitoração da informação, caso contrário, torna-se necessário identificar essas necessidades e, muito provavelmente, remodelar os sistemas de informação da empresa” (LOH et al.,2000, p.4). Na proposta desse estudo, essas etapas são entendidas nas seguintes perspectivas:

a) Identificação das necessidades de inteligência fiscal

As necessidades de produção de inteligência fiscal são decorrentes, basicamente, das denúncias, tanto da população como das encaminhadas pela fiscalização para a área de operações investigativas, e da identificação de indícios ou evidências de fraudes obtidas pela análise de informações, via área de estudos e pesquisas. Envolve a elaboração do planejamento da coleta de dados e informações externas e análise preliminar nas fontes internas.

As prioridades são definidas em função do impacto na arrecadação de imposto que o segmento, subsegmento e ramo de atividade econômica, onde ocorrem essas fraudes denunciadas ou indícios. Podem surgir também demandas oriundas de necessidades específicas dos tomadores de decisão, visando à obtenção de informações estratégicas em ações voltadas para um grupo de empresas ou para determinado contribuinte analisado.

b) Coleta e busca de dados e informações

A especificidade da inteligência exige a utilização de mecanismos de coleta e busca de informações próprias, que dependem fundamentalmente de diversos fatores que influenciam na captura de dados e informações em fontes externas, fazendo com que sejam também utilizadas, no seu processo, as técnicas e procedimentos de dois tipos de inteligência (Competitiva e Militar), para a obtenção das informações públicas ostensivas¹² e as ocultas ou negadas¹³.

Na obtenção de informações públicas ostensivas, a aplicação da metodologia e das ferramentas da Inteligência Competitiva (IC) para a produção da inteligência fiscal está na dependência da dinâmica que envolve a estrutura dos dados dos segmentos, subsegmento e atividades econômicas que compõem o processo de fiscalização no sistema fazendário, e da característica que envolve a construção dos produtos de inteligência.

Com relação à busca de dados ocultos, simulados e negados são, principalmente, as ações operacionais, desenvolvidos por agentes treinados nas técnicas da inteligência militar, que buscam os elementos que complementam e auxiliam o processo de produção da IF.

c) Análise e síntese

Nesta etapa, é realizado o processamento da informação, agregando conhecimento para transformá-lo em informações estratégicas para a tomada de decisão, pois apenas a análise e a avaliação podem atribuir significado a dados coletados, transformando-os em informação (CHECKLAND, 1981, apud TARAPANOFF, 2002, p.21). A ênfase é identificar possíveis evidências ou indícios de ocorrência de fraudes fiscais, através da análise dos dados e informações dispersos, da comparação e da correlação dos seus diversos elementos constitutivos, para dar-lhes significados e contextualizar a inteligência produzida.

Este procedimento está calcado no processo de formulação de hipóteses e inferências, baseado no método dedutivo, em que as conjecturas levantadas sobre a possibilidade de ocorrência de fraude vão orientar o processo de planejamento das ações fiscais.

¹² Informação contida em documento cujo acesso é irrestrito (Decreto nº. 2.134 de 24/01/1997 – revogado pelo Decreto 4553 de 27/12/2002. Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do estado, no âmbito da administração pública federal, e dá outras providências).

¹³ Informação não disponibilizada para a fiscalização, exigindo procedimento de busca.

d) Formalização

A formalização representa a etapa de representação do produto de inteligência e está diretamente relacionada à categoria e ao tipo de inteligência implementada, ou seja, documentos mais analíticos representados pelas Diretrizes ou Boletins e Informes de inteligência, e pelos revestidos de cunho operacional, Relatórios de Inteligência Fiscal, que evidenciam o processo de fraude identificado na empresa ou estabelecimento. Os produtos formalizados pela inteligência fiscal estão circunscritos aos tomadores de decisão, seja nos órgãos fazendários e jurídicos, mais especificamente, seja do poder judiciário ou do Ministério Público.

e) Difusão

O processo de disseminação da inteligência fiscal está na dependência do produto elaborado, do tipo e da categoria da inteligência que foi implementada. Como envolve informações estratégicas, seja para o planejamento de ações de fiscalização, seja para subsidiar a apuração dos crimes tributários, a sua difusão exige a adoção de graus diversos de sigilo e restrição de acesso.

Os documentos elaborados para subsidiar os procedimentos de fiscalização são encaminhados diretamente aos administradores vinculados às áreas nas quais as questões demandam processo decisório, enquanto os que envolvem ações de caráter penal são encaminhados à área jurídica para apoiarem o oferecimento das ações próprias de cada órgão.

5.3 FONTES E TÉCNICAS DA INTELIGÊNCIA FISCAL

Em função de suas características peculiares, a inteligência fiscal utiliza fontes de informações advindas de três grupos básicos:

a) fontes oficiais – registros existentes em órgãos públicos, entidades não governamentais que possuem dados relativos ao desempenho econômico, financeiro e fiscal das empresas;

b) fontes públicas – informações em artigos, jornais e Internet que possam amparar o processo de análise e interpretação dos dados, ou mesmo fornecer informações e subsídios que auxiliem na identificação de fraudes;

c) ações de fiscalização e investigação – coleta e busca de dados e informações através

de procedimentos de fiscalização e investigativos, voltados para o apoio de processo de análise e interpretação das fraudes apuradas.

Em relação à obtenção dos dados e informações nessas fontes, a inteligência fiscal se defronta com duas questões básicas para sua coleta e captura. A primeira refere-se à dificuldade de encontrar dados primários ou mesmo secundários em fontes públicas, exclusivos e relevantes, ajustados a alguns ramos de atividade econômica vinculados às categorias de fraudes pesquisadas. A segunda está na captura de dados e informações pelas ações de fiscalização, e que, no caso de dados negados ou ocultos, sejam possíveis de serem identificados pelas equipes operacionais de inteligência.

Outrossim, pode-se inferir que a natureza dos dados, das informações e dos conhecimentos na inteligência fiscal está esquematizada da seguinte forma (Figura 11):



FIGURA 11. Naturezas dos Dados e Informações.

Fonte: Adaptado de VALENTIM et al., 2000. p.7

Os dados e informações ocultas ou dissimuladas representam elementos que foram negados ou não apresentados para a fiscalização e que precisam ser obtidos, correspondendo à “prática de atos simulados, so-negados que precisam ser des-velados (MOURA CAMPOS, 1999, p.4).

Os dados, informações e conhecimentos estruturados correspondem a registros organizados e distribuídos em bancos e bases internas e externas, relatórios, publicações impressas, dentre outros, e apresentam elementos significativos para o assunto estudado ou fraude apurada.

No que tange aos estruturáveis são os existentes em fontes diversas na organização, porém

sem seleção ou tratamento, podendo ser correlacionados e se constituir em subsídios úteis dentro de um contexto de análise.

Para Tarapanoff (2003, p. 23), o emprego de técnicas e ferramentas de análise “convergem para a monitoração de informações ambientais, que se podem concretizar na estruturação de sistemas de informação para a tomada de decisão”. Neste sentido, a inteligência fiscal pode recorrer à utilização de ferramentas para auxiliar na transformação dos dados, existentes nos bancos de dados corporativos, em informação e conhecimento, podendo empregar, entre outros sistemas:

- *DSS (Decision Support System)*: é um sistema desenvolvido para auxiliar os executivos do nível tático das corporações no acesso das informações críticas do negócio, de forma rápida e segura.

- *Data Mining*: processo de descobrir, de forma automática ou semi-automática, o conhecimento que está “escondido” nas grandes quantidades de dados armazenados em bancos de dados. Há várias tarefas de *Data Mining*, sendo que cada tarefa pode ser considerada como um tipo de problema, no qual se busca por um determinado conhecimento.

- *Text Mining*: é o processo de extrair conhecimentos de grandes volumes de texto (*KDT - Knowledge Discovery in Texts*), não conhecidos e de máxima abrangência, usando-os para apoiar tomadas de decisão e/ou sumarizar textos (documentos, artigos de jornais, etc.).

- *Data Warehousing*: é o processo que consiste na coleta, organização e armazenamento de informações oriundas de bases de dados diferenciadas, disponibilizando-as adequadamente para outros processos de análise. É um banco de dados orientado por assuntos integrados, não voláteis, porém, variável com o tempo, que utiliza ferramentas destinadas a automatizar a extração, filtragem e carga dos dados, criado para apoio à decisão. (CARDOSO JR., 2005, pp.102-103).

Para a análise e interpretação dos dados e informações recorre-se também às técnicas, métodos e ferramentas analíticas que auxiliam na análise, evidenciação e projeções que visam apoiar o processo de contextualização da problemática da fraude, entre as quais podemos citar:

a) fluxogramas e evidenciação gráficas – ferramenta de demonstração das relações e conexões entre pessoas e fatos, e representação gráfica do *modus operandi* da fraude;

b) 5W e 1H – técnica de planejamento básico para estruturar resposta a uma determinada pesquisa, estudo ou investigação sobre a fraude, que responde às questões:

What - qual o tipo de informação a ser obtida;

Who – quem ou qual a fonte de informação requerida;

When - quando se refere a informação;

Where – onde se obteve a informação;

Why – por que a informação é importante;

How – como é a informação.

c) *Brainstorming* – técnica de geração de idéias na qual são estimuladas respostas criativas em um grupo, para levantar possibilidades em relação a situações nas quais pode haver a permissão ou efetivamente ocorrência de fraudes;

d) cenários de tendências – enquadram-se entre as técnicas exploratórias e probabilísticas de prospecção de eventos para identificar os possíveis cenários de determinado aspecto, legislação, procedimento ou medida que possam viabilizar a ocorrência de fraudes, podendo ainda determinar ou mostrar um leque de possíveis alternativas de solução;

e) matriz de correlação – técnica baseada na árvore de problemas de Borlay (1993, apud TARAPANOFF, 2000), que examina as relações de causa-efeito e meios-fins, verificando-se se não foram omitidas conexões importantes, servindo como modelo para a estruturação das possíveis correlações ou eventos da fraude.

5.4 CATEGORIAS, TIPO E PRODUTOS DA INTELIGÊNCIA FISCAL

A ação de inteligência fiscal está voltada para minimizar a permanência no mercado de empresas que operam sonegando imposto e, com isso, dificultam a atuação de contribuintes que cumprem suas obrigações fiscais. Na perspectiva desta dissertação, com base nas classificações apresentadas por Marco (1999), Bessa (2002), e Cardoso Filho (2005) pode-se definir a inteligência fiscal com base em quatro categorias:

a) Inteligência Estratégica

Objetiva a produção de conhecimentos relativos às possibilidades e vulnerabilidades às fraudes e sonegação de impostos em empresas, ramos de atividades, subsegmentos, segmentos e dos setores econômicos. Oferece informações no nível mais macro e orientam os tomadores de decisão para as questões que exigem definições de cunho técnico ou legal;

b) Inteligência Tática

Orienta processos de planejamento fiscal, seja para nortear as ações de investigação pelas unidades de inteligência, seja para fornecer informações relativas aos estabelecimentos, empresas, ramo de atividades, subsegmentos e segmentos econômico, que exigem dos tomadores de decisão um monitoramento ou programação específica de fiscalização;

c) Inteligência Corrente

Fornece informações de fatos que exigem uma ação imediata, seja para a verificação do processo de inscrição no cadastro, seja para programar a fiscalização na empresa. Essa categoria está voltada para a produção de inteligência aplicável ao estabelecimento, objetivando nortear decisões em curto prazo;

d) Contra-Inteligência

Promove ações voltadas para a salvaguarda e proteção das informações e de medidas para a redução da vulnerabilidade do ambiente organizacional.

Essas categorias determinam os níveis de ação a que elas estão relacionadas, definindo os tipos de inteligência a serem desenvolvidos e o produto a ser gerado (Quadro 2).

| CATEGORIA | TIPO DE INTELIGÊNCIA | PRODUTO |
|-----------------------------|---------------------------------|---|
| a) Inteligência estratégica | 1. Prospectiva 2. Estimativa | Diretrizes de Inteligência |
| b) Inteligência Tática | 1 Vigilância | Boletins de Inteligência Relatórios de Inteligência Fiscal |
| c) Inteligência Corrente | 1 Alerta 2 Ação focada | Boletins de Inteligência Informes Relatórios de Inteligência Fiscal |
| d) Contra-inteligência | 1. Ação focada | Boletins de Inteligência |

QUADRO. 2 .Categoria, tipo e produto de inteligência fiscal.

Fonte: Elaboração Própria

A Inteligência Prospectiva é um tipo que envolve a construção de cenários de tendências que demandam análise das fraudes, nos quais se pode empregar variáveis de opinião e está fortemente ancorada na visão de compartilhamento de informação e conhecimento. Exige, na

elaboração de seus produtos, a troca intensiva de conteúdos entre os especialistas internos da área estudada no ambiente organizacional.

A Inteligência de Estimativa está calcada na construção de parâmetros e indicadores, através dos quais se infere as possibilidades ‘de ocorrências de evasão de receitas’ e apresentam um panorama do contexto analisado, oferecendo subsídios para a aplicação da Inteligência Prospectiva.

Os produtos decorrentes da Inteligência Prospectiva e de Estimativa são formalizados no documento Diretrizes de Inteligência, que visa oferecer aos administradores um espectro ampliado de aspectos técnicos, voltados para a supressão de receitas, bem como recomendações a respeito de determinadas questões e seus reflexos sobre o contexto das fraudes. Nesta perspectiva, as análises e pesquisas exploram os dados, informações e conhecimentos no âmbito econômico, fiscal e contábil para empresa, setor, segmento ou subsegmento de atividade econômica, e se constitui em relatórios técnicos, fundamentados, concisos e objetivos.

A Inteligência de Vigilância apresenta os indicadores de distorção nas áreas que devem ser monitoradas nas empresas, constituindo-se em informações e conhecimentos que orientam a adoção de providências sugeridas e necessárias no âmbito da análise e pesquisa realizada.

A Inteligência de Alerta sinaliza para os indícios de possíveis fraudes que devem ser apuradas em curto prazo pela equipe de fiscalização, ou aspectos que devam ser observados pelos administradores no processo de funcionamento das empresas, constituindo-se em subsídios para o seu monitoramento.

Os produtos oferecidos por essas inteligências (Vigilância e de Alerta) são apresentados nos Boletins e Informes de Inteligência, que são instrumentos mais sintéticos, diretos e focados e visam apresentar fatos e evidências que requerem ação em curto e médio prazos.

A Inteligência de Ação Focada identifica os elementos que devem ser apurados pela fiscalização ou investigados pelas Unidades de Inteligência e oferece conhecimentos específicos sobre fraudes relacionadas a estabelecimentos ou empresas.

O produto advindo é o Relatório de Inteligência Fiscal – RIF, que contextualiza as evidências e indícios de fraudes e apresenta os elementos de provas obtidas nas ações efetivadas. Esse relatório é um documento descritivo e elaborado para subsidiar os processos de cunho penal e

penal tributário, revestindo-se de cunho próprio de documento sigiloso (reservado). O RIF é a ferramenta utilizada pelas unidades de inteligência para apresentar o resultado de pesquisas investigativas, bem como para amparar as instruções necessárias nos processos que precisam tramitar na esfera do Judiciário (Figura 12).

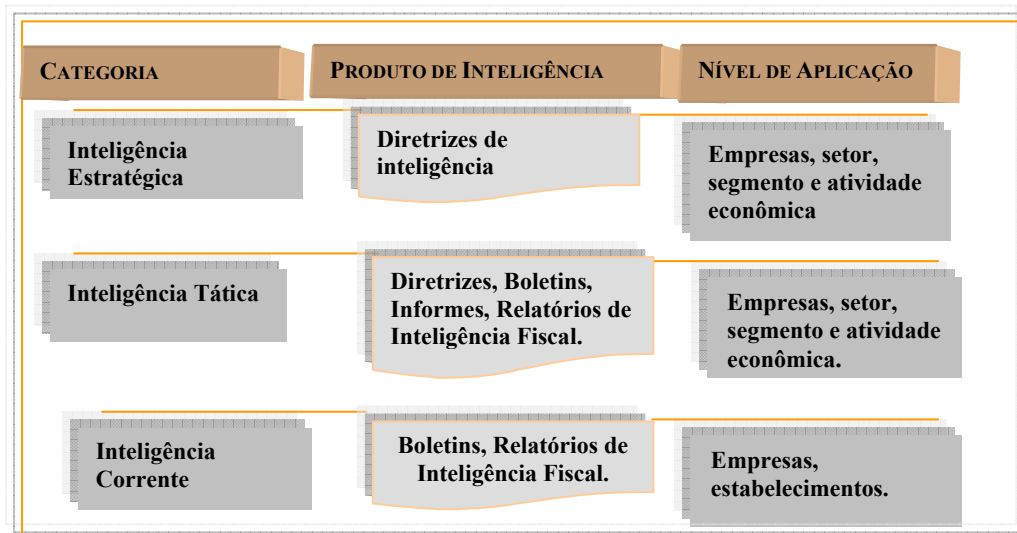


FIGURA 12. Categorias, Produtos e Níveis de Aplicação de Inteligência Fiscal

Fonte: Elaboração Própria

Os produtos da Inteligência Fiscal são instrumentos estratégicos, táticos e operacionais, voltados para orientar as ações fiscais diante das suspeitas da ocorrência de possíveis fraudes nas empresas e estabelecimentos e, ainda, tendências, identificadas nos estudos e pesquisas dos setores, segmentos e subsegmentos da atividade econômica.

5.5 A INTELIGÊNCIA FISCAL NA INTELIGÊNCIA ORGANIZACIONAL

A produção de inteligência na administração fazendária envolve diversos componentes que vem sendo tratados no modelo da inteligência organizacional, enfatizando-se a necessidade de implementar uma cultura da informação, com vistas a uma gestão e troca de conhecimentos, tanto do ambiente corporativo interno como externo.

Segundo Tarapanoff et al. (2000, p. 91), para as organizações:

possuir inteligência organizacional está associada à busca sistemática, efetiva e proativa de posturas ligadas à estratégia de geração de conhecimento, em relação à organização e ambiência externa [...] , a premissa básica para se fazer inteligência é agregar valor à informação, é

estruturá-la de modo que a mesma passe a ter um valor, uma importância contextual na organização.

Neste sentido, o conceito de inteligência fiscal está associado aos postulados de administração estratégica incorporado nas organizações, como forma de gerir os seus negócios e adotar procedimentos de produção e difusão de conhecimentos.

A Inteligência Fiscal está intrinsecamente ligada ao processo de inteligência competitiva e de gestão de conhecimento no ambiente interno, desenvolvimento das habilidades dos agentes fiscais em compartilhar dados e informações no processo de fiscalização, monitoramento dos ambientes interno e externo, fortalecendo a cultura de informação, como condição imprescindível para viabilizá-la e potencializá-la na visão da inteligência organizacional.

Como estratégia de agregação de valor, deve-se implementar mecanismos de engajamento das pessoas que participam de toda a cadeia do processo de trabalho, através da introdução de estímulos e emprego de instrumentos de retro-alimentação e incentivo à troca da informação, com a finalidade de se criar a ambiência pretendida e orientar as decisões. Isto poderia ser efetivado através da incorporação de ações estratégicas voltadas para atender aos objetivos da organização (Figura 13).



FIGURA 13. Agregação de Valor e Cultura de Informação.

Fonte: Elaboração Própria

No contexto deste trabalho, o conceito de cultura está apoiado no enfoque de Goodenough (apud VALENTIM et al., 2000, p.4), para quem a “cultura é um sistema no qual conhecimentos são partilhados”, o que implica que a cultura de informação representa a compreensão, por parte dos membros da organização, da importância do uso, geração e

disseminação da informação na sua rotina de trabalho.

Podemos ainda localizar em Silva (2002, p.143) a explicação do correto entendimento de compartilhamento, que reflete o desafio: “compartilhar conhecimento [...] é algo fundamentalmente diferente e ocorre quando as pessoas estão genuinamente interessadas em ajudar uma as outras a desenvolver novas capacitações para a ação e em criar processos de aprendizagem”. Nesse sentido, à guisa de síntese, pode-se mencionar alguns aspectos importantes que poderão auxiliar no processo de desenvolvimento da cultura de informação nas administrações tributárias:

- adoção de sistemas de informação com projetos voltados para toda a organização e não para um indivíduo ou grupo de indivíduos ou setores restritos;
- enfatizar o uso da informação e a importância do conhecimento pessoal e grupal para a eficácia dos resultados;
- considerar a importância da informação e do conhecimento existentes em diversos formatos;
- desenvolver mecanismos eficientes de retro-alimentação das informações e dos conhecimentos ofertados dentro da organização;
- introduzir flexibilidade nos sistemas de modo a propiciar o seu acompanhamento e ajustá-los à dinâmica da organização;
- utilizar mecanismos de disseminação, que não se limitem apenas a informar, mas que atue como canal de geração de novas informações e conhecimentos.

A estruturação e operação de um sistema informacional que organize a prática de coleta e análise de informações ambientais, relevantes e de grande interesse para a organização, que normalmente não surgem espontaneamente, são fundamentais na visão da inteligência organizacional.

Para Lesca, Freitas e Cunha, (1996, apud FAGGION et al., 2002, p.61), esse tipo de preocupação é importante para empresas, e será alcançado através de um sistema de “Inteligência, que deve primeiro identificar os tipos vitais de informações competitivas (estratégicas) e as melhores fontes dessas informações. A partir disto, o sistema deve, continuamente, coletar informações de dados publicados e avaliar a validade e confiabilidade da informação, interpretá-la e organizá-la de forma apropriada e, finalmente, enviar as melhores informações para os diversos níveis decisórios da organização”.

A gestão de conhecimento apresentada por Machado Neto (1998 apud VALENTIN, 2002,

p.4) é entendida como “um conjunto de estratégias para criar, adquirir, compartilhar e utilizar ativos de conhecimento, bem como estabelecer fluxos que garantam a informação necessária no tempo e formato adequados, a fim de auxiliar na geração de idéias, solução de problemas e tomada de decisão”.

Na visão de Davenport e Prusak (1998, p. 6), o conhecimento representa “uma mistura fluida de experiência condensada, valores, informação contextual e insight experimentado, a qual proporciona uma estrutura de novas experiências e informações”, onde o fator humano é peça imprescindível.

O processo de geração e criação de valor na organização remete à gestão de conhecimento com ênfase nas pessoas, tema abordado por outros autores como Stewart (1998), Hoppe e Hoppe (2000), Senge (2000), Teixeira Filho (2000), Terra (2000), Faggion et al. (2002), Silva (2005), trazendo a interligação de conhecimento centrado nas pessoas aos processos organizacionais.

O desafio da inteligência organizacional está na geração do conhecimento decorrente da interação desses conhecimentos, buscando-se elevar de um nível ontológico inferior até níveis mais altos, ou seja, dos indivíduos de uma organização até o compartilhamento em uma rede interorganizacional.

As organizações deverão estimular a integração de todos os “saberes”, conhecimentos disponíveis, para contextualizá-los no espiral, onde o conhecimento individual é associado ao do grupo, organização, até ser capitalizado na rede de organizações para ser distribuído, compartilhado e difundido nas e pelas organizações (FAGGIO et al., 2002, p. 64).

A visão da rede representa condição fundamental para que a inteligência fiscal possa implementar os estudos e pesquisas para apoiar as ações nas quais a rede tem a “função de promover uma interação contínua e dinâmica que propicia o compartilhamento e a criação de conhecimento” que envolve o enfoque na interatividade e troca de informações existentes nos órgãos públicos, com uso potencial da Internet e da Intranet (FAGGION et al., 2002, p. 63).

Neste sentido, Sandman (2002 apud MILLER, 2002, p.119) enfatiza que “inteligência é informação analisada até o ponto de poder ser utilizada como sustentáculo de uma decisão”; para Davenport e Prusak, (1998) é preciso identificar os tópicos-chave, sobre os quais devem ser concentradas a energia e o entendimento de todos, no sentido de como as diversas fontes, formas e perspectivas da informação podem ajudar a organização.

A habilidade de coletar, processar e disseminar informações, advinda do uso das novas tecnologias de informação e comunicação, vem se constituindo em elemento fundamental para as organizações. Nesta linha de raciocínio, Miller (2002) afirma que a força motriz da inteligência, seja qual for o seu tipo, reside em agregar valor à informação e analisá-la de modo que possa servir de base para a tomada de decisões.

Logo, torna-se necessária a integração dos diversos tipos de informação existentes (computadorizada, não computadorizada, estruturada, não estruturada, ou seja, estabelecer procedimento regular de aproveitamento de todos os processos informacionais que circulam na organização, para apoiar a produção da Inteligência.

Neste contexto se situa a Inteligência Fiscal, mais propriamente como um tipo da inteligência organizacional que, pela sua natureza, conteúdo e gênero, contempla o estudo das informações nos seus diversos contextos (internos e externos), para subsidiar a tomada de decisão no sistema fazendário nas questões que envolvem sonegação e fraudes fiscais.

6 INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DO SISTEMA FAZENDÁRIO

“É preciso compreender o presente não apenas como presente de limitações, mas também de possibilidades.” Paulo Freire

Este capítulo oferece uma visão do ICMS, extraída dos bancos e sistemas de informação e os critérios nos quais estão apoiadas as informações fiscais.

Apresentar um arcabouço suficiente do ambiente no qual foram obtidos os dados e informações é fundamental para que se evidencie a consistência dos critérios que levaram à condução do caso prático.

Para tanto, traz uma rápida exposição do ambiente organizacional para abordar quantitativamente como os dados e informações fiscais estão estruturados nos bancos e sistemas da SEFAZ. Ba., que se constituíram no objeto da pesquisa.

6.1 O AMBIENTE ORGANIZACIONAL – SEFAZ.Ba.

A Secretaria da Fazenda tem a missão de “prover e administrar os recursos públicos para viabilizar o desenvolvimento do Estado da Bahia”, com a atribuição de exercer o controle e a fiscalização das empresas que promovam a circulação de mercadorias, a prestação de serviços de transporte e de telecomunicações, os chamados “Contribuintes do ICMS”¹⁴ (site SEFAZ, 2006).

Sendo o ICMS um imposto, cuja apuração e lançamento são realizados pela própria empresa, cabe aos contribuintes o envio de informações sobre as transações econômicas realizadas e a prestação de contas dos impostos pagos, devendo a SEFAZ. Ba proceder à fiscalização desses lançamentos e o registro dos dados nos seus bancos.

¹⁴ O ICMS é um imposto de competência estadual, vigente a partir de 1º de março de 1989, e esteve submetido às normas complementares do Convênio n. 66/88, até que se editasse a Lei Complementar n. 87, de 13 de setembro de 1996. Na esfera estadual, devem observar-se os preceitos das Leis n. 4.825/89 e 7.014, de 4 de dezembro de 1996, e as normas complementares consubstanciadas no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n. 6.284, de 14 de março de 1997, com suas alterações posteriores.

Os bancos de dados que compõem os sistemas de informação da área de fiscalização das secretarias de fazenda estão ancorados, basicamente, nos conjuntos de normas e procedimentos que estão expressos nos RICMS¹⁵ (Regulamentos do Imposto de Circulação de Mercadorias), orientam a ação da fiscalização e determinam as obrigações fiscais dos contribuintes desse imposto estadual.

Na SEFAZ. Ba, os dados estão armazenados em bancos de dados operacionais e em sistemas de informações que compõem o Portal Corporativo (Figura 14).

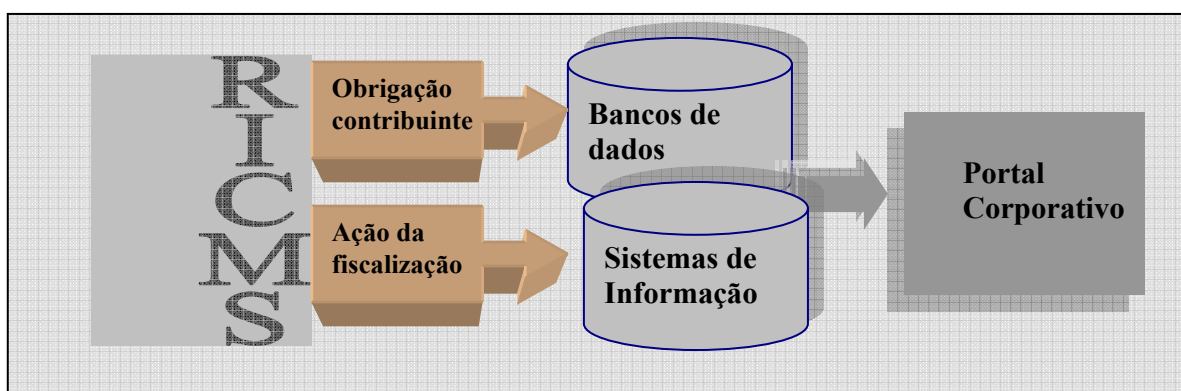


FIGURA 14. Bases de apoio para os Bancos de dados e Sistemas de Informação

Fonte: Elaboração Própria

A modelagem desses bancos e sistemas de informação está voltada para atender aos tipos de registros necessários, previstos em lei para a apuração do imposto, controle da arrecadação tributária e da fiscalização, com uma estrutura de dados altamente complexa.

No entendimento de Ferreira (1998, p.3), será pelo uso das tecnologias da informação e sistemas de informação que os governos e as administrações tributárias poderão acompanhar a dinâmica da sociedade atual:

Ya en la década actual, la tecnología de la información se ha vuelto uno de los pilares para una Administración Tributaria eficaz. Por medio de la tecnología, el gobierno puede aumentar su eficiencia y mejorar el modo por el cual realiza sus operaciones tradicionales. Para la Administración Tributaria, la disponibilidad de información oportuna y confiable es indispensable para lograr sus objetivos. Los sistemas de información tributaria implementan estrategias de recolección, tratamiento y distribución de la información requerida, y son uno de los factores condicionantes para el éxito de una administración.

¹⁵ Aprovado pelo Decreto nº 6.284/97 e alterações posteriores.

Deste modo, é imprescindível esclarecer as peculiaridades que envolvem os registros dos dados e sua interferência no desenvolvimento do seu estudo, para situar a problemática que envolve a produção de inteligência na proposta desta pesquisa.

As empresas, quando do cadastramento, apresentam uma série de dados indicando o porte e tipo de atividade econômica que pretendem desenvolver, podendo, de acordo com sua área de atuação específica, enquadrar-se numa atividade principal e indicar outras atividades econômicas secundárias para comercializar ou industrializar.

O envio dos dados e os registros nos sistemas são feitos pela empresa como um todo, sem um desdobramento das demais atividades econômicas desenvolvidas, restringindo a correlação das fontes externas e o uso dos procedimentos da inteligência competitiva na produção de inteligência fiscal para esses tipos de contribuintes. É o que ocorre, por exemplo, com os estabelecimentos que atuam nos ramos de indústria e comércio, ou ainda, nos ramos de indústria, comércio e serviços ao mesmo tempo.

Os bancos de dados estão projetados para o armazenamento e controle do desempenho por estabelecimento, uma vez que o objetivo maior é acompanhar o processo de arrecadação dos impostos e realizar análise para orientar o processo de fiscalização.

Um outro aspecto diz respeito ao agrupamento desses registros nos sistemas de informação, que contemplam os ramos de atividade, segmento e subsegmento, cujas definições visaram atender ao processo de fiscalização, em face de suas representatividades na arrecadação de impostos.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia - SEFAZ. Ba disponibiliza os bancos e sistemas de informação da área fiscal no Portal Corporativo, organizados em cinco grandes grupos (Figura 15), cujas finalidades são:

- Crédito Fiscal – registros de informações sobre os créditos existentes e acompanhamento do julgamento dos Processos Administrativos Fiscais;
- Informações Fiscais – contemplam informações cadastrais, movimentação econômico-fiscal e de apuração do imposto;
- Ferramentas do Fiscal – são os meios que dispõem os fiscais para o desenvolvimento de suas ações e envolvem, também, acesso a sistemas externos;

- Fiscalização – apresenta as informações decorrentes de ações fiscais passadas, em programação ou previstas;
- Trânsito – agrupa as informações específicas do trânsito de mercadorias



FIGURA 15. Área Fiscal - Portal Corporativo - SEFAZ. Ba
 Fonte: Adaptado do Portal Corporativo

A arquitetura de sistemas abrange todos os níveis e áreas da organização e tem como base uma visão integrada e entrada única de dados, automaticamente compartilhados com os demais sistemas.

Por se constituir em um portal corporativo, todo ambiente tecnológico de sistemas da SEFAZ. Ba são acessados através desse recurso, estando “ hospedados em ambiente de rede interna e baseadas na arquitetura cliente / servidor, interface gráfica Windows, banco de dados relacional MS SGI Server em ambientes distribuídos e aplicações *Web* de Internet e Intranet”. (SOUZA, 2000, p.4).

Os bancos de dados e sistemas gerenciais, que armazenam os registros encaminhados pelos contribuintes, os capturados e provenientes das ações fiscais, localizados nos Grupos de Crédito Fiscal, Informações Fiscais, Ferramentas do Fiscal, Fiscalização e Trânsito, relacionados à área de fiscalização do Portal, formam um conjunto que apóia o planejamento e gerenciamento da fiscalização, bem como fornece aos agentes do fisco ferramentas de consulta para subsidiar o processo das auditorias fiscais.

A área fiscal contempla ainda diversos sistemas de informações gerenciais que apóiam o planejamento das ações fiscais e as consultas de informações (Figura 16).

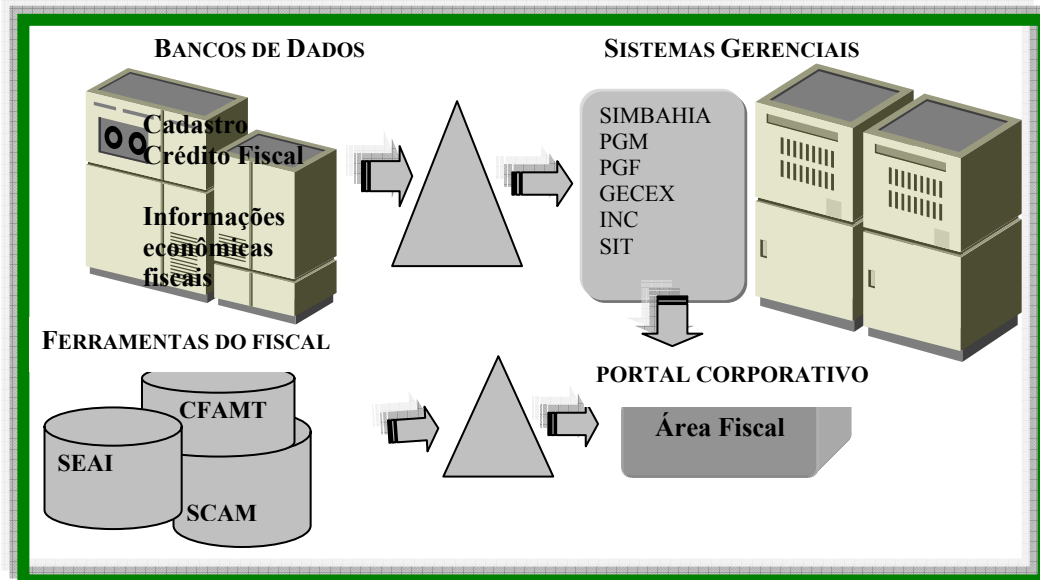


FIGURA 16. Ambiente de alimentação do portal corporativo - Área fiscal

Fonte: Elaboração Própria

Desses grupos, foram utilizados os bancos Cadastro de Contribuintes (DSCAD), Informações Econômico-Fiscal (IEF), Sistema de Controle do Crédito Tributário (SICRED) para extrair os registros básicos, e dos grupos Ferramentas do Fiscal e de Fiscalização e Trânsito foram selecionados os bancos Cadastro Fiscal Automatizado de Mercadorias em Trânsito (CFAMT), Sistema de Emissão de Auto de Infração (SEAI), Sistema de Controle de Arquivos Magnéticos (SCAM), bem como o sistema gerencial Planejamento e Gerenciamento de Mercado (PGM) e o Sistema de Informações Tributárias (SIT), que armazenam dados complementares de informações econômico-fiscais.

Nesses bancos foram selecionados registros de modo a oferecer uma visão geral quantificada, para compor um quadro de referência na definição das três dimensões de informações definidas para análise dos dados, e para agrupá-las nos cruzamentos que orientaram a construção dos padrões de informação.

6.2 VISÃO GERAL QUANTITATIVA DO ICMS NA SEFAZ.BA

O ICMS é a principal fonte de recursos dos estados, sofrendo os efeitos das oscilações da conjuntura econômica do país. Por incidir sobre a quase totalidade de bens e sobre alguns serviços (comunicação e transporte intermunicipal e interestadual), foi responsável por um volume expressivo de recursos no País, aparecendo a Região Nordeste, em 2004 e 2005, com 14,6% e 14,5%, respectivamente, da participação do total de recursos arrecadados no Brasil (Tabela 1).

TABELA 1. Arrecadação do ICMS –Região Fiscal – R\$Mil e % - 2004 e 2005

| Brasil / Região Fiscal | 2004 | | 2005 | |
|---------------------------|-------------|--------------|-------------|--------------|
| | valores | participação | valores | participação |
| Brasil | 137 937 575 | 100% | 154 412 101 | 100% |
| Norte | 7 274 887 | 5,3 | 8 522 347 | 5,5 |
| Nordeste | 20 133 001 | 14,6 | 22 314 314 | 14,5 |
| Sudeste | 75 928 008 | 55 | 84 671 310 | 54,8 |
| Sul | 22 720 287 | 16,5 | 25 979 390 | 17 |
| Centro-Oeste | 11 881 321 | 8,6 | 12 924 739 | 8,4 |

Fonte: CONFAZ/COTEPE - 2005

Entre os estados que compõem a região Nordeste, a Bahia participou com 5,1 e 5,2% do total arrecadado no Brasil, em 2004 e 2005, com um volume de recursos de R\$7.132.795 e R\$ 7.830.843, respectivamente, (Tabela 2).

TABELA 2. Arrecadação do ICMS – Região Nordeste – R\$ Mil - % - 2004 e 2005

| Nordeste Estados | 2004 | | 2005 | |
|---------------------|-----------|--------------|-----------|--------------|
| | valores | participação | valores | participação |
| Maranhão | 1 191 859 | 0,9 | 1 464 279 | 0,9 |
| Piauí | 7 61 140 | 0,6 | 902 277 | 0,6 |
| Ceará | 2 994 081 | 2,2 | 3 144 615 | 2 |
| R.G.Norte | 1 394 630 | 1 | 1 616 466 | 1 |
| Paraíba | 1 144 547 | 0,8 | 1 336 562 | 0,9 |
| Pernambuco | 3 667 071 | 2,7 | 3 908 199 | 2,5 |
| Alagoas | 973 291 | 0,7 | 1 100 364 | 0,7 |
| Sergipe | 873 013 | 0,6 | 1 010 710 | 0,7 |
| Bahia | 7 132 795 | 5,2 | 7 830 843 | 5,1 |

Fonte: CONFAZ/COTEPE -2005

A participação desses recursos para a composição das receitas correntes no Estado da Bahia é bastante expressiva, representando mais da metade do montante dessas receitas (ANEXO A), tendo a receita Tributária contribuído com R\$7.259.580 e 7.649.955 em 2004 e 2005, respectivamente (Tabela 3).

TABELA 3. Receitas Totais do Estado da Bahia - Valores -2004 -2005 (R\$mil)

| Receitas | Ano | | Participação % | |
|----------------------|------------|------------|----------------|------|
| | 2004 | 2005 | 2004 | 2005 |
| Total | 13 048 648 | 14 446 993 | 100% | 100% |
| Receitas Correntes | 12 522 784 | 13 918 446 | 96% | 96% |
| Receitas tributárias | 7 259 580 | 7 649 955 | 56% | 53% |

Fonte. SEFAZ. BA - PRESTANDO CONTAS AO CIDADÃO - 2005

Vale destacar que os dados de arrecadação da SEFAZ. Ba são atualizados em tempo real e, por isso, os valores da receita apresentados no CONFAZ/COTEPE divergem dos contidos no site e nos sistemas de informações internos. Como os dados aqui apresentados têm o objetivo de demonstrar o comportamento e a estrutura de registros do ICMS no Estado da Bahia, optou-se por trazer os dados mais atuais.

Com base nos registros existentes em dezembro de 2005, encontram-se regularmente inscritos no Cadastro, em situação ativa, 173.564 contribuintes, distribuídos de acordo com a Condição¹⁶ (ANEXO B), regime de tributação fiscal que os mesmos estão sujeitos (Tabela 4).

TABELA 4. Total de Contribuintes Ativos -Bahia – N°. - % - 2005

| Condição | Total | |
|----------------|---------|--------|
| | Nº | % |
| Ambulante | 27.523 | 15,86 |
| Emp.Peq.Porte | 7.571 | 4,36 |
| Especial | 14.891 | 8,58 |
| Microempresa | 91.119 | 52,50 |
| Normal | 29.333 | 16,90 |
| Produtor Rural | 2.638 | 1,52 |
| Substituto -CS | 489 | 0,28 |
| Total | 173.564 | 100,00 |

Fonte: SEFAZ.Ba – DSCAD - 2005

¹⁶ A condição determina a forma e apuração do pagamento do imposto.

Do total apresentado nessa tabela, configura-se como compatível à aplicação dos padrões de informação estabelecidos nesta pesquisa um universo de 143.403 contribuintes, excluindo-se apenas aqueles das condições Ambulante e Produtor Rural que, juntos, contemplam 30.161 inscrições.

Nas demais condições, encontram-se os estabelecimentos enquadrados como grandes, médias e micro empresas. Estes, por obrigação advinda da legislação fiscal e comercial, apresentam informações econômicas e fiscais, que são imprescindíveis para a exploração dos padrões, estendendo-se às grandes e médias a obrigatoriedade de apresentação também dos registros contábeis.

No cadastro, com base no CNAE-Fiscal indicativa da atividade econômica principal a ser desenvolvida, as empresas são agrupadas em setores básicos de atividade econômica (Gráfico 1), com o Comércio abarcando 109.710 contribuintes e a Indústria e Serviço, juntos, apenas 34.320 estabelecimentos.

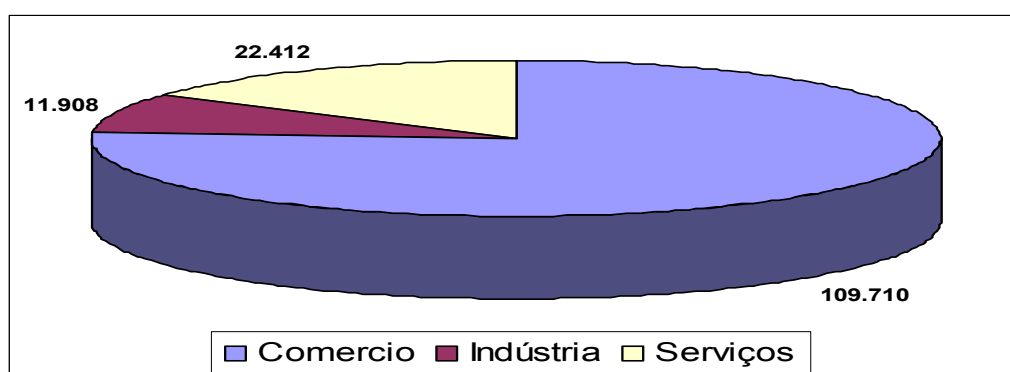


GRÁFICO 1. Contribuintes do ICMS por setor econômico

Fonte: SEFAZ. Ba / DSCAD – 2005

A seguir, na Tabela 5, pode-se visualizar a distribuição quantitativa dos estabelecimentos nos setores e segmentos econômicos e a sua condição de inscrição no DSCAD, ficando evidente o grande quantitativo de empresas enquadradas na condição ME, face à grande predominância de contribuintes no setor Comércio.

TABELA 5. Estabelecimento por Setor – Segmento e Condição/2005

| SETOR | SEGMENTOS | CONDIÇÃO | | | | TOTAL |
|-----------------|-------------------|----------|----------|--------|--------|---------|
| | | EPP | ESPECIAL | ME | NORMAL | |
| COMERCIO | Atacadista | 7 | 17 | 42 | 5 689 | 5 755 |
| | Varejista | 5 393 | 459 | 63 726 | 15 222 | 84 800 |
| | Supermercado | 972 | 5 | 16 912 | 1 266 | 19 155 |
| Total Comércio | | 6 372 | 481 | 80 680 | 22 177 | 109 710 |
| SERVIÇOS | Transporte | 32 | 285 | 321 | 1 716 | 2 354 |
| | Utilidade Pública | 5 | 102 | 64 | 198 | 369 |
| | Misto-Serviço | 182 | 13 846 | 4 012 | 1 649 | 19 689 |
| Total Serviços | | 219 | 14 233 | 4 397 | 3 563 | 22 412 |
| INDÚSTRIA | Agricultura | 5 | 82 | 181 | 1 121 | 1 389 |
| | Agroindústria | 168 | 6 | 1 813 | 784 | 2 771 |
| | Bebidas | 12 | 12 | 96 | 54 | 174 |
| | Mineração | 204 | 11 | 862 | 440 | 1 517 |
| | Metalúrgica | 115 | 22 | 761 | 218 | 1 116 |
| | Misto - Indústria | 474 | 22 | 1 | 226 | 240 |
| | Petróleo | 1 | 12 | 1 | 226 | 240 |
| | Química | 116 | 32 | 411 | 449 | 1 008 |
| Total Indústria | | 1 095 | 199 | 6 803 | 3 811 | 11 908 |
| TOTAL GERAL | | 7 686 | 14 913 | 91 880 | 29 551 | 144 030 |

Fonte: SEFAZ. Ba. / PGM- 2005

Objetivando a aplicação dos padrões de informações, dentro da concepção de utilizar fontes externas decididas para essa pesquisa, definiu-se a condição normal, que representa 16,90% do quantitativo total de contribuintes inscritos, na qual está inserida a empresa a ser analisada no caso prático (Gráfico 2).

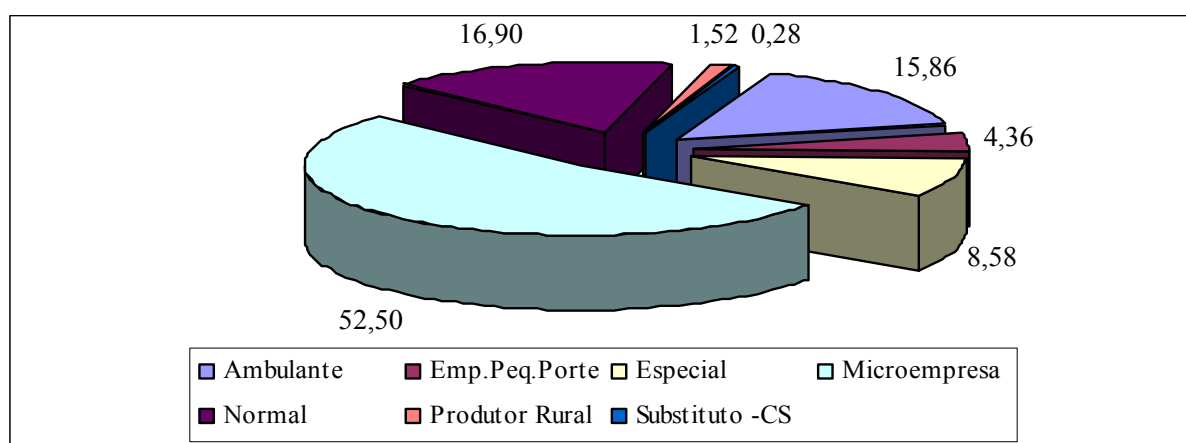


GRÁFICO 2. Contribuintes do ICMS por Condição

Fonte: SEFAZ. Ba / DSCAD- 2005

Da arrecadação dos setores econômicos (Gráfico 3), a indústria participa em 2004 com R\$ 3.705.665 do total, representado um pouco mais da metade da receita (52%), o Comércio com R\$ 218011 (26%) e os Serviços com R\$ 1.817.329 (22%). Em 2005, apesar do aumento total dos recursos (R\$ 7.758.307), na indústria (48%) ocorreu uma pequena perda e um aumento na participação do Comércio (28%) e dos Serviços (23%).

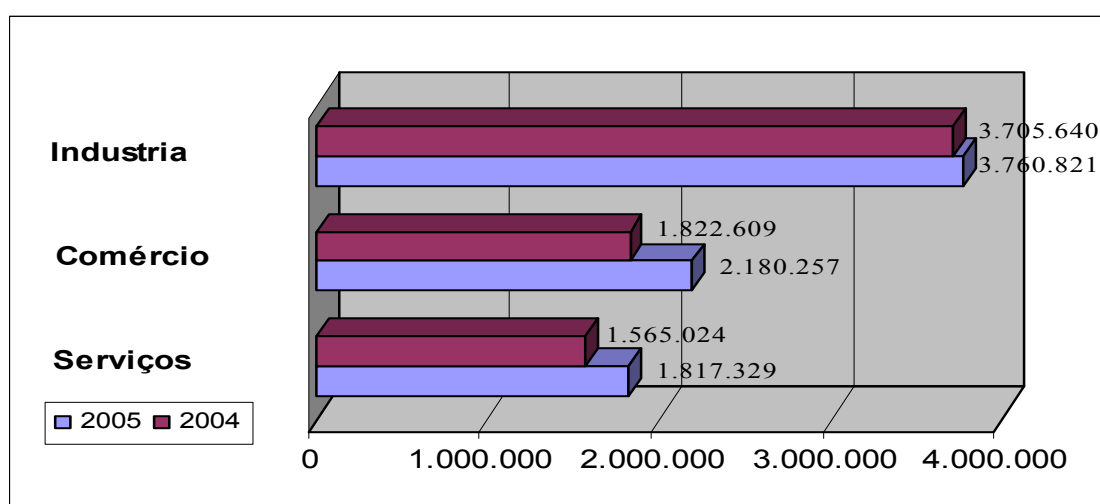


GRÁFICO 3. Arrecadação do ICMS por Setor Econômico (R\$ mil)

Fonte: SEFAZ. Ba. / PGM- 2005

Quanto ao porte os contribuintes estão enquadrados nos grupos de Grandes Empresas (GE), Médias Empresas (MeE), Simbahia¹⁷ (Microempresa - ME) e empresa de pequeno porte (EPP) (ANEXO C). Ainda nesta visão global dos setores, pode-se visualizar no Gráfico 4, a performance na arrecadação do Estado, no ano de 2005, distribuída segundo os portes econômicos das empresas que os constituem.

As grandes empresas contribuem com 81% para o bolo de recursos de ICMS, apesar do seu número reduzido de estabelecimentos (8,25%) se comparado às médias e microempresas que, em conjunto, representam 91% do total de estabelecimentos, respondendo apenas com 14% do total citado.

¹⁷ SIMBAHIA - Regime Simplificado de Apuração do ICMS.

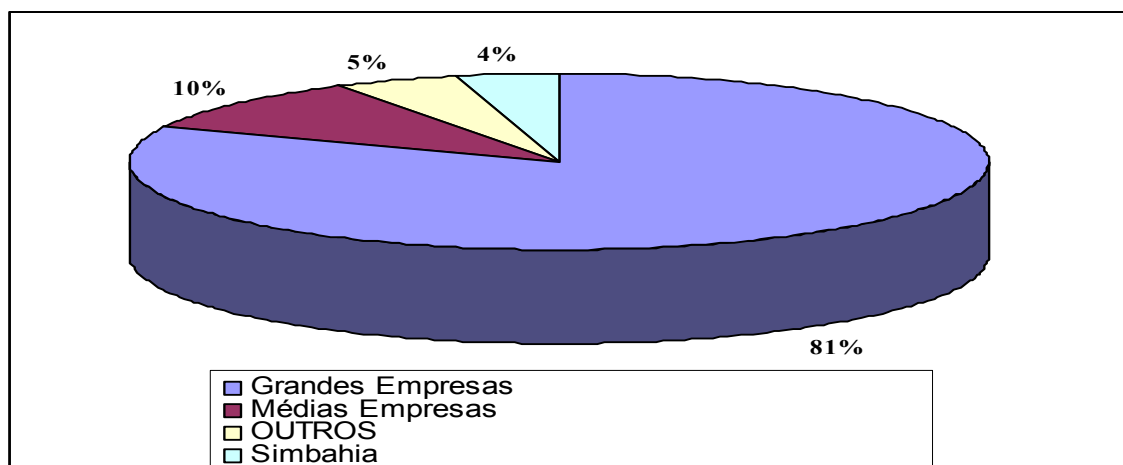


GRÁFICO 4. Arrecadação – Porte dos estabelecimentos – 2005- (R\$mil)

Fonte: SEFAZ. Ba. / PGM - 2005

Em função da característica econômica e fiscal e do impacto na arrecadação do estado, a SEFAZ. Ba estruturou segmentos e subsegmentos que formam o conjunto de cada setor, alocando as empresas de acordo com os seus portes.

Na análise do setor Serviços (Tabela 6), dentre os estabelecimentos que desempenham atividades características de serviços, definidas em lei e alcançadas pelo ICMS, está o segmento de Utilidade Pública, com 369 estabelecimentos (2% do total), que representa o de maior impacto na arrecadação do estado (89%). Apesar de no segmento misto (atividades pulverizadas de pequeno porte) aparecerem 19.689 estabelecimentos (88%), estes, porém, representam apenas 8% do valor arrecadado no setor (Gráfico 5).

TABELA 6. Setor Serviços – Estabelecimento por Segmento e Subsegmento/2005

| SETOR : SERVIÇOS | | | | | |
|-------------------|--------|-------------------------|-------|-------------------|-----|
| SEGMENTOS | | | | | |
| MISTO | | TRANSPORTES | | UTILIDADE PÚBLICA | |
| Subsegmentos | Nº | Subsegmentos | Nº | Subsegmentos | Nº |
| Misto Serviços | 19 686 | Aéreo | 30 | Abast. Água | 29 |
| Subst. Tributaria | 3 | Ferrovíarios | 7 | Comunicações | 306 |
| | | Marítimos | 37 | Energia Elétrica | 34 |
| | | Outros | 134 | | |
| | | Rodoviários Cargas | 1 611 | | |
| | | Rodoviários Passageiros | 529 | | |
| | | Valores | 6 | | |
| Total | 19 689 | Total | 2 354 | Total | 369 |

Fonte: SEFAZ. Ba. / PGM – 2005.

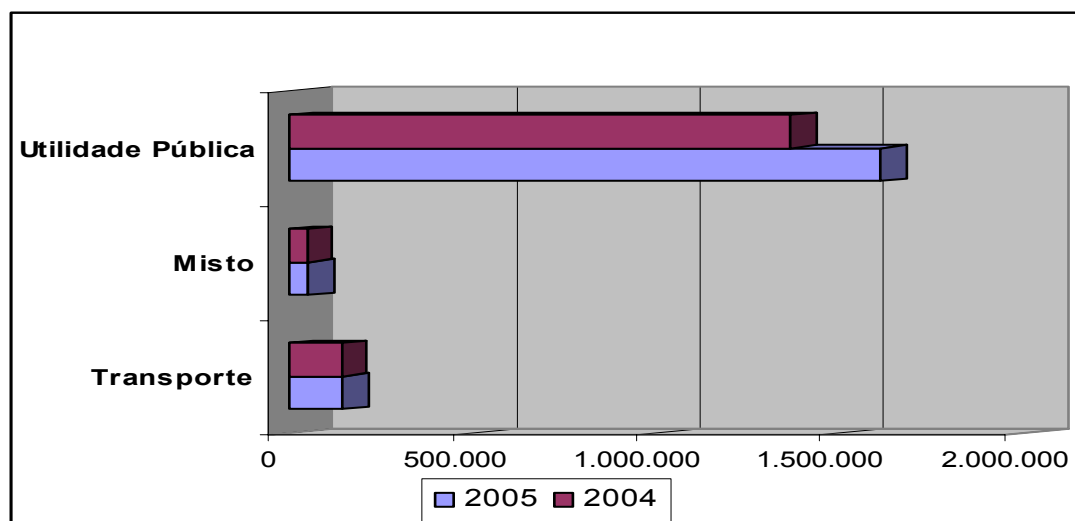


GRÁFICO 5. Arrecadação Total do Setor Serviços e Segmentos -2005-2004 (R\$mil)

Fonte: Sefaz. Ba / PGM – 2005.

Ainda neste segmento, que responde por 26% da arrecadação do ICMS do Estado, perceber-se que as empresas de grande porte (235 estabelecimentos) participam com 24% dessa arrecadação. (Tabela 7)

TABELA 7. Setor Serviço – Porte e Arrecadação/2005 (R\$mil)

| Setor Serviço | Estabelecimentos | Receita | Participação % |
|-------------------|------------------|-----------|----------------|
| Porte | Nº. | 2005 | |
| Grandes Empresas | 235 | 1.673.914 | 24% |
| Médias Empresas | 541 | 58.442 | 1% |
| OUTROS | 17.408 | 80.011 | 1% |
| Simbahia | 4.228 | 4.934 | 0% |
| TOTAL | 22.412 | 1.817.301 | 26% |
| ICMS Total Estado | | 6.877.127 | 100% |

Fonte: SEFAZ. Ba. / PGM- 2005

Na modelagem dos sistemas de informação foi definida uma categoria de porte, denominada Outros, compondo um grupo separado, que abarca contribuintes que operam no regime de substituição tributária.

O setor Comércio (Tabela 8), com 109.710 estabelecimentos, contém o maior número de estabelecimentos, tendo uma participação no total de contribuintes dos setores de atividades

econômicas do Estado de 86% , sendo que o segmento Varejista (com 84.800 inscritos) absorve 81% do total do setor e 74 % do total de estabelecimentos de todo o Estado.

TABELA 8. Setor Comércio - Estabelecimento por Segmento e Subsegmento/2005

| SETOR : COMÉRCIO | | | | | |
|------------------------|-------|---------------------------------|--------|---------------|--------|
| SEGMENTOS | | | | | |
| ATACADISTA | | VAREJISTA | | SUPERMERCADO | |
| Subsegmentos | N.º | Subsegmentos | N.º | Subsegmentos | N.º |
| Autopeças | 246 | Alojamento e Alimentação | 9 117 | Supermercados | 19 155 |
| Cacau | 303 | Autopeças* | 8620 | | |
| Café | 42 | Calçados | 2 246 | | |
| Cigarros | 19 | Lojas de departamento | 422 | | |
| Fumo | 28 | Mat Const. Art Sanitár e Ferram | 10 112 | | |
| Mat Construção | 338 | Mat Escolar e Equip Escritório | 5 216 | | |
| Material Escolar | 99 | Medicamentos e Perfumaria | 7 219 | | |
| Medicam.e Perfumaria | 364 | Móveis e Eletrodomésticos | 6 068 | | |
| Móveis | 14 | Oticas | 1 324 | | |
| Outros | 1 813 | Outros | 10 550 | | |
| Prod.Aliment.e Bebidas | 2 368 | Produtos Alimentícios | 7 032 | | |
| Sisal | 19 | Tecidos e Confecções | 16 212 | | |
| Tecidos | 102 | Veículos | 662 | | |
| Total | 5 755 | Total | 84 800 | Total | 19 155 |

Fonte: SEFAZ. Ba. / PGM - 2005.

Em termos de quantidade de estabelecimentos, o segmento varejista apresenta uma participação bastante expressiva e sua representatividade, na massa de arrecadação de tributos, estaduais é de 50% do setor (Gráfico 6).

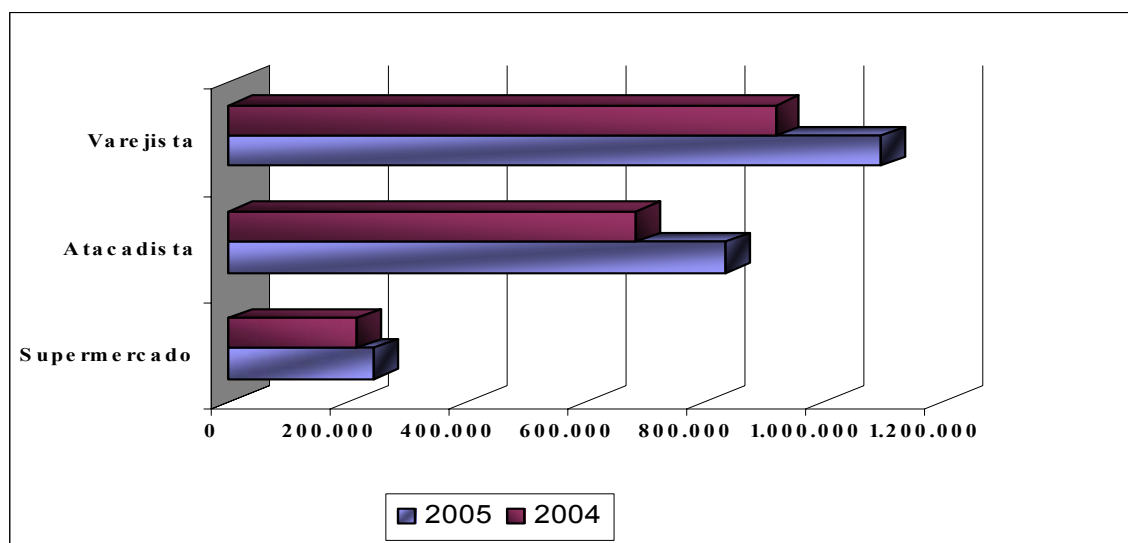


GRÁFICO 6. Arrecadação Total do Setor Comércio e Segmentos -2005-2004 (R\$mil)

Fonte: Sefaz. Ba / PGM – 2005

O setor Comércio representa 30% da arrecadação de ICMS do Estado, nele aparecendo as grandes empresas (455 estabelecimentos) com uma participação de 17%. Apesar de ser um contingente reduzido, se comparado às pequenas e médias empresas, estas, com um total de 81.812 estabelecimentos têm uma participação de 10% no bolo da arrecadação, sobre as quais recai uma carga tributária mais branda, bem como a dispensa de uma série de obrigações acessórias próprias do SIMBAHIA (Tabela 9).

TABELA 9. Setor Comércio – Porte e Arrecadação -2005 (R\$mil)

| Setor Comércio | Estabelecimentos | Receita | Participação % |
|-------------------|------------------|--------------|----------------|
| Porte | Nº. | 2005 | |
| Grandes Empresas | 455 | 1.144.395,44 | 17% |
| Médias Empresas | 3716 | 478.957,74 | 7% |
| OUTROS | 18.571 | 180.427,38 | 3% |
| Simbahia | 86.968 | 236.948,57 | 3% |
| TOTAL | 109.710 | 2.040.729,12 | 30% |
| ICMS Total Estado | | 6.877.127 | 100% |

Fonte: SEFAZ. Ba. / PGM – 2005.

O setor indústria, na SEFAZ-BA, é composto por oito segmentos econômicos, com 11.908 estabelecimentos, sendo a Agroindústria (2.771) e o Misto (3693) os que contemplam um maior quantitativo, enquanto o de Bebidas (174) e Petróleo (2040), os de menores números de empresas (Tabela 10).

TABELA 10. Setor Indústria – Estabelecimento por Segmento e Subsegmento/2005

| SETOR : INDÚSTRIA | | | |
|------------------------------|--------------|--------------------------------|--------------|
| SEGMENTOS: | | | |
| AGRICULTURA | | PETRÓLEO | |
| Subsegmentos | Nº | Subsegmentos | Nº |
| Agropecuária | 1 158 | Distri Derivados - GLP | 34 |
| Exploração Forestal | 172 | Distri.Derivados - Demais Prod | 171 |
| Pesca/Aqüicultura | 59 | Extração e Refino | 35 |
| Total | 1 389 | Total | 240 |
| BEBIDAS | | MISTO | |
| Subsegmentos | Nº | Subsegmentos | Nº |
| Bebida Destilada | 54 | Celulose | 133 |
| Cerveja | 4 | Couro e Derivados | 397 |
| Diversos | 20 | Fab. Aparelhos Médicos | 20 |
| Refrigerante e Sucos Artific | 69 | Fab. Mobiliário | 590 |
| Vinho | 15 | Ind. Têxtil/Confecções | 1 603 |
| Água Mineral | 12 | Madeira | 412 |
| | | Mineração | 1 |
| | | Outros | 537 |
| Total | 174 | Total | 3 693 |
| AGROINDUSTRIA | | QUÍMICA | |
| Subsegmentos | Nº | Subsegmentos | Nº |
| Açúcar | 12 | Borracha/Material Plástico | 393 |
| Cacau | 23 | Diversos | 41 |
| Café | 167 | Fertilizantes | 29 |
| Carne e Derivados | 175 | Fibras Sintéticas | 13 |
| Fabr. Massas e Biscoitos | 1 070 | Gases Industriais | 10 |
| Fibras Naturais | 79 | Outros | 169 |
| Leite e derivados | 419 | Outros Prod Inorgânicos | 26 |
| Madeira | 164 | Perfumes, Sabões e Velas | 284 |
| Oleos Vegetais | 39 | Petroquímicos Básicos | 43 |
| Outros | 488 | | |
| Sucos e Conservas | 129 | | |
| Trigo | 6 | | |
| Total | 2 771 | Total | 1 008 |
| METALÚRGICA | | MINERAÇÃO | |
| Subsegmentos | Nº | Subsegmentos | Nº |
| Fabr Produtos de Metal | 994 | Extração Metálicos | 64 |
| Metalúrgica Básica | 122 | Extração Não-Metálicos | 455 |
| | | Fabr Cimento | 6 |
| | | Fabr Prod Cerâmicos | 291 |
| | | Outros | 701 |
| Total | 1 116 | Total | 1 517 |

Fonte: SEFAZ.Ba. / PGM-.2005

A indústria arrecadou R\$ 3.705.665 e R\$ 3.760.868 nos anos de 2004 e 2005, com um desempenho de 56% e 58%, respectivamente, do total arrecado no Estado. Neste setor, o segmento Petróleo se destaca, sendo o de maior representatividade, seguido pelo de indústria química, que possui empresas que desenvolvem atividades correlacionadas com combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo (Gráfico 7).

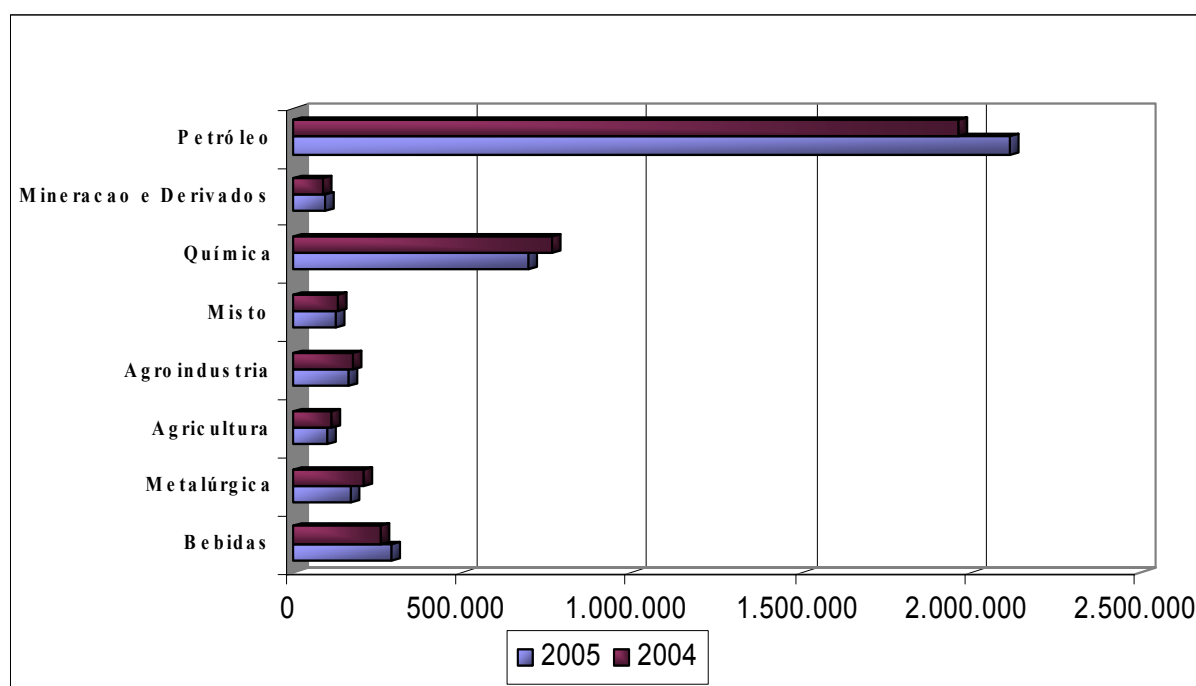


GRÁFICO 7. Arrecadação – Indústria. Segmentos da Atividade Econômica 2004-2005

Fonte: SEFAZ. Ba. /PGM - 2005

Analisando a receita do ICMS, sob o prisma do porte dos estabelecimentos, percebe-se que as grandes empresas respondem por 50% do total arrecadado, com apenas 418 estabelecimentos, de um total de 11.908 do setor (Tabela 11).

TABELA 11. Setor Indústria – Porte e Arrecadação/2005 (R\$mil)

| Setor Indústria | Estabelecimentos | Receita | Participação % |
|-------------------|------------------|------------------|----------------|
| Porte | Nº. | 2005 | |
| Grandes Empresas | 418 | 3.445.308 | 50% |
| Médias Empresas | 744 | 197.919 | 3% |
| OUTROS | 2.852 | 91.808 | 1% |
| Simbahia | 7.894 | 25.841 | 0% |
| TOTAL | 11.908 | 3.760.876 | 55% |
| ICMS Total Estado | | 6.877.127 | 100% |

Fonte: SEFAZ. Ba. / PGF- dez.2005

Em função da especificidade do regime fiscal de tributação, ao qual determinadas empresas estão submetidas, a Secretaria de Fazenda estabeleceu um campo específico denominado substituição tributária (ANEXO D), como uma espécie de setor, para o controle e gerenciamento desse grupo de contribuinte.

A substituição tributária, a rigor, se refere ao tratamento atribuído a uma série de empresas (microempresas, por exemplo), de atividades e produtos, o que faz com que os seus subsegmentos contemplem empresas e estabelecimentos que, na sua origem e natureza, pertencem a diversos outros setores, a exemplo de atacadistas, bebidas, cimento entre outros. Neste contexto, aparecem 489 estabelecimentos inscritos, dentre os quais o segmento Combustível destaca-se com 118 (Tabela 12).

TABELA 12. Substituição Tributária – Estabelecimento por Segmento e Subsegmento/2005

| SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA | | | |
|--------------------------------|-----------|---------------------|-----------|
| SEGMENTO | | | |
| SUBSTIT. TRIBUTÁRIA | | | |
| Subsegmentos | Nº | Subsegmentos | Nº |
| Aparelhos de Barbear | 2 | Diversos | 14 |
| Atacadistas | 52 | Lâmpadas Elétricas | 13 |
| Açúcar | 4 | Medicamentos | 68 |
| Bebidas | 29 | Motos | 8 |
| Cigarro | 10 | Pilhas e Baterias | 2 |
| Cimento | 16 | Pneus | 19 |
| Combustíveis | 118 | Rações | 4 |
| Cosméticos e Perfumaria | 8 | Tintas | 55 |
| Discos, Fitas e Filmes | 25 | Trigo | 12 |
| | | Veículos | 30 |
| Total | | | 489 |

Fonte: SEFAZ. Ba. / PGF - 2005

No campo da Substituição Tributária, pode ocorrer o ingresso do ICMS decorrente de contribuintes substituídos em sua obrigação principal e, por isso, aqueles que lhes vendem as mercadorias (contribuintes substitutos, neste caso, os fornecedores ou fabricantes), assumem a responsabilidade de lançar e pagar o imposto.

Vale ressaltar que, além da retenção do imposto pelo fabricante dos combustíveis, aplicam-se ao segmento estudado a agregação de margem de lucro bruto da operação, os preços máximos ou únicos de venda fixados por autoridade federal competente, além da regra do ressarcimento do imposto pago em excesso, na forma e condições estabelecidas no RICMS-BA.

Especificamente, na arrecadação da classificação Diversos, encontram-se 14 empresas na condição Substituto, além de “contribuintes não inscritos” no cadastro da SEFAZ. Ba, que responderam por R\$8.934,91 e R\$10.796,28, e por R\$53.545,09 e R\$67.918,87 em 2004 e 2005, respectivamente (Gráfico 8).

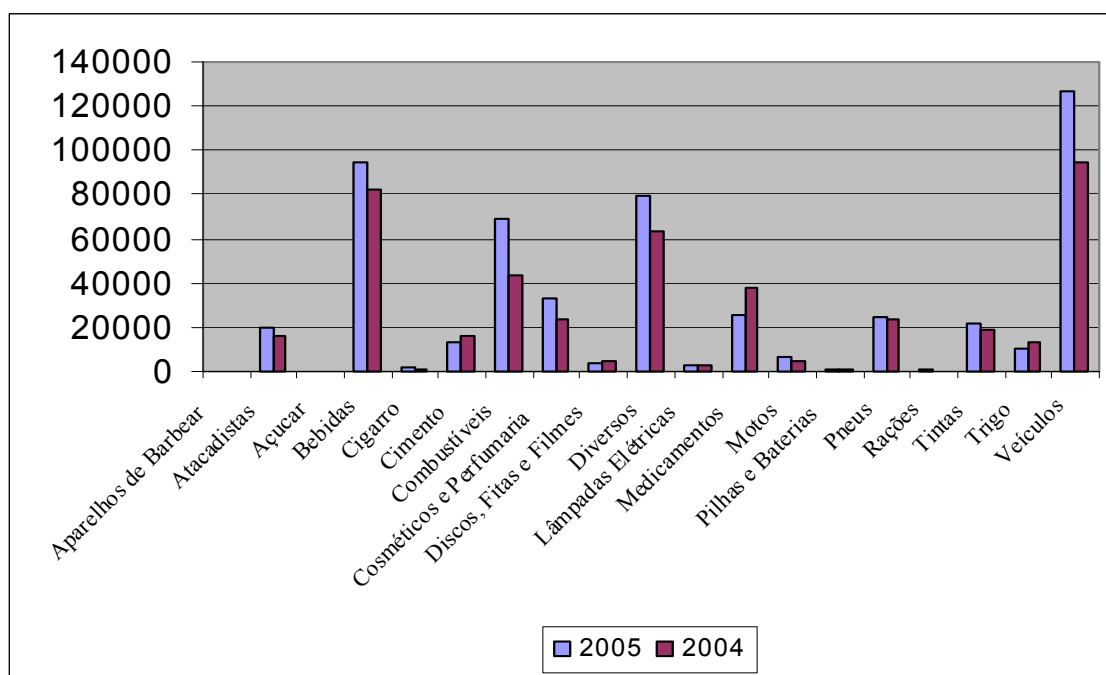


GRÁFICO 8. Arrecadação – Substituição Tributária- 2004 -2005 (R\$mil)

Fonte: SEFAZ. Ba. / PGM – 2005

Percebe-se que a estrutura de armazenagem dos dados é específica, estando vinculada ao tipo e porte da empresa, que são determinantes da qualidade e quantidade de informações que os contribuintes são obrigados a fornecerem e que influenciam fortemente na construção dos parâmetros, indicadores e índices das análises.

A arquitetura da informação utilizada, pelo fato de estar voltada para o planejamento da fiscalização, aponta algumas restrições, principalmente na estrutura dos segmentos e subsegmentos, exigindo que seja feita a extração dos dados e informações por ramo de atividade, bem como a disponibilização de uma modelagem de dados do DW, específica para a área de inteligência.

Um outro aspecto diz respeito à condição e de apuração do imposto pelas empresas enquadradas no regime de substituição tributária, que dificulta a obtenção de dados em fontes públicas externas, restringindo o uso dos padrões de informações.

7 METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

“No planejamento, nunca um movimento inútil; na estratégia, nunca um passo em vão” Chen Hão.

O tema inteligência fiscal é ainda um assunto novo e, praticamente, não foram desenvolvidos trabalhos acadêmicos relacionados ao assunto; tampouco foi identificada uma literatura específica nesta matéria. Nesses casos, do ponto de vista de Michel (2005), o estudo se enquadra no tipo de pesquisa denominada Estudo Exploratório, que visa explicar um problema, para torná-lo explícito; se caracteriza pela busca de uma resposta a uma lacuna de conhecimento, e assume, em geral, as formas de Pesquisa Bibliográfica e Estudo de Caso.

Para Laville (1999, p.156), o estudo de caso possui a vantagem de permitir a “possibilidade de aprofundamento” de um ou poucos objetos, de maneira a ampliar e detalhar o conhecimento e aceita que o pesquisador possa “mostrar-se mais criativo, mais imaginativo; adaptar seus instrumentos; modificar sua abordagem para explorar elementos imprevistos, precisar alguns detalhes e construir uma compreensão do caso que leve em conta tudo isso”.

Pode-se caracterizar esta pesquisa, quanto aos meios de investigação, como documental e exploratória, que utiliza os conceitos do ciclo informativo, aliado aos procedimentos da inteligência competitiva para sistematizar uma metodologia e desenvolver as diversas etapas do processo.

Do ponto de vista da sua natureza, pode ser definida como pesquisa aplicada, já que se refere a um estudo de caso que analisa os bancos de dados e sistemas de informação da SEFAZ. Ba, além das fontes externas existentes em órgãos oficiais.

Em relação a forma de abordagem do problema, a pesquisa é classificada como quantitativa. Segundo Silva & Menezes (2000, p.20), uma pesquisa quantitativa “considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-los e analisá-los”.

7.1 ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Para uma construção do conhecimento e de intervenção na realidade os métodos de procedimentos, segundo Lakatos & Marconi (1994), muitas vezes são utilizados em conjunto, com a finalidade de obter vários enfoques do objeto de estudo. Assim, adotaram-se os métodos e técnicas para seleção, análise e interpretação dos dados que compõem as seis etapas básicas de desenvolvimento da pesquisa (Figura 17).

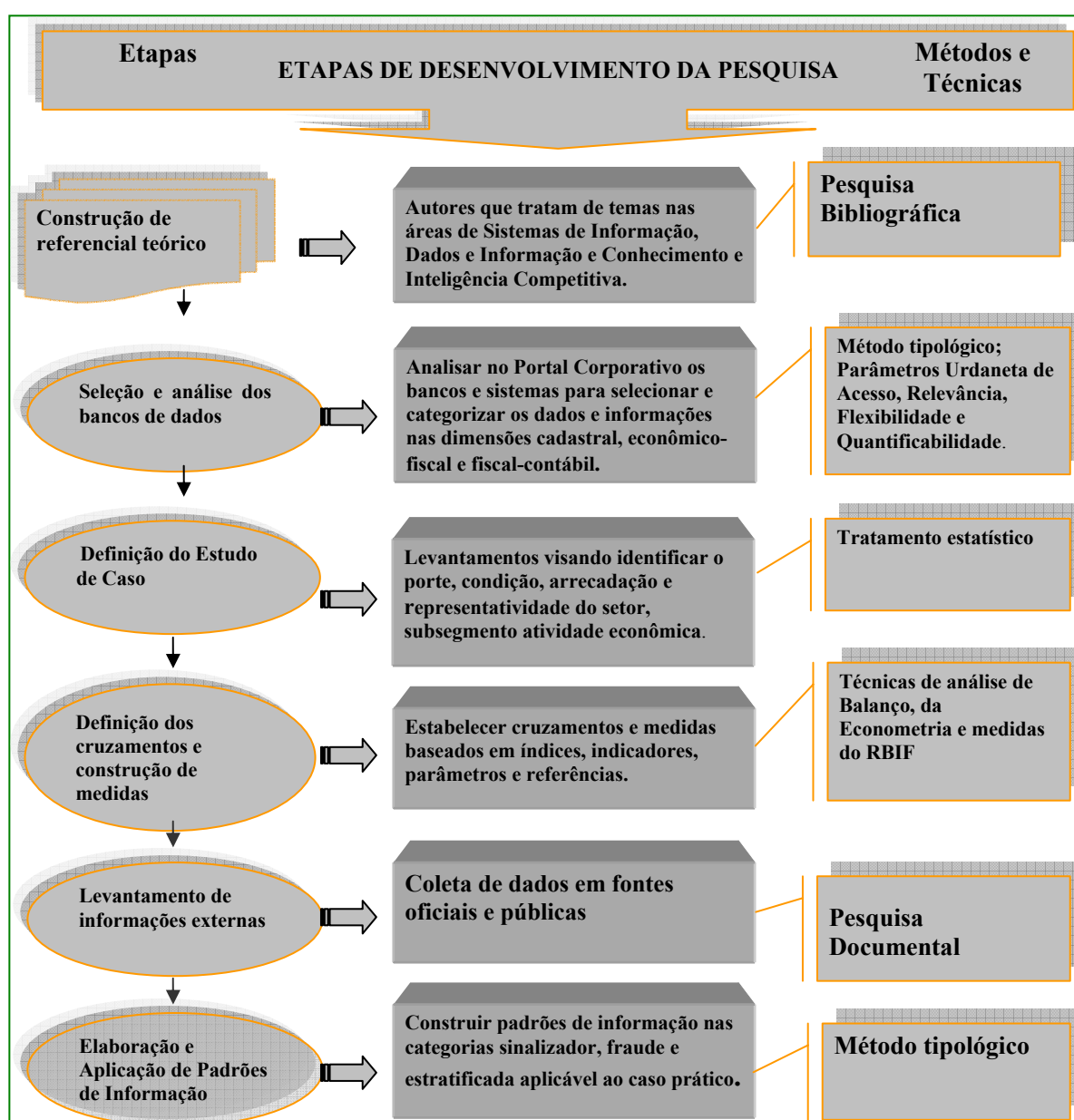


FIGURA 17. Etapas de Desenvolvimento da Pesquisa.

Fonte: Elaboração própria

7.1.1. Construção do referencial teórico

Nesta etapa, utiliza-se da Pesquisa Bibliográfica que é desenvolvida a partir de materiais já elaborados: livros, artigos científicos, periódicos dissertações e teses, que abordam os temas de estudos norteadores com a questão da informação e da inteligência. Para tanto, foram consultados autores, cujos trabalhos apresentam um embasamento necessário ao melhor entendimento e consistência do objeto de estudo, preenchendo a lacuna de conhecimento para a construção de uma base teórica.

A fundamentação teórica concentrou-se nas áreas de Sistemas de Informação, Inteligência Competitiva, Informação e Conhecimento, Inteligência Organizacional, com ênfase nos autores: Miller (2002), Gomes & Braga (2001) Tarapanoff (2001), Moresi (2000), Davenport & Prusak (1998), McGee e Prusak (1994), Urdaneta (1992) entre outros.

7.1.2 Seleção e análise dos bancos de dados

Foram coletados basicamente dados secundários. São dados secundários aqueles que provêm de outras fontes que não da observação direta, obtidos nos bancos de dados operacionais e gerenciais da área fiscal da SEFAZ. Ba, e em órgãos oficiais e associações oriundas de fontes na internet.

Para a coleta dos dados da pesquisa, inicialmente, analisou-se o Portal de Sistemas Corporativo da SEFAZ. Ba, os bancos e sistemas gerenciais que armazenam os dados e informações de interesse da pesquisa e, com isso, delimitou-se o universo no qual foi desenvolvida a etapa de coleta dos dados e informações.

No portal, foram selecionados os bancos de dados Cadastro de Contribuintes (DSCAD), Informações Econômico-fiscais (IEF) e Sistema de Controle do Crédito Tributário (SICRED), considerados centrais, e os sistemas de informação Planejamento e Gerenciamento de Mercado (PGM), Sistema de Informações Tributárias (SIT), Sistema de Emissão de Auto de Infração (SEAI), Controle Fiscal de Mercadoria em Trânsito (CFAMT) e Sistema de Controle

de Arquivos Magnéticos (SCAM), que são ferramentas de apoio, onde se analisou os registros e se fez os seus agrupamentos nas dimensões de informação.

Utilizou-se o método tipológico, que estabelece a determinação de tipos ou categorias para analisar os fenômenos. “Os tipos não expressam a totalidade da realidade, mas seus aspectos significativos mais gerais [...]. Os que se encontram regularmente nos fenômenos estudados [...]. O tipo serve de modelo para análise e compreensão dos casos concretos” (LAKATOS & MARCONI, 1994, p.80).

Nos bancos definidos para a aplicação da pesquisa, analisou-se os registros constantes, adotando-se os parâmetros apresentados por Urdaneta (1992, pp.104-105), dos quais considera-se pertinentes para o objetivo da pesquisa os critérios de análise abaixo:

- Acessibilidade – refere-se ao nível de acessibilidade da informação em relação direta com as fontes externas;
- Relevância – qual o nível de importância da informação para efeito da produção de inteligência;
- Flexibilidade - o nível de compatibilidade da informação, ou seja, a possibilidade de ela ser conjugada com outras informações;
- Quantificabilidade - serve para selecionar a informação do tipo quantificável.

Foram selecionados os dados e informações para comporem as tabelas das dimensões de informações, configurando um quadro de referência para a construção da estrutura dos cruzamentos e a sua evidenciação para a coleta em fontes externas. Neste contexto, foram estabelecidos e determinados três grupos de dimensões de informações, nas quais seriam agrupados os registros, como segue:

- Cadastral – dados de identificação, caracterização e do segmento de atividade que os contribuintes estão registrados nos sistemas;
- Fiscal-contábil – dados que representam as operações, os registros e os lançamentos nas escritas fiscal e contábil, voltados para a apuração do imposto, encaminhados pelos contribuintes para os bancos de dados da Secretaria.
- Econômico-fiscal – dados que espelham o desempenho das empresas dentro da classificação nos diversos ramos de atividade econômico-fiscais do Estado como um todo.

7.1.3. Definição do estudo de caso

Nos bancos de dados selecionados, procedeu-se a levantamentos preliminares que apoiariam a escolha do caso prático, e estabeleceu-se quatro critérios básicos para a definição do ramo de atividade a ser pesquisado:

- a) representatividade do setor, subsegmento e atividade econômica;
- b) impacto na arrecadação do Estado;
- c) condição dos estabelecimentos no cadastro;
- d) tipo de porte dos estabelecimentos.

O objetivo foi obter uma melhor compreensão dos bancos de dados e definir em qual dos subsegmentos de atividade econômica se aplicaria os padrões de informação e a elaboração de subsídios para a geração de produto de inteligência. Esse procedimento permitiu também a identificação dos segmentos, subsegmentos e ramo de atividade nos quais é possível utilizar-se de fontes externas, na perspectiva da Inteligência Competitiva.

Deste modo, definiu-se o setor da atividade econômica (Comércio Atacadista de Álcool Carburante, Gasolina e demais derivados de Petróleo - exceto Transportadores Retalhistas (TRRs) e Lubrificantes), o porte de grandes empresas, uma vez que se pode ter acesso a um maior volume de informações satisfatórias para a análise, e escolheu-se uma empresa com um total de 22 estabelecimentos.

Para tanto, se recorreu ao tratamento estatístico que propõe “reduzir a termos quantitativos de modo a permitir comprovar as relações dos fenômenos entre si, e obter generalizações sobre sua natureza, ocorrência ou significado” (LAKATOS & MARCONI, 1994, p 90).

7.1.4. Cruzamentos de Dados e Aplicação de Medidas

Visando a construção dos padrões de informação para a análise dos dados, foram definidos os cruzamentos a serem aplicados com os dados selecionados, e foi utilizada a ferramenta de

extração de dados DW¹⁸ para filtrar as informações. O uso destas ferramentas é fundamental para coleta de dados em fontes heterogêneas e de volume expressivo.

As medidas foram construídas de modo a possibilitar a fixação de indicadores, índices, parâmetros e referências de aceitabilidade dos resultados tabulados e para a consecução das análises, utilizando-se as técnicas e procedimentos advindos das bases e fundamentos da:

a) Contabilidade - mais propriamente a partir das técnicas de Análise de Balanço, vêm medidas, que adaptadas às características e necessidades do ambiente da pesquisa, expressam a saúde econômico-financeira de um estabelecimento, de uma empresa ou até mesmo de um grupo de empresas. Neste campo do conhecimento, os estudos estão centrados no enfoque da teoria da contabilidade denominada de metodologia positiva, que “descreve como a contabilidade se desenrola, no mundo real, e prediz o que irá ocorrer” (IUDÍCIBUS & LOPES, 2004, p.15).

Utiliza-se, ainda, a abordagem da metodologia institucional e social, que estuda a contabilidade como mecanismo interligado à vida das organizações e ao contexto que opera, que, para Matallo Jr (apud IUDÍCIBUS & LOPES, 2004, p.31), “o principal objetivo dessa metodologia é ajudar a explicar os fenômenos contábeis a partir dos padrões de comportamento, normas, crenças e procedimentos a que as organizações recorrem para legitimidade no ambiente em que atuam”.

b) Economia – é analisada a performance nos diversos níveis de agregação de alguns dados econômicos, na composição de medidas que propiciem comparações ou associação do desempenho de setores, segmentos, atividades econômicas, empresas e até mesmo estabelecimentos. Para tanto se utilizou fundamentalmente recursos inseridos no método econométrico, que tem:

objetivo de estudar o aspecto quantitativo das relações entre os fenômenos econômicos, e que afetam as situações patrimoniais, financeiras e contábeis de qualquer ente econômico. Este método está calcado em três campos do conhecimento - a teoria econômica e contábil, fornecendo os princípios e leis, a matemática, fornecendo a linguagem ideal ou a forma de expressão simbólica para esses campos de conhecimento, e a estatística que trabalha com dados numéricos da observação, permitindo estabelecer uma relação entre a realidade observada e a teoria existente Método eficiente para análise de balanço, demonstrações contábeis entre outros (MICHEL, 2005, p.57).

¹⁸ Ferramentas disponíveis na SEFAZ.Ba para filtragem de dados. *Data Warehouse* (DW) é um depósito integrado de informações, disponíveis para análise e para a construção de filtros de busca. Tais informações são coletadas de fontes heterogêneas de dados operacionais e reunidas em um banco de dados, centralizando informações localizadas em diferentes fontes e possibilitando que elas sejam compartilhadas por toda a empresa.

c) Projeto Cenários de Fraudes, que contempla o Roteiro Básico de Investigação Fiscal (RBIF), documento que oferece as medidas e os padrões, orientando os procedimentos na área de inteligência fiscal voltados para a análise da saúde financeira das empresas e dos seus indicadores de desempenho, especialmente para a identificação da compatibilidade do capital social ao porte da empresa e da capacidade econômica e financeira dos sócios (LEONY & RIBEIRO, 2005).

Compõem este contexto medidas adaptadas às necessidades da inteligência fiscal, de cunho principal ou determinístico, como também aquelas de caráter sinalizadoras que, em conjunto, propiciarão a base para a elaboração dos padrões, que viabilizem a identificação de evidências, indícios ou suspeitas de fraudes.

7.1.5. Levantamento de Informações Externas

Dada à especificidade da inteligência fiscal, a obtenção de dados e informações externas está na dependência de alguns aspectos inerentes à composição dos registros fiscais existentes nos bancos de dados e sistemas de informação das administrações tributárias, bem como na estrutura informacional existente nos órgãos pesquisados. Aliado a esses aspectos, o uso de fontes externas tem que ser amoldado ao porte, condição e ramo de atividade dos estabelecimentos, de modo a permitir um nível de análise que sustente as inferências que se está buscando.

Assim sendo, a coleta tem que estar focada no objeto de estudo e vinculada ao nível de aplicação dos cruzamentos que compõem as dimensões da informação, bem como ao tipo de padrão de análise a ser pesquisado; foram utilizadas as fontes externas que contêm registros existentes dos órgãos públicos vinculados à área fiscal e os correlacionados à atividade econômica do caso prático.

Este estudo empregou a fonte de dados e informações institucionais relacionados às empresas, advindos da Secretaria da Receita Federal (SRF), Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB), Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), os quais representam a base de validação das informações cadastrais e contábeis dos contribuintes.

Foram pesquisados, ainda, dados e informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEI/SEPLAN. Ba), da Agência Nacional de Petróleo (ANP), da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio (SECEX/MDIC) e da Comissão Técnica Permanente de ICMS do Conselho Nacional de Políticas Fazendárias (COTEPE /CONFAZ).

Dentro da perspectiva da Inteligência Competitiva (IC) e em função das dimensões definidas na etapa anterior, os levantamentos dos dados externos visaram o enriquecimento do conjunto das informações que apoiaram a construção dos padrões identificadores de fraudes, apresentados no caso prático.

7.1.6 Padrões de Informação da Inteligência Fiscal

O uso de padrões de informação para a produção de inteligência fiscal está associado ao estabelecimento de uma sistemática de análise de dados e informações, que possa também ser aplicada pelas unidades de inteligência das administrações fazendárias.

Segundo Christopher Alexander (1999, apud LYRENE, 2002, p. 9), “cada padrão descreve um problema que ocorre repetidamente em nosso ambiente, e então descreve o núcleo da solução para aquele problema, de maneira que se possa reutilizar esta solução um milhão de vezes depois, sem o esforço inicial”.

Uma ferramenta básica para a elaboração de padrões consistiu no estabelecimento de índices, indicadores, parâmetros e referências, de modo a oferecer medidas que possibilitem levantar indícios ou suspeitas de fraudes. Para este fim, indicadores são ferramentas úteis e amplamente conhecidas e, segundo Gomes e Salas (1997, apud PLATT, 2002, p.169), "um indicador é um instrumento empírico que permite representar a dimensão teórica de uma variável-chave".

Para elaboração das medidas, utilizou-se uma espécie de análise de conteúdo, que é adotado pela auditoria, principalmente a técnica de análise vertical e horizontal, Indicadores Financeiros e Econômicos, Análise das Demonstrações de Origens e Aplicações dos Recursos, entre outros (MARION, 2002; IUDÍCIBUS & LOPES, 2004).

Para Marion (2002, p.24), o uso de indicadores contempla três etapas básicas:

- a primeira, obtida na divisão de duas grandezas com base numa fórmula, simplesmente denominada de *cálculo do índice*;
- a segunda, chamada de *interpretação*, significa como podemos entendê-lo e explicá-lo;
- a terceira, e mais importante, é a *conceituação* do índice que se obtém.

Para Goldratt (1991, p.6), a informação deve ser o dado necessário para a decisão, ou seja, “como a resposta à pergunta feita”. Assim, com base nos cruzamentos das dimensões de informações e aliando-se os dados e informações existentes em fontes externas, obtêm-se as medidas de análise baseadas nos padrões.

Adota-se para a pesquisa alguns conceitos associados à utilização de índices, indicadores, parâmetros e referências que compõem os padrões de informação, baseados em Gouzee et al. (1995) e Gomes e Salas (1997, apud PLATT, 2002) na aplicação deste ferramental:

- Referências – dados ou informações que representam algo que pode complementar um conhecimento a ser produzido, servindo de base ou relacional, podendo ser quantificáveis ou não-quantificáveis.
- Parâmetro – corresponde a uma grandeza que pode ser medida ou avaliada qualitativamente/quantitativamente;
- Indicador – medidas selecionadas e consideradas isoladamente ou combinadas entre si, sendo de especial pertinência para refletir determinadas condições dos sistemas de análise, geralmente utilizando-se médias aritméticas, percentis, medianas, entre outros.
- Índice – corresponde a um nível superior de agregação aos indicadores, através dos métodos de agregação aritméticos ou heurísticos¹⁹.

A aplicação de indicadores vem ganhando um peso crescente nas metodologias utilizadas para resumir a informação de caráter técnico e científico na forma original ou “bruta”, de modo a permitir transmiti-la numa forma sintética, preservando o essencial dos dados originais,

¹⁹ Os métodos aritméticos podem ser linear, geométrico, mínimo, máximo, aditivo; enquanto os heurísticos são normalmente preferidos para aplicações de difícil quantificação.

apenas com as variáveis que melhor servem aos objetivos. A informação é, assim, mais facilmente utilizável por decisores, gestores ou grupos de interesse em geral.

O uso de indicadores na área fiscal compõe seu cotidiano de planejamento da fiscalização, mas para os órgãos que desenvolvem atividades de inteligência se apresenta ainda incipiente, não se identificando nenhum trabalho que tenha recorrido a essa ferramenta, com tal amplitude e especificidade.

Relativamente ao conteúdo, amplitude e natureza dos padrões aplicáveis à atividade de inteligência, considera-se fundamentalmente três categorias:

- Padrão de informação sinalizador;
- Padrão de informação estratificada;
- Padrão de informação de fraude.

O Padrão de Informação Sinalizador aplica-se basicamente na dimensão de informação cadastral e serve para levantar possibilidades da ocorrência de algum tipo de irregularidade, apontando a necessidade de analisar, com maior amplitude, o estabelecimento ou empresa.

O Padrão de Informação Estratificada destina-se à aplicação de medidas voltadas para uma abordagem analítica por setor, segmento, ramo de atividade, que servem como pano de fundo, para auxiliar o padrão de fraude que está sendo avaliado. O uso desse padrão baseia-se na analogia de “onde há fumaça, há fogo”, para se buscar a fraude.

O Padrão de Informação de Fraude refere-se ao uso das medidas aplicáveis nas infrações fiscais potencialmente enquadráveis como crime contra a ordem tributária. O foco desse padrão está na estruturação de medidas que, ao se encaixarem como “peças de um quebra-cabeça”, formam o mosaico que aponta as evidências ou indícios da ocorrência de fraude.

Esses padrões foram construídos de modo a correlacionar balizadores pré-estabelecidos, que assinalam as possíveis distorções detectadas e que vão indicar a necessidade da adoção de procedimentos de fiscalização ou da atividade complementar (operacional) de inteligência para sua evidenciação, tanto no aspecto da evasão do tributo quanto da contextualização de fraude em relação ao crime contra a ordem tributária. Para a sua sistematização, empregou-se a planilha eletrônica *Microsoft Excel*, como forma de facilitar a entrada de dados, os cálculos das medidas e a correlação com os balizadores definidos.

7.2 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A presente pesquisa apresenta diversas limitações. A primeira limitação é inerente à abordagem qualitativa, ou seja, por não se utilizar métodos e técnicas estatísticas para a escolha inicial dos dados que compõe as dimensões das informações (cadastral, econômico-fiscal e fiscal-contábil); é o “pesquisador o instrumento- chave da pesquisa, que tende a selecionar os dados indutivamente, em face da característica dos dados e sua experiência na área” (SILVA e MENEZES, 2000). Para tanto, foram aproveitados, para a seleção dos dados das dimensões, alguns parâmetros de análise adotados por Urdaneta (1992).

A segunda limitação refere-se à escolha da atividade econômica que serviu como amostra para aplicação dos padrões, já que são testados apenas alguns dos indicadores, parâmetros e referências no setor, segmento, ramo de atividade e empresa pesquisada. Porém, tal opção apresenta justificativa operacional relacionada ao aspecto que envolve o sigilo e confidencialidade das informações e procedimentos que, nesta dissertação, assume caráter limitador para a configuração dos resultados. Em termos legais, o artigo 198 da Lei nº. 5.172 do Código Tributário Nacional²⁰ proíbe a divulgação da situação econômica ou financeira dos contribuintes, bem como seu estado de negócios e atividades.

Em relação aos métodos e procedimentos utilizados de área de inteligência, um dos pressupostos básicos de qualquer ação de inteligência, seja qual for o tipo de organização, é a questão do sigilo, condição imprescindível para preservar a sua atividade, garantir e salvaguardar o seu processo. Por conseguinte, os padrões de informação não foram explorados na sua totalidade, mas demonstrados, apenas, os constantes dos exemplos práticos necessários para demonstrar a sistemática e a aplicação do ciclo de produção de inteligência fiscal.

Um outro aspecto refere-se à não utilização de procedimentos e técnicas de operações investigativas, que são explorados nos níveis de atividade da inteligência operacional, para a busca de dados ocultos ou sigilosos, bem como a etapa de formalização e disseminação dos produtos de inteligência.

²⁰ Lei 5.172/1966-Código tributário Nacional- Art. 198 – Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

8 A INFORMAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE INTELIGÊNCIA FISCAL

“Cada descoberta contém ‘um elemento irracional’ ou ‘uma intuição criativa’, no sentido de Bergson”. Karl Popper

Este capítulo tem o escopo de apresentar as informações obtidas nos bancos de dados e sistemas de informação e nas fontes externas ao descrever os índices, indicadores, parâmetros e referências que apóiam a elaboração dos padrões de informação aplicáveis à inteligência fiscal.

Demonstrar as etapas de desenvolvimento da pesquisa de modo a responder ao problema e atendimento dos objetivos e das hipóteses é imprescindível para configurar a sistemática de produção de inteligência fiscal.

Para tanto, evidencia-se a seleção dos dados e informações e os critérios de análise que permitiram a construção das medidas de análise e a construção dos padrões de informação aplicáveis ao caso prático.

8.1 SELEÇÃO E ANÁLISE DA INFORMAÇÃO FISCAL

A fase de seleção e análise objetiva reunir os dados e informações de maneira organizada, de forma que seja possível responder ao problema da pesquisa, enquanto a interpretação é feita de forma descritiva, no confronto dos referenciais teóricos levantados, de modo a comprovar a veracidade das hipóteses levantadas (DENCKER, 1998 apud ALMEIDA, 2004).

Ao realizar esses procedimentos para a produção de inteligência fiscal, se lida simultaneamente com dado e informação, uma vez que se trabalha com bancos de dados e sistemas de informação; no entendimento de Goldratt (1991), a distinção está na relação com a decisão de uso requerida e não com o seu conteúdo propriamente dito.

Para a seleção dos dados e informações nos bancos e sistemas de informação utilizou-se os parâmetros de acessibilidade, relevância, flexibilidade, e quantificabilidade adotados por Urdaneta (1992), de modo a se obter um conjunto representativo para a construção dos padrões de informação. A escolha desses parâmetros decorreu da necessidade de serem

conferidos os critérios de avaliação dos dados e das informações a serem utilizadas na pesquisa, em relação à viabilidade de sua execução e da consistência dos resultados a serem alcançados.

Quanto à aplicação do parâmetro de acessibilidade foram listados os órgãos externos com possibilidade de obtenção de dados para viabilizar os cruzamentos e a construção dos padrões de informação.

Os dados e informações registrados no banco de dados DISCAD desempenham um papel de referência para o enquadramento e controle do contribuinte nos diversos bancos e sistemas gerenciais, com o registro de dados de identificação da empresa; nele selecionou-se aos dados e informações abaixo: (Quadro 3).

| Dimensão de Informação Cadastral Dados e Informações | Fontes Externas | Parâmetros | | | |
|---|--------------------|------------|---|---|---|
| | | A | Q | F | R |
| Condição (NO, ME, EPP,...) | | | | X | X |
| Faixa da ME | | | | X | X |
| Porte econômico | | | | X | X |
| Situação (ativo, cancelado, baixa) | SRF/JUCEB | X | | | X |
| Natureza jurídica (S/A, LTDA..) | SRF/JUCEB | X | | | X |
| Categoria (filial e matriz) | SRF/JUCEB | X | | | X |
| Atividade econômica (principal e secundária) | SRF/JUCEB | X | | | X |
| Município | SRF/JUCEB | X | | | |
| Telefone | SRF/JUCEB | X | X | | |
| CPF/CNPJ- nome do sócio | SRF/JUCEB | X | X | | X |
| Qualificação do sócio (administrador, gerente) | SRF/JUCEB | X | | | |
| Município onde reside | SRF | X | | | X |
| Procuração (data início e do término) | Cartórios | X | X | | X |
| Capital votante | SRF/JUCEB | X | X | X | X |
| Capital | SRF/JUCEB | X | X | X | X |
| CRC -UF- nome (se PF) / firma (se PJ) | Conselho | X | X | | |
| Nº consumidor | COELBA | X | X | | |
| Taxa de condomínio | | | X | X | X |
| Aluguel | | | X | X | X |
| Previsão de vendas | | | X | X | X |
| Previsão de compras | | | X | X | X |

QUADRO 3. Dados e Informações para a Dimensão de Informações Cadastrais

Fonte: DSCAD - SEFAZ. Ba - 2005

Legenda: A= Acessibilidade; F= Flexibilidade; R= Relevância; Q= Quantificabilidade (vide 7.1.2)

Os dados e informações dessa dimensão mostram-se de pouca flexibilidade, ou seja, sofrem restrições quando submetidos a correlações e cruzamentos; porém são bastante relevantes como elementos sinalizadores no processo de estudo. (Gráfico 9)

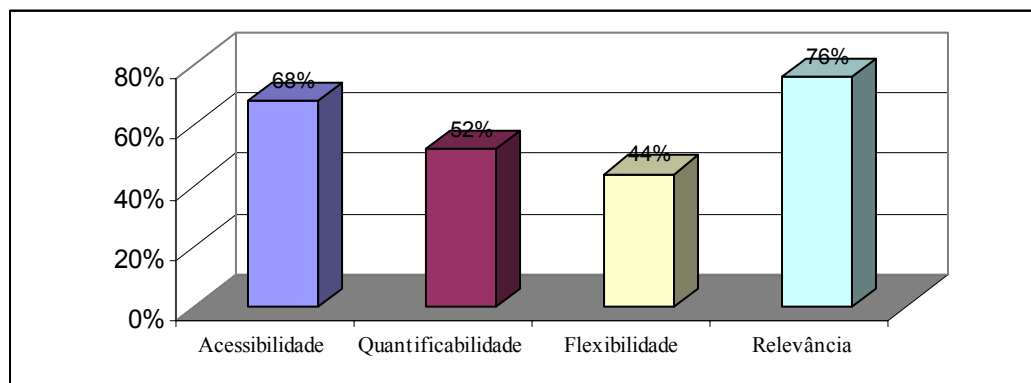


GRÁFICO. 9 Critérios de Avaliação dos Dados e Informações- Dimensão Cadastral

Fonte: DSCAD - SEFAZ. Ba – 2005

No banco de dados IEF estão armazenados os registros da movimentação dos contribuintes que, de acordo com o porte econômico, encaminham, mensalmente ou anualmente, demonstrativos exigidos na legislação fiscal, como obrigação acessória. Para esta pesquisa foram analisados os registros dos seguintes demonstrativos:

- a) DMA - Declaração e Apuração Mensal do ICMS encaminhadas mensalmente pelos contribuintes inscritos na condição normal e informam as operações e prestações de entradas e saídas de mercadorias e serviços, bem como os estoques inicial e final, constituindo-se em resumo e exato reflexo dos lançamentos efetuados, relativos ao ICMS, feitos por cada estabelecimento;
- b) DME – Declaração do Movimento Econômico de Microempresa, encaminhada anualmente, na qual consta as informações dos valores das receitas e dos pagamentos ou aquisições e estoques inicial e final e se constitui em resumo, reflexo dos valores constantes dos documentos fiscais relativos às operações e prestações ocorridas.

As informações advindas desse banco enquadram os estabelecimentos por porte econômico e demonstram o desempenho dos estabelecimentos, empresas, ramo de atividade, segmento e setor econômico, alimentando os sistemas de informações gerenciais voltados para o controle e planejamento da fiscalização.

O banco de dados SEAI está voltado para o controle e gerenciamento dos autos lavrados pelos auditores fiscais, como consequência de infrações fiscais praticadas pelos contribuintes. Constitui-se em uma ferramenta do fiscal que padroniza a lavratura dos autos, contendo informações que acompanham o processo até o seu pagamento.

A lavratura dos autos é apoiada por roteiros de auditorias que analisam os dados fiscais e contábeis obtidos nas empresas, e compõem os papéis de trabalho do fiscal. Contudo, os levantamentos efetuados pelos auditores no processo de fiscalização não são registrados, perdendo-se importantes informações produzidas, principalmente do tipo contábil fiscal. Os dados que estruturam esse sistema servem para representar os quantitativos de autos de infração lavrados nos estabelecimentos e o volume de créditos reclamados pela SEFAZ. Ba, e possibilita ainda um panorama da evasão de recursos advindos da sonegação e fraude fiscal.

O banco de dados SICRED contempla o volume dos impostos recolhidos pelos estabelecimentos e também os oriundos dos autos de infração e permite análise e controle de todo o volume de recursos arrecadados no Estado.

No banco CFAMT, por registrar notas fiscais capturadas pela fiscalização no trânsito, utilizado apenas para efeito de confrontamento dos dados enviados pelos contribuintes, não representa o universo de notas emitidas pela empresa, porém são bastante úteis para a complementação de informações.

No banco SCAM, por conter informações enviadas pelos contribuintes, em função da adesão do acordo firmado entre o Estado, não estando os contribuintes obrigados a enviar os dados, se constitui em banco complementar.

O sistema de informação PGM e o SIT contemplam informações gerenciais para o planejamento e execução da fiscalização e foram utilizados nesta pesquisa para levantamentos consolidados de dados e informações.

Portanto, os registros desses bancos de dados e sistemas de informação foram utilizados para enriquecimento dos estudos para auxiliar, principalmente, a construção de indicadores e índices, tendo sido selecionados nesses demonstrativos os constantes nos Quadros 5 e 7, que vão compor os cruzamentos para a construção das medidas nas dimensões de informação econômica fiscal e fiscal contábil.

| Dimensão de Informação Econômico- fiscal | Fontes | Parâmetros | | | |
|--|-----------------|------------|---|---|---|
| | | A | Q | F | R |
| Dados e Informações | Externas | | | | |
| Balança comercial | SECEX | X | X | X | X |
| Entradas-UF (BA, OE) | SRF | X | X | X | X |
| Saídas-UF (BA, OE) | SRF | X | X | X | X |
| Estoque-inicial e final | SRF | X | X | X | X |
| Valor Adicionado | SRF | X | X | X | X |
| ICMS Importação | SRF | X | X | X | X |
| ICMS Exportação | SRF | X | X | X | X |
| Crédito Fiscal | SRF/ SEI | X | X | X | X |
| Débito Fiscal | SRF | X | X | X | X |
| Imposto Recolhido ICMS | SRF | X | X | X | X |
| Saldo credor ICMS | | | X | X | X |
| Crédito Acumulado na exportação de mercadorias | | X | X | X | X |
| Entradas SCAM | | | X | X | X |
| Entradas CFAMT | | | X | X | X |
| Saídas SCAM | | | X | X | X |
| Saídas CFAMT | | | X | X | X |

Quadro 4. Dados e Informações para a Dimensão Econômico-Fiscal

Fonte: SEFAZ / IEF / SICRED – SEFAZ. Ba. - 2005

Legenda: A= Acessibilidade; F= Flexibilidade; R= Relevância; Q= Quantificabilidade

Os dados e informações dessa dimensão, de uma maneira geral, advêm em grande parte de fontes externas; mostram-se bastante compatíveis para os estudos na área de inteligência. Entretanto, a questão da acessibilidade ficou um pouco aquém do nível observado para os demais critérios, face à peculiaridade dos interesses fazendários (Gráfico 10)

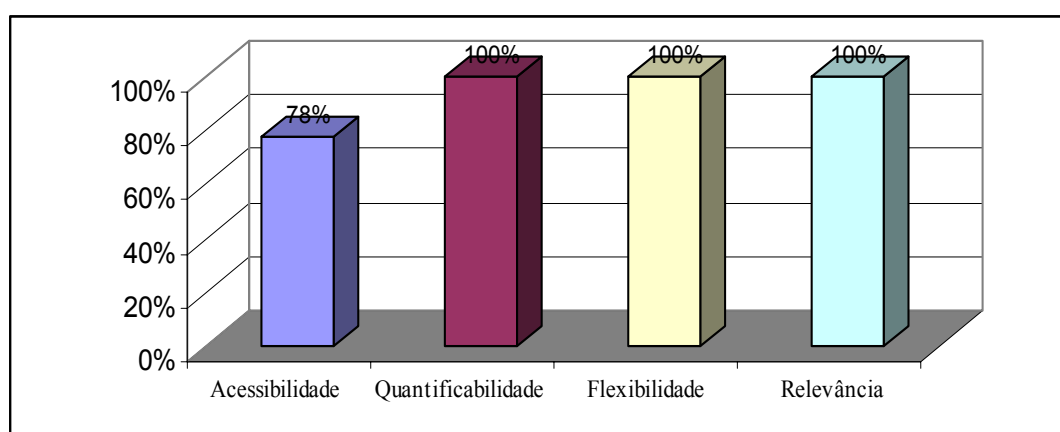


GRÁFICO. 10 Critérios de Avaliação dos Dados e Informações – Dimensão Econômico-Fiscal

Fonte: SEFAZ / IEF / SICRED – SEFAZ. Ba. – 2005

| Dimensão de Informação Fiscal-contábil | Fontes | Parâmetros | | | |
|---|-----------------|------------|---|---|---|
| | | A | Q | F | R |
| Dados e Informações | Externas | | | | |
| Entradas – Valor Contábil | SRF | X | X | X | X |
| Saídas – Valor Contábil | SRF | X | X | X | X |
| Estoque | SRF | X | X | X | X |
| EI e EF | SRF | X | X | X | X |
| Débito do imposto | SRF | X | X | X | X |
| Credito imposto: entradas interestaduais | SRF | X | X | X | X |
| Recolhimento | SRF | X | X | X | X |
| Recolhido: por antecipação (entradas) / por retenção (saídas) | | | X | X | X |
| ICMS Importação | | | X | X | X |
| Deferimento: recolhimento | | | X | X | X |
| ICMS DIF ALÍQ | | | X | X | X |
| Crédito acumulado | | | X | X | X |
| Imposto diferido | | | X | X | X |
| Valor Adicionado [entrada, saída] | SRF | X | X | X | X |
| Nº de empregados | INSS | X | X | X | X |
| kWh consumidos | COELBA | X | X | X | X |
| Valor COFINS | SRF | X | X | X | X |

QUADRO 5. Dados e Informações para a Dimensão Fiscal-Contábil

Fonte: SEFAZ / IEF / SICRED/ CEFAMT / SCAM – SEFAZ. Ba.- 2005

Legenda: A= Acessibilidade; F= Flexibilidade; R= Relevância; Q= Quantificabilidade

Nesta dimensão, a questão da baixa acessibilidade fica ainda mais evidente, uma vez que os dados e informações, além de provirem de fontes externas, são bastante personalizados, focados na empresa ou nos estabelecimentos (Gráfico 11).

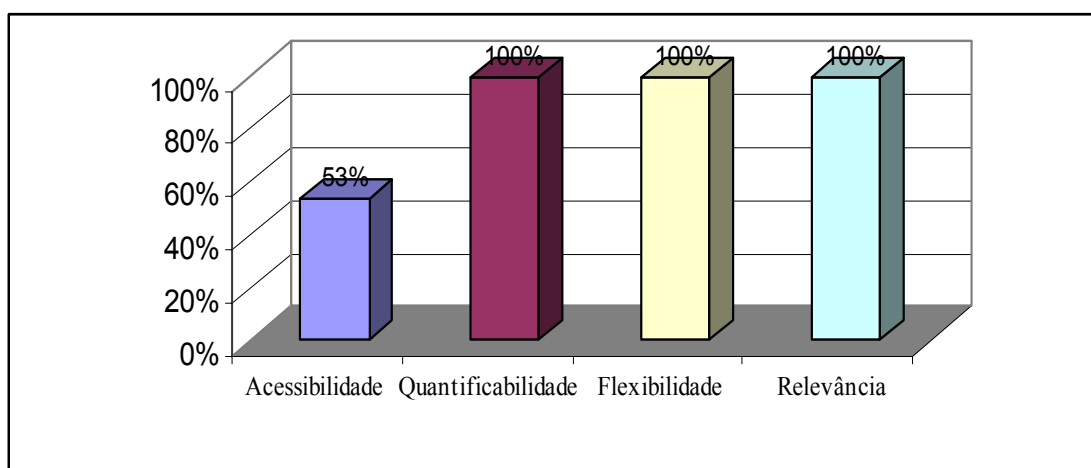


GRÁFICO 11. Critérios de Avaliação dos Dados e Informações: Dimensão Fiscal-Contábil

Fonte: SEFAZ / IEF / SICRED/ CEFAMT / SCAM – SEFAZ. Ba.- 2005

Para Oliveira (2004 p.51 e 52) nas organizações:

A natureza dos atuais problemas de informação encontra-se, principalmente, no paradoxo quantidade *versus* qualidade que a tecnologia da informação ajudou a criar. [...] Na verdade, há uma abundância de informações disponíveis, mas nem sempre relevantes ao usuário. Wilkinson e Cerullo (1997) explicam que, para a tomada de decisões, os gestores precisam ser supridos com informações de valor. O valor de informação e, por conseguinte, a solidez das decisões pode ser afetada pela sua qualidade. Infelizmente, essa qualidade falta ou é deficiente em muitas empresas, conduzindo os gestores a não tomarem as melhores decisões. Por sua vez, as informações podem ser consideradas de qualidade quando são relevantes, precisas, acessíveis, claras, quantificáveis e consistentes.

Macmullin e Taylor (1984), no início da década de 80, chamaram atenção para o fato de que a sociedade se tornou cada vez mais dependente da informação. Todavia os sistemas que estocam, organizam e tornam acessíveis as informações e os conhecimentos criaram problemas crescentemente críticos. Segundo esses autores, uma questão séria na Era da Informação foi a sobreposição da informação. Entende-se, com isso, que não dispomos de informação em demasia, mas, ao contrário, que esses mesmos sistemas que filtram, transmitem e distribuem informação não estão operando bem, isto é, não estão operando segundo as necessidades dos usuários.

Reforçando essa questão, Pereira (2003, p.20) aponta a necessidade das tecnologias estarem ajustadas aos propósitos da organização, enfatizando que “não se pode tratar de tecnologia de informação (TI) separadamente da organização, pois a tecnologia avançada de informação está se transformando na maior força individual que molda a estrutura e o funcionamento das empresas atuais.

8.2. CONSTRUÇÃO DE MEDIDAS E PADRÕES DE INFORMAÇÃO

A produção de inteligência, principalmente da área fiscal, exige no seu processo o uso de mecanismo de sigilo e confidencialidade, razão pela qual optou-se por apresentar apenas alguns exemplos restritos, para demonstrar as possibilidades dos cruzamentos aplicáveis a essas dimensões.

Na perspectiva da inteligência competitiva, procura-se demonstrar a possibilidade do uso de fontes externas, para melhor contextualizar as evidências ou indícios de fraudes, na construção dos produtos da inteligência fiscal. Como exemplo dessa aplicação, pode-se observar a utilização de dados de alguns órgãos oficiais (SRF, JUCEB, SEI, SECEX) consultados e os obtidos em sites na Internet.

Nesses órgãos é selecionado certo número de dados e informações, sendo de características conjunturais os dados e informações que irão compor os cruzamentos das dimensões econômico-fiscal, fiscal-contábil e cadastral. Esses cruzamentos foram construídos visando se obter medidas que serão comparadas aos balizadores pré-estabelecidos e, com isso, identificar possíveis distorções que apontem os indícios, evidências ou mesmo suspeitas para que se amplie os estudos na área.

Os cruzamentos da Dimensão Cadastral se ajustam à produção de inteligência do tipo operacional, pois se aplicam a empresa e estabelecimentos, possuindo medidas, basicamente, de referência e parâmetros (Quadro 6). O padrão de informação decorrente desta dimensão desempenha um indispensável papel de primeiro filtro ou peneira, oferecendo elementos sinalizadores da presença de desvios a serem mais bem observados nas duas outras dimensões, chegando até mesmo a identificar a presença de interpostas pessoas²¹ nos quadros da empresa.

| Dimensão Cadastral | | | Tipo de Medida | Nível de Aplicação |
|-------------------------|---|-------------------|----------------|-------------------------|
| Cruzamentos | | | | |
| Condição (ME, EPP, NO) | X | Despesas | Referência | Empresa/estabelecimento |
| Condição (ME,EPP,NO) | X | Vendas previstas | Referência | Empresa/estabelecimento |
| Condição (ME, EPP, NO) | X | Compras previstas | Referência | Empresa/estabelecimento |
| LTDA | X | 1 sócio | Referência | Empresa/estabelecimento |
| Capital estabelecimento | X | Capital empresa | Parâmetro | Empresa/estabelecimento |
| Taxa condomínio | X | Capital | Parâmetro | Empresa/estabelecimento |
| Aluguel | X | Capital | Parâmetro | Empresa/estabelecimento |
| Capital votante | X | Renda sócio | Indicador | Empresa/estabelecimento |
| Despesas | X | Capital | Referência | Empresa/estabelecimento |

QUADRO 6. Dimensão Cadastral - Cruzamentos, Medidas e Nível de Aplicação.

Fonte: LEONY & RIBEIRO (2005)

²¹ Interpostas pessoas são os sócios que, de forma fictícia, passam oficialmente a compor os quadros societários das empresas, também conhecidos como laranjas ou testas-de-ferro. Geralmente, trata-se de pessoas sem capacidade econômico-financeiro para arcar com os “ônus decorrentes dos negócios”.

Os cruzamentos da Dimensão Econômico-Fiscal se ajustam à produção de inteligência do tipo estratégica, tático e operacional, possuindo medidas de referência e parâmetros (Quadro 7). Esta dimensão oferece uma visão panorâmica ou global do conjunto analisado, podendo evidenciar o comportamento de um setor como um todo, assim como analisar apenas um determinado estabelecimento de uma empresa específica.

| Dimensão Econômico-Fiscal | | | Tipo de Medida | Nível de Aplicação |
|-----------------------------------|---|------------------------------------|----------------|-------------------------------------|
| Cruzamentos | | | | |
| Crescimento saída Estado | X | Crescimento saída Setor econômico | Parâmetro | Setor |
| Crescimento saída Setor econômico | X | Crescimento saída Segmento | Parâmetro | Segmento |
| Crescimento saída Estado | X | Crescimento saída Atividade | Parâmetro | Ramo / empresa/ estabelecimento |
| Crescimento ICMS Estado | X | Crescimento ICMS Setor econômico | Parâmetro | Setor |
| Crescimento ICMS Setor econômico | X | Crescimento ICMS Segmento | Parâmetro | Segmento |
| Crescimento ICMS Setor econômico | X | Crescimento ICMS Atividade | Parâmetro | Ramo / empresa/ estabelecimento |
| Crescimento renda (PIB) BA | X | Crescimento renda (PIB) setor | Parâmetro | Setor |
| Crescimento renda (PIB) setor | X | Crescimento renda (PIB) Atividade. | Parâmetro | Segmento |
| Entrada BA | X | Entrada Outras UF | Referência | Estab./empresa / segm / atividade |
| Saída BA | X | Saída Outras UF | Referência | Estab./empresa/ segm/ atividade |
| ICMS exportação | X | Saída exportação | Parâmetro | Setor/segm/ atividade/ empr/ estab. |
| ICMS importação | X | Entrada importação | Parâmetro | Setor/segm/ atividade/ empr /estab. |

QUADRO 7. Dimensão Econômico- Fiscal - Cruzamentos, Medidas e Nível de Aplicação

Fonte: LEONY & RIBEIRO (2005)

Nesta dimensão fica evidenciada a necessidade da troca intensiva de informações, abordada por Miranda (2003), que vê os sistemas de informação na perspectiva da horizontalidade e verticalidade, como uma troca cooperativa e hierárquica; igualmente tem a visão de compartilhamento de informações, fundamentais para a pronta obtenção dos dados. Pode-se situá-la como troca horizontal – entre o mesmo nível de governo – e vertical, entre níveis

diversos, porém ambas estão fortemente abalizadas na visão integrada, baseada na troca de conteúdos específicos e formatados para serem intercambiados através de uma rede institucional de acesso restrito na Internet.

Na dimensão Fiscal-Contábil (Quadro 8) os cruzamentos são aplicados na análise de empresas e estabelecimentos e se constituem em indicadores e parâmetros. Esta dimensão oferece um padrão de informação que, geralmente, sinaliza anormalidades, além da presença de distorções características da evidência de fraude, a serem apuradas junto aos contribuintes.

| Dimensão Fiscal-Contábil | | | Tipo de Medida | Nível de Aplicação |
|--------------------------------|---|----------------------------------|---------------------|--------------------------|
| Cruzamentos | | | | |
| Entrada escrita fiscal | X | Entrada - escrita contábil | indicador | empresa/estabelecimento. |
| Estoque Inicial escrita fiscal | X | Estoque Inicial escrita contábil | indicador | empresa/estabelecimento. |
| Estoque Final-escrita fiscal | X | Estoque Final escrita contábil | indicador | empresa/estabelecimento. |
| Saída- escrita fiscal | X | Saída - escrita contábil | indicador | empresa/estabelecimento. |
| Saída | X | entrada | parâmetro | empresa/estabelecimento. |
| KWh | X | faturamento | parâmetro | empresa/estabelecimento. |
| COFINS | X | faturamento | parâmetro | empresa/estabelecimento. |
| Aluguel | X | capital | parâmetro/indicador | empresa/estabelecimento. |
| Condomínio | X | capital | parâmetro/indicador | empresa/estabelecimento. |
| déb imposto | X | capital | indicador | empresa/estabelecimento. |
| débitos AI | X | capital | indicador | empresa/estabelecimento. |
| Giro Estoque- estab | X | Giro Estab. [média] | parâmetro | empresa/estabelecimento. |

QUADRO 8. Dimensão Fiscal-Contábil - Cruzamentos, Medidas e Nível de Aplicação

Fonte: LEONY & RIBEIRO (2005).

Os cruzamentos dessas três dimensões são determinados pelo porte das empresas e condição de inscrição no Cadastro do ICMS, exigindo, para tanto, que sejam definidos critérios de acordo com o escopo e abrangência do padrão de informação a ser analisado. Esses padrões permitem diagnósticos em diversos níveis, seja para contextualizar um segmento ou ramo de atividade e correlacionar empresas e estabelecimentos em termos macro, seja para aprofundar estudos analíticos dos mais variados que, em seu conjunto, fornece uma visão sistêmica do contexto pesquisado.

Assim sendo, em função da amplitude e natureza dos dados e informações, foram estruturados os padrões de informação (sinalizador, estratificado e de fraude), organizados em blocos, dentro da perspectiva de apontar possíveis evidências, suspeitas e indícios de fraudes, que

subsidiar a elaboração dos produtos de inteligência. O conjunto de cruzamentos que compõem os blocos de cada padrão, diferenciados entre si e homogêneos internamente quanto ao seu conteúdo qualitativo, foi concebido para extrair os resultados específicos acerca da presença ou não de fraudes. Como forma de demonstrar e exemplificar a sua utilização no contexto da pesquisa, foram trazidos alguns blocos contendo algumas medidas aplicáveis ao caso prático.

O Padrão de Informação Estratificado, baseado nos dados e informações internos e externos da dimensão econômico – fiscal, amplia a abordagem da relação produção x imposto, através das variáveis PIB e crescimento do ICMS, evidenciando distorções que mostram o desarranjo entre o crescimento da produção e o conseqüente aumento imposto dela esperado.

No Quadro 9, Bloco A, aparece a divisão dos coeficientes que representam os crescimentos do PIB no Estado, pelos crescimentos da arrecadação do ICMS do Estado como um todo, e atinge a atividade econômica estudada para correlacionar com os balizadores que vão permitir demonstrar as distorções do tratamento tributário dispensado a essas operações. Neste bloco, a estrutura de cálculo está voltada para uma abordagem analítica e em profundidade, enquanto no Quadro 10, Bloco B, as variáveis são trazidas na forma sintética.

| PADRÃO DE INFORMAÇÃO ESTRATIFICADA | | | ESTRUTURA CÁLCULO | BALIZADOR |
|------------------------------------|---|------------------------------------|------------------------------|-----------------------------|
| Cresc PIB Estado | x | Cresc ICMS Estado | Índice cresc. PIB Estado | Índice cresc. PIB Estado |
| | | | Índice cresc. ICMS Estado | |
| Cresc PIB Setor | x | Cresc ICMS Setor | Índice cresc. PIB Setor | Índice cresc. PIB Setor |
| | | | Índice cresc. ICMS Setor | |
| Cresc PIB Segmento | x | Cresc ICMS Segmento | Índice cresc. PIB seg. | Índice cresc. PIB Segmento |
| | | | Índice cresc. ICMS Seg. | |
| Cresc PIB Atividade CNAE-Fiscal | x | Cresc ICMS - Atividade CNAE-Fiscal | Índice cresc PIB Atividade | Índice cresc. PIB Atividade |
| | | | Índice cresc. ICMS Atividade | |

QUADRO 9. Padrão de Informação Estratificada – Bloco A - Estrutura Cálculo

Fonte: LEONY & RIBEIRO (2005).

O Quadro 10, Bloco B, mostra evidências ou suspeitas de inadequações ou incongruências nos números encontrados na relação do volume de negócios versus recolhimento do imposto. Analisa o crescimento das saídas para representar o volume de receita operacional nos diversos níveis, e demonstrar o seu reflexo no comportamento do ICMS gerado, lidando com o estrato do setor, segmento, subsegmento e ramo de atividade.

| PADRÃO DE INFORMAÇÃO ESTRATIFICADA | | | ESTRUTURA CÁLCULO | BALIZADOR |
|------------------------------------|---|----------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| Cresc saída Estado | X | Cresc ICMS Estado | Índice cresc. saída estado | Índice cresc. saída estado |
| | | | Índice cresc. ICMS estado | |
| Cresc saída setor | X | Cresc ICMS setor | Índice cresc. saída setor. | Índice cresc. saída setor |
| | | | Índice cresc. ICMS setor. | |
| Cresc saída segmento | X | Cresc ICMS segmento | Índice cresc. saída segmento | Índice cresc. saída segmento |
| | | | Índice cresc. ICMS Segmento | |
| Cresc saída atividade CNAE-Fiscal | X | Cresc ICMS atividade | Índice cresc. saída atividade | Índice cresc. saída atividade |
| | | | Índice cresc. ICMS atividade | |

QUADRO 10. Padrão de Informação Estratificada – Bloco B - Estrutura Cálculo.

Fonte: LEONY & RIBEIRO (2005)

Os cruzamentos construídos estão situados a partir da divisão dos coeficientes que representam os crescimentos da arrecadação do ICMS pelos que correspondem aos crescimentos das saídas, todos distribuídos em níveis, partindo do Estado como um todo e atingindo a atividade econômica estudada. Os coeficientes encontrados serão confrontados com os balizadores. As distorções que se apresentarem evidenciarão a presença de possíveis descompassos entre o crescimento das vendas e do imposto correspondente.

A estrutura de cálculo aplicada foi construída a partir dos valores totais das receitas operacionais do Estado, passando pelo setor, segmento, subsegmento, atividade econômica, até chegar à atividade econômica pesquisada, numa abordagem mais sintética.

Para Rossetti (1997) uma análise dessa natureza significa que:

todas as entradas são recebimentos das empresas pelos bens e serviços finais produzidos. A contra partida é dada por um conjunto de fluxos de saída, com os quais as empresas remuneram os agentes fornecedores dos recursos

empregados no processo produtivo: a remuneração dos empregados, o excedente operacional bruto e os tributos indiretos líquidos. Os fluxos de entrada que alimentam as unidades geradoras do PIB, viabilizam em contrapartida as saídas correspondentes aos pagamentos dos recursos mobilizados no processo de produção. (ROSSETTI, 1997, p.614)

O Quadro 11, Bloco C traz a visão fiscal da dimensão econômica, onde se busca indícios da presença de formas de registros fiscais inadequados, a partir de desvios de operações tributáveis para operações isentas ou sem tributação e de supressão na margem de agregação de valor aos negócios .

| PADRÃO DE INFORMAÇÃO ESTRATIFICADA | | ESTRUTURA CÁLCULO | | BALIZADOR |
|---|---|--|--|----------------------------|
| Saída (BA): Tributada | X | Entrada (BA): tributada | $\frac{\sum \$ \text{saída (Ba) tributada.}}{\sum \$ \text{entr.(Ba) tributada.}}$ | MVA. % Arbitramento |
| Saída (BA): Isentas & s/tributação | X | Entrada (BA): isentas & s/tributação | $\frac{\sum \$ \text{saída (Ba) isentas \& s/tributação.}}{\sum \$ \text{entr. (Ba) isentas \& s/trib}}$ | MVA. <% Arbitramento |
| Saída (OE) : Tributada | X | Entrada (OE): tributada | $\frac{\sum \$ \text{saída (OE) tributada.}}{\sum \$ \text{entr.(OE) tributada.}}$ | MVA. % Arbitramento |
| Saída (OE) : Isentas & sem trib | X | Entrada (OE): isentas & s/tributação | $\frac{\sum \$ \text{saída (OE) isentas \& s/tributação.}}{\sum \$ \text{entr.(OE) isentas \& s/trib}}$ | MVA. <% Arbitramento |
| Saída (EXT[export]): trib | X | Entrada (EXT[import]): tributada | $\frac{\sum \$ \text{saída (EXT[export]): trib.}}{\sum \$ \text{entr. (EXT[export]): trib}}$ | MVA. % Arbitramento |
| Saída (EXT[export]): isentas & sem trib | X | Entrada (EXT[import]) isentas & s/tributação | $\frac{\sum \$ \text{saída (EXT[import])isentas \& s/tributação.}}{\sum \$ \text{entr. (EXT[import])isentas \& s/tributação}}$ | MVA. <% Arbitramento |

QUADRO 11. Padrão de Informação Estratificada – Bloco C -Estrutura Cálculo.

Fonte: LEONY & RIBEIRO (2005)

Nesse quadro são apresentados os cruzamentos em forma de divisão entre as saídas e as entradas, distribuídos segundo a origem e destino (Ba ou Outros Estados ou Exterior) e o tratamento tributário dispensado à cada situação (tributadas, sem tributação). Quando os coeficientes resultantes, comparados com os parâmetros ou paradigmas fixados em regulamento, divergirem, ficará evidenciado um suposto desarranjo nos registros fiscais e, conseqüentemente, no pagamento do imposto.

O Quadro 12, Bloco D, apresenta evidências ou indícios da utilização de artifícios na avaliação e na escrituração do patrimônio da empresa, especialmente do seu capital, com reflexos diretos no oferecimento de garantias para fazerem frente aos compromissos ou obrigações assumidas pela empresa, especialmente as obrigações tributárias.

| PADRÃO DE INFORMAÇÃO ESTRATIFICADA | | | ESTRUTURA CÁLCULO | BALIZADOR |
|--------------------------------------|---|---------|--------------------------|-------------------|
| Porte [ME, EPP, Média, X Grandes] | X | Capital | \sum \$ saída (fiscal) | Me. Cap. Faixa |
| | | | \$ Capital Social | |

QUADRO 12. Padrão de Informação Estratificada – Bloco D - Estrutura Cálculo.

Fonte: LEONY & RIBEIRO (2005)

Esse bloco está voltado para analisar a performance do faturamento pelo porte das empresas, com vistas à comparação ao capital escriturado e verificar qual a compatibilidade oferecida por este. A estrutura aplicada de cálculo visa construir medidas, que devem evoluir para o estabelecimento de média que, comparada ao paradigma, evidencia ainda irregularidades na constituição do capital social ou aponta a necessidade da empresa ou estabelecimento proceder aos necessários ajustes.

Com o Padrão de Informação de Fraude, apoiado nos dados e informações da dimensão fiscal-contábil, desloca-se o foco da análise da dimensão global para uma área mais afunilada do diagnóstico, que objetiva a identificação das fraudes desde os segmentos de atividades, chegando até às empresas ou mesmo até aos estabelecimentos.

Vale salientar que este Padrão está sujeito à limitação decorrente do porte da empresa, mais especificamente daquelas inscritas no Sistema de Escrituração Simplificado, dispensadas de manter escrita contábil.

O Padrão de Informação de Fraude trabalha na apuração dos negócios da empresa, visando detectar a presença de suspeitas ou evidências de omissões de operações de compras, de vendas, inclusive de fraudes fiscais.

O Quadro 13, Bloco A, desse Padrão divide o valor total das saídas pelas entradas na escrita fiscal e contábil para se ter a margem de valor agregado (lucro bruto) que a empresa praticou para comparar como coeficiente da margem de valor agregado estabelecido no RICMS, para o ramo de atividade. Espera-se que, ao aplicar essa sistemática, possa se estabelecer uma média

praticada pelos estabelecimentos de cada atividade que permita a sua utilização como indicador.

| PADRÃO DE INFORMAÇÃO DE FRAUDE | | | ESTRUTURA CÁLCULO | BALIZADOR |
|--------------------------------|---|---------------------------|---|------------------|
| Saída (escr fiscal) | X | Entrada (Escr Fiscal) | $\frac{\sum \$ \text{Saída (fiscal)}}{\sum \$ \text{Entrada (fiscal)}}$ | Me % Arbitamento |
| Saída (Escr Contábil) | X | Entrada (Escr Contábil) | $\frac{\sum \$ \text{Saída (contábil)}}{\sum \$ \text{Entrada (contábil)}}$ | Me % Arbitamento |
| Saída (Escr Fiscal) | X | Saída (CEFAMT) | $\frac{\sum \$ \text{Saída (fiscal)}}{\sum \$ \text{Saída (CEFAMT)}}$ | >1 |
| Saída (Escr Fiscal) | X | Saída (SCAM) | $\frac{\sum \$ \text{Saída (fiscal)}}{\sum \$ \text{Saída (SINTEGRA)}}$ | >1 |
| Entrada (Escr Fiscal) | X | Entrada (CEFAMT) | $\frac{\sum \$ \text{Entrada (contábil)}}{\sum \$ \text{Entrada (CEFAMT)}}$ | >1 |
| Entrada (Escr Fiscal) | X | Entrada (SCAM) | $\frac{\sum \$ \text{Entrada (contábil)}}{\sum \$ \text{Entrada (SINTEGRA)}}$ | >1 |
| Estoque Inicial | X | Estoque Final | $\frac{\sum \$ \text{EI}}{\sum \$ \text{EF}}$ | - |
| GIRO EST Estab | X | GIRO EST [Média Ramo] | | Me Ativ [futuro] |
| COFINS | X | Faturamento | $\frac{\sum \$ \text{Base Cálculo COFINS}}{\sum \$ \text{Saída fiscal}}$ | 1 |
| Faturamento (BA) | X | Faturamento Total (BA+OE) | $\frac{\sum \$ \text{Saída (Ba)}}{\sum \$ \text{Saída (Ba + OE)}}$ | ... |

QUADRO 13. Padrão de Informação de Fraude – Bloco A - Estrutura Cálculo

Fonte: LEONY & RIBEIRO (2005)

A divisão das saídas ou das entradas da escrita fiscal e aquelas registradas no CFAMT e SCAM servem para encontrar um coeficiente que deve ser comparado ao balizador (>1), permitindo evidenciar a existência de operações não registradas, indicador de supressão de tributos.

Quanto à divisão do valor do estoque inicial pelo estoque final tem o objetivo de identificar valor de referência quantificável que subsidie a análise do giro de estoque, que será calculado para o estabelecimento, devendo evoluir no sentido de construir uma média aplicável à atividade econômica.

Para o valor da base de cálculo do COFINS, dividido pela saída fiscal do estabelecimento, espera-se obter um coeficiente indicador (1) que evidencie a evasão de imposto, caso haja divergência deste. Este bloco também analisa as saídas para a Bahia realizadas pelo estabelecimento em relação ao total (Ba+ Outros Estados) no mesmo período, para se ter uma referência quantificada que vai auxiliar o conjunto do diagnóstico do estabelecimento ou empresa.

O Quadro 14, Bloco B, apoiado no estudo do capital social do estabelecimento e da empresa, traz balizadores capazes de identificar evidências e indícios de fraude que auxiliam na identificação de sub-avaliação da escrituração contábil do seu capital e, conseqüentemente, na garantia oferecida aos compromissos assumidos, complementando os estudos apresentados nos dois quadros anteriores.

| PADRÃO DE INFORMAÇÃO DE FRAUDE | | | ESTRUTURA CÁLCULO | BALIZADOR |
|--------------------------------|---|---------|---------------------------|-----------|
| Débito imposto | X | Capital | \sum \$ débitos imposto | <1 |
| | | | \$ capital | |
| Débitos AI | X | Capital | \sum \$ débitos AI | <1 |
| | | | \$ capital | |

QUADRO 14. Padrão de Informação de Fraude –Bloco B - Estrutura Cálculo

Fonte: LEONY & RIBEIRO (2005).

Ao dividir o total de imposto registrado ou da dívida tributária pelo valor do capital social, obtém-se um coeficiente indicador da garantia oferecida aos citados compromissos. A insuficiência neste coeficiente, em relação ao balizador aplicável (≤ 1), evidencia a existência de obrigações sem a necessária cobertura patrimonial. Este balizador adota a perspectiva da hipótese do grau de endividamento apresentado por Watts e Zimmerman (1996), que reconhecem o fato de que:

Quanto maior o grau de endividamento, mais sufocada a empresa estará pelas restrições e condições imposta pelos credores. Quanto mais rigorosas forem as restrições impostas pelos credores, maior a probabilidade de ocorrerem violações e de a empresa incorrer em custos, advindos da insolvência técnica (ZIMMERMAN, 1996, apud IUDÍCIBUS & LOPES, 2004, p.23).

O Quadro 15, Bloco C, está estruturado com cruzamentos de dados e informações das escritas fiscal e contábil para indicar indícios das possíveis presenças de fraudes fiscais na empresa investigada, mais especificamente a supressão ou redução no pagamento de tributos.

| PADRÃO DE INFORMAÇÃO DE FRAUDE | | | ESTRUTURA CÁLCULO | BALIZADOR |
|--------------------------------|---|----------------------------------|-----------------------------|-----------|
| Entrada (escr. fiscal) | X | Entrada (escr. contábil) | $\sum \$$ Saída (fiscal) | $< = 1$ |
| | | | $\sum \$$ Entrada (fiscal) | |
| Estoque Inicial (escr. fiscal) | X | Estoque Inicial (escr. contábil) | $\sum \$$ Saída (fiscal) | $< = 1$ |
| | | | $\sum \$$ Entrada (fiscal) | |
| Estoque Final (escr. fiscal) | X | Estoque Final (escr. contábil) | $\sum \$$ Saída (fiscal) | $< = 1$ |
| | | | $\sum \$$ Entrada (fiscal) | |
| SAÍDA (escr fiscal) | X | SAÍDA (escr. contábil) | $\sum \$$ Saída (fiscal) | $> = 1$ |
| | | | $\sum \$$ Entrada (fiscal). | |

QUADRO 15. Padrão de Informação de Fraude – Bloco C- Estrutura Cálculo

Fonte: LEONY & RIBEIRO (2005)

Pelo batimento dos valores de determinada de entrada registrada na escrita contábil (balanço da empresa) e na escrita fiscal (demonstrativos fiscais encaminhados ao Fisco) tem-se um coeficiente indicador ($< = 1$) que pode mostrar divergências representativas da existência ou não de omissão de vendas. Quanto à relação entre as saídas, o coeficiente indicador ($> = 1$) apontará, também, falta de registro de vendas.

O padrão de informação sinalizador, que engloba os dados e informações da dimensão cadastral, está organizado de modo a sinalizar, basicamente, evidências de distorções no enquadramento do estabelecimento no DSCAD em relação à sua condição (ME, EPP, NO). Com isso, conseqüentemente, identifica a redução no pagamento do imposto ou evasão de recursos tributários e a representatividade do seu capital no contexto da empresa.

Na análise do Quadro 16, Bloco A, verifica-se a adequação do enquadramento através do cálculo do total do valor das despesas, ou das vendas previstas, ou das compras previstas, dividido pelo valor das saídas (faturamento) das diversas faixas determinadas para cada condição do estabelecimento especificadas no RICMS. Com isso, obtém-se um número balizador, que representa um valor de referência a ser comparado com o valor médio

arbitrado, a ser aplicado de acordo com a condição de inscrição da empresa. Vale salientar que o balizador 1,32 diz respeito especificamente ao segmento de distribuição de combustíveis, razão pela qual fica registrada a necessidade de redefinição deste número quando da análise de cada segmento de per si. Espera-se, com essa sistemática, evoluir até a construção de uma média a ser calculada no conjunto de empresas que compõem cada faixa de condição.

| PADRÃO DE INFORMAÇÃO SINALIZADOR | | | ESTRUTURA CÁLCULO | BALIZADOR |
|----------------------------------|---|------------------------|-----------------------------------|------------------------------------|
| Despesas | X | Condição [ME, EPP, NO] | \sum desp. (ME, EPP, NO) | Me. faixa ou % Arb. p/ ativ. |
| | | | \sum .saída faixa | |
| Vendas prev. | X | Condição [ME, EPP, NO] | \sum vendas prev. (ME, EPP, NO) | < 1 |
| | | | \sum .saída faixa | |
| Compras prev. | X | Condição [ME, EPP, NO] | \sum compras prev..(ME,EPP,NO) | < 1 |
| | | | \sum .saída faixa | |
| Saídas (vendas previstas) | X | Compras prev. | \sum vendas prev. (ME, EPP, NO) | > =1,32 |
| | | | \sum .compras prev (ME,EPP,NO) | |
| Capital estab. | X | Capital (empresa) | $\$$ cap.estab | ... |
| | | | $\$$ cap. empresa | |

QUADRO 16. Padrão de Informação Sinalizador – Bloco A - Estrutura de Cálculo.

Fonte: LEONY & RIBEIRO (2005)

Aprecia-se também, a presença do capital simbólico ou simulado e sua representatividade na constituição do estabelecimento; ao se dividir o valor do capital de um estabelecimento pelo valor do capital total da empresa, obtém-se um percentual que aponta o grau de importância do estabelecimento examinado no contexto da empresa. Esse percentual de referência vai auxiliar nas análises dos padrões de informações, não correlacionado a nenhum paradigma.

No Quadro 17, Bloco B, a sua estruturação aponta para a presença de indícios de simulação na avaliação do capital e do quadro societário, conseqüentemente, das garantias oferecidas, além de indicar a presença de possíveis sócios fictícios no empreendimento.

| PADRÃO DE INFORMAÇÃO SINALIZADOR | | | ESTRUTURA CÁLCULO | BALIZADOR |
|----------------------------------|---|-------------|--|-----------|
| Taxa condomínio | X | Capital | $\frac{\sum \text{Taxa anual condomínio.}}{\$ \text{Capital social}}$ | <1 |
| Aluguel | X | Capital | $\frac{\sum \text{Anual de aluguel}}{\$ \text{Capital social}}$ | <1 |
| Despesas | X | Capital | $\frac{\sum \text{Anual despesas}}{\$ \text{Capital social}}$ | <1 |
| Capital votante | X | Renda sócio | $\frac{\$ \text{Quota Cap.Integralizado}}{\$ \text{Renda disponível Sócio}}$ | < = 1 |

QUADRO 17. Padrão de Informação Sinalizador - Bloco B- Estrutura Cálculo.

Fonte: LEONY & RIBEIRO (2005)

Quando se divide o valor total da taxa de condomínio, ou de aluguel, ou de despesas pelo valor do capital social tem-se um coeficiente que, comparado ao paradigma (< 1), mostra o nível de comprometimento do capital com esses gastos. Isto quer dizer que esses dispêndios não podem ultrapassar o capital. Também aqui, deve-se evoluir até a construção de médias para os ditados parâmetros.

Esses cruzamentos se ajustam comparativamente aos índices de endividamento, que medem a capacidade da empresa de atender a pagamentos, relacionando esse endividamento (despesas) ao capital (MARION, 2002).

Quanto à divisão da quota de capital integralizado do sócio pela sua renda disponível, também está expresso em um coeficiente que deverá ser comparado ao balizador (coeficiente <1), traduzindo a noção de que o sócio não pode adquirir quotas em valor superior às suas disponibilidades, ou seja, a quota integralizada deve ter um valor sempre menor do que a renda disponível.

A aplicação dos Blocos A e B do padrão sinalizador pode ser adotado, individualmente ou no seu conjunto, tanto para as empresas em processo de constituição quanto em funcionamento, servindo para apoiar os estudos voltados para a depuração e consistência de informação no cadastro de contribuintes e, com isso, permitir que as empresas possam competir em condições mais justas.

Convém salientar que as estruturas dos padrões foram construídas de modo a conceber um amplo universo de cruzamentos; entretanto a sua aplicação, de uma maneira geral, deve ser ajustada a cada porte e a cada condição da empresa ou segmento ou região geográfica das unidades fazendárias.

Para que os dados se tornem úteis para a informação do processo decisório, é preciso que sejam apresentados de tal forma que possam ser relacionados e adequadamente empregados, condição assinalada por McGee e Prusak (1994, 106 e 140), que destacam:

A informação não tem qualquer valor para uma organização até que seja colocada em prática. A maneira como os indivíduos se comportam em relação à informação – como eles adquirem, filtram, analisam e comunicam – é tão importante para a organização, quanto a própria informação. Num ambiente volátil, uma das maiores falhas dos atuais sistemas de informação é a deficiência de adaptabilidade.

Na estruturação dos padrões de informação os registros mostraram-se limitados e formatados dentro de uma visão eminentemente fiscal, necessitando que sejam desenvolvidos estudos para ampliá-los e melhor configurá-los, à luz de padrões sistematizados e mais uniformes, de modo a criar condições de ampliar a agregação de dados externos e potencializar o uso dessa ferramenta pela área de inteligência.

Neste sentido a implementação das novas tecnologias de informação e comunicação vêm apoiar as ações de captura, tratamento e armazenamento das informações, vista como instrumento estratégico, contribuindo para que a SEFAZ.Ba possa planejar suas atividades dentro das novas concepções da sociedade atual, onde os benefícios finais dependem da atitude cooperativa estabelecida na sistemática de compartilhamento de uma rede.

Esta questão é importante e mesmo fundamental, pois exige a intervenção de diversos membros que compõem a estrutura gerencial e técnica da organização, cada um deles em função de suas atividades, experiências e competências. Assim, a rede de compartilhamento vai propiciar que as organizações públicas disponham do processo decisório informações, de modo ágil, sem perda de qualidade, fragmentação, redundâncias etc., hoje existentes, e permitir ao Governo, em suas várias esferas, criar, gerenciar e disponibilizar em repositórios adequados, o conhecimento e a informação, tanto gerados quanto acumulados por seus vários órgãos.

9 PADRÃO DE INFORMAÇÃO FISCAL: DISTRIBUIDORAS DE COMBUSTÍVEIS

Onde está a sabedoria (inteligência) que perdemos no conhecimento? Onde está o conhecimento que perdemos na informação? T.S.Eliot

Este capítulo procura demonstrar a aplicação dos padrões de informação no segmento das distribuidoras de combustíveis e a obtenção dos indícios, evidências ou suspeitas da ocorrência de fraudes nesta atividade econômica.

A importância da aplicação dos padrões, em um determinado segmento econômico, reside na validação do uso da sistemática formulada na produção de inteligência fiscal.

Para tanto, é apresentado o segmento das distribuidoras e sua representatividade no contexto da arrecadação do ICMS, seguido da aplicação dos padrões de informação selecionados.

9.1 CONFIGURANDO O SEGMENTO DAS DISTRIBUIDORAS DE COMBUSTÍVEIS

A escolha das distribuidoras de combustíveis, como caso prático da pesquisa, pautou-se, fundamentalmente, na necessidade de responder ao problema e hipóteses da pesquisa no tocante à aplicação do procedimento da inteligência competitiva, mais especificamente no uso de fontes externas. Destarte, define-se o porte de grandes empresas para os estabelecimentos que compõem o setor da atividade econômica escolhida, uma vez que os mesmos permitem acesso a um volume maior de informações.

Aliado a essa questão, a existência de denúncias recorrentes de fraudes praticadas por contribuintes da atividade econômica de Combustíveis, principalmente a existência de uma CPI na Assembléia Legislativa do Estado da Bahia para a apuração de ilícitos fiscais na área, foram elementos definidores da necessidade da pesquisa, visando à produção de informações estratégicas para subsidiar os tomadores de decisão da Secretaria.

Abordando a gravidade da evasão de tributos nessa área, Sá Dias (2003, p.1-2) comenta que:

Um problema crônico no Brasil e que parece não ter fim: as fraudes em combustíveis. As perdas do Estado com sonegação são muito grandes e o prejuízo para o consumidor final são catastróficos. Os dados estatísticos e a prática mostram que, sem dúvida nenhuma, as fraudes em combustíveis são uma das maiores tipificações do crime organizado, os valores relacionados a este crime são significativos, e deve necessariamente ser combatido pelas autoridades.

Na “cadeia de Petróleo”, o elenco de produtos é gerado na refinaria e o canal primário de sua repartição de combustíveis é representado pelas distribuidoras, sendo que a comercialização no varejo é feita, preponderantemente, pelos postos de abastecimento; é que, nesta área, atuam também as TRRs. Ressalte-se que, no Brasil, quem concede permissão de funcionamento dos diversos representantes comerciais é a Agência Nacional de Petróleo (ANP), que define a política de regulação do setor.

A abertura do mercado e a possibilidade de concorrência no varejo permitiram um crescimento dessas empresas, no decorrer da década de 1990, após a desregulamentação do mercado em 1991, existindo em 1990, segundo dados da ANP, apenas 10 distribuidoras operando no país, passando em 2004 para 485 bases de distribuição (ANP 2005).

As distribuidoras formam a categoria intermediária entre o fabricante e a comercialização do produto ao consumidor final, ou seja, desempenha funções de compra do produtor, armazenagem e venda de produtos para o varejo. A distribuição refere-se à atividade que leva os derivados do petróleo até os postos de revenda direta ao consumidor (principalmente postos de abastecimentos).

Araújo e Gomes (2004), ao analisarem o setor, apresentam a classificação dos derivados do petróleo pelo tipo de uso em energético (combustíveis para transporte, indústria e residências) e não energético (asfalto, lubrificantes, pesticidas e solventes), entendendo a cadeia da indústria de petróleo da seguinte forma:

[...] a distribuição é uma atividade comercial que garante a colocação, no mercado, dos derivados produzidos pela refinaria. É a última fase do ciclo que começa na exploração e produção do óleo bruto e termina na entrega dos produtos aos consumidores finais. Assim a indústria do óleo e gás divide-se basicamente em *upstream* (exploração e produção) e *downstream* (transporte, refino, distribuição e comercialização (ARAÚJO & GOMES, 2004, p.735).

O setor de combustíveis contempla diversos agentes que formam a cadeia de comercialização, a saber:

- Bases de distribuição – locais onde se armazenam os combustíveis, tanto os produzidos nas refinarias, quanto os importados, podendo as bases serem primárias (recebem diretamente das refinarias e terminais marítimos) ou secundárias (abastecidas pelas próprias distribuidoras através de transporte rodoviário, ferroviário ou fluvial) e também compartilhadas por diferentes distribuidoras;
- Distribuidoras – empresas que adquirem derivados de petróleo (principalmente combustíveis) das refinarias e álcool das usinas, distribuindo-os aos postos, às Transportadoras Revendedoras Retalhistas (TRRs) e grandes consumidores (indústrias e empresas de transporte);
- TRRs – empresas que transportam e comercializam derivados, comprando de distribuidoras e revendendo aos consumidores finais. Esse agente TRR é um tipo específico do mercado brasileiro, pois não existe em outros mercados.
- Postos de abastecimentos – estabelecimentos que promovem a venda de combustíveis ao consumidor final, sendo que a maioria opera sob contrato de fornecimento e exclusividade com as distribuidoras, na chamada “fidelidade bandeira”.

O ramo de distribuição de combustível está inserido, pelo planejamento da fiscalização, no setor de atividade econômica indústria, compondo o segmento de petróleo e o subsegmento de distribuição de derivados - demais produtos na modelagem do sistema de informação de Planejamento e Gerenciamento do Mercado (PGM) da SEFAZ. Ba .

Em relação ao impacto do segmento na arrecadação do Estado, o setor Indústria, segmento de Petróleo, respondeu em 2005 com 32% da arrecadação total do ICMS, mantendo uma participação relativamente estável em relação a ano de 2004 (Tabela 13).

TABELA 13. Segmento de Petróleo – Receita Tributária Estadual - 2005 - (R\$mil) - %

| Receita | Ano | |
|---------------------------------|-----------|------|
| | 2005 | |
| | R\$ | % |
| Receitas Tributárias | 6.664.076 | 100% |
| ICMS -Setor Industria -Petróleo | 2.114.029 | 32% |

Fonte: SEFAZ.Ba. /PGM – 2005

No que tange à arrecadação do ramo de Distribuição de Derivados - Demais Produtos, a atividade econômica, na qual as distribuidoras estão inseridas, estas participaram em 2005 com 38% respectivamente, no bolo da receita. Este ramo contempla um universo bem maior de empresas, que possibilita uma maior exploração na aplicação dos padrões, por permitir a pesquisa nas três dimensões da informação, o que justifica a sua escolha para o estudo de caso. (Tabela 14)

TABELA 14. Petróleo -Bahia - Atividade econômica-Receita (R\$mil) % -2005

| Receita | Ano | |
|--|--------|-------|
| | 2005 | |
| | R\$ | % |
| Petróleo - Distribuição de Derivados - Demais Produto | 54.061 | 100% |
| Comércio Atac. Álcool Carburante, Gasolina e Demais Derivados de Petróleo-Exceto Transportador Retalhista (TRR) e Lubrificantes | 20.606 | 38,0% |

Fonte: SEFAZ. Ba. / IEF- 2005

Quanto ao porte e condição das empresas, no ano de 2005 compunha esse subsegmento um montante de 170 estabelecimentos que atuam na Distribuição e Derivados de Petróleo-Demais Produtos, estando a grande maioria enquadrada no porte de Grandes Empresas.

Na pesquisa foram analisados os dados relativos aos estabelecimentos registrados neste subsegmento, sendo 67 do porte das grandes empresas, participando com 87% da arrecadação, 36 das médias, 65 de outros e 2 Simbahia que, juntas, respondem por um total de mais de 20,6 milhões de reais (Tabela 15).

TABELA 15. Setor de Petróleo - Segmentos, Porte e Participação % - 2005

| Petróleo | Porte | Nº Estab. | Arrecadação (R\$mil) |
|---------------------|------------------|------------------|-----------------------------|
| Subsegmentos | | 2005 | 2005 |
| Distribuição | Grandes empresas | 67 | 87% |
| derivados Demais | Médias | 36 | 9% |
| | Outros | 65 | 4% |
| | Simbahia | 2 | 0% |
| Total | | 170 | 100% |

Fonte: SEFAZ. Ba / PGM -2005

Assim sendo, justifica-se a escolha desse ramo de atividade para a aplicação dos padrões de informação, em face da sua representatividade na composição dos recursos tributários do Estado e pela possibilidade de acesso aos dados que permitam estudos mais aprofundados para o monitoramento dos estabelecimentos e identificação de possíveis evidências, indícios, ou pelo menos suspeita da ocorrência de fraudes, visando à aplicação da sistemática de produção de inteligência.

9.2 APLICANDO OS PADRÕES DE INFORMAÇÃO

Como consequência da necessidade de preservação do sigilo de dados e informações, novas limitações foram impostas à pesquisa, o que implicou na introdução de alterações, objetivando a aplicação das medidas de salvaguarda e de confidencialidade, principalmente aquelas apresentadas nos Padrões de Informação Sinalizador e de Fraude.

No caso prático apresentado, explorou-se partes essenciais retiradas de alguns blocos de cada padrão de informação, de modo a demonstrar a sistemática utilizada e responder a pesquisa, oferecendo, como exemplo da sua aplicação, dados internos e externos de alguns órgãos oficiais que dispõem de sites na Internet.

A sistemática dos padrões permite a sua aplicação partindo-se de uma análise mais macro com o Padrão de Informação Estratificada, explorando o setor até chegar à empresa ou ao estabelecimento, ou iniciando-se pelo Padrão de Informação Sinalizador, investigando um aspecto específico de irregularidade na empresa ou estabelecimento. Para aprofundar até ao nível do setor, optou-se nesta pesquisa por iniciar pela visão macro (dimensão estratificada)

até chegar ao padrão que aborda uma empresa que foi selecionada para o caso prático (dimensão de fraude).

No Padrão de Informação Estratificada foram examinados os dados e informações das fontes externas do SEI/ SEPLAN. Ba, da SECEX/ MDICE e da ANP, a partir dos quais e da análise dos seus registros fica revelada a existência de diversidade de metodologia e classificação específica para o agrupamento na CNAE-Fiscal e seus desdobramentos em segmentos, que difere daqueles adotados pela SEFAZ. Ba, tendo-se que ajustar os cruzamentos com a estrutura utilizada por esses órgãos, para o setor econômico e seus desdobramentos. Aliado a esse aspecto, existe a própria modelagem de dados adotada nos sistemas internos da Fazenda (PGM e SIT), que está voltada para o planejamento da fiscalização, sem uma concepção modulada com as fontes externas.

Esta visão foi abordada por Peter Drucker (1999) em artigo na *Revista Exame*, quando alertava para o uso da informática que vem sendo aplicado às organizações, enfatizando que:

as ferramentas que moldamos originalmente para levar o exterior para o interior foram todas penetradas pelo foco interno da administração. Transformaram-se em ferramentas usadas para capacitar a administração a ignorar o exterior. Pior ainda, são usadas para fazer a direção acreditar que pode manipular o que é exterior e direcioná-lo para as finalidades da organização. A ascensão da tecnologia de informática, nas últimas décadas, veio agravar essa focalização para dentro da administração e não abrandá-la. Até agora é possível que a informática tenha prejudicado seriamente a administração, porque ela é tão boa para conseguir informações adicionais do tipo errado. Baseado no sistema de contabilidade criado há 700 anos para registrar e reportar dados internos, a informática gera mais dados sobre lado interno. Ela praticamente não produz informações sobre qualquer coisa que acontece fora da empresa. [...] A administração não precisa de mais informação sobre o que está acontecendo internamente. Precisa de informações sobre o que está acontecendo lá fora. [...] Podemos prever que o principal desafio da informática nos próximos 30 anos será organizar o fornecimento sistemático de informações externas significativas (DRUCKER, 1999, p.52-53).

Um outro aspecto refere-se à inexistência de dados e informações disponíveis em fontes externas, suficientes do ano de 2005, fazendo com que fossem utilizados os dados relativos a 2004, mesmo sabendo-se que na inteligência fiscal o uso dos registros mais atuais (de 2005) permite que seja retratada a realidade que mais se aproxima do que se passa nos estabelecimentos que compõem o setor, segmento e ramo de atividade analisados.

Foram trazidos o conjunto de cruzamentos que compõem os blocos de cada padrão ao caso prático, como forma de demonstrar e exemplificar a sua utilização no contexto da pesquisa.

Para a aplicação da estrutura de cálculo do Padrão de Informação Estratificada ao setor, segmento e atividade econômica, ajustou-se os dados e informações às fontes externas pesquisadas, mais especificamente aos dados do ICMS relativo ao setor Comércio e ao subsegmento de Combustível. Para tanto, utilizou-se os dados constantes no IEF, agrupando-os de acordo com a estrutura do SEI (Tabela 16), bem como do SIT para a atividade 5151-9/01, em que estão inseridas as distribuidoras (Tabela 17).

A Tabela 16, Bloco A, do Padrão de Informação Estratificada apresenta as medidas de parâmetro do desempenho da economia baiana, comparativamente ao desempenho da arrecadação do ICMS, no ano de 2004.

TABELA 16. Padrão de Informação Estratificada - Bloco A

| Padrão de Informação Estratificada - Bloco A | | | | | | |
|--|--------|---|---------------------------|--------------|-----------|-----------|
| Cruzamentos / Ano / Índices | | | | MEDIDAS | | |
| | 2004 | | 2004 | Apurado | Balizador | Distorção |
| | Índice | | Índice | Coefficiente | | |
| cresc pib estado (1) | 9,9 | x | cresc icms estado (2) | 0,46 | < =1 | - |
| cresc pib comércio(1) | 8,7 | x | cresc icms comércio(3) | 0,34 | < =1 | - |
| cresc pib combustível(1) | 10,3 | x | cresc icms combustível(3) | 0,83 | < =1 | - |

Fonte: SEI/SEPLAN. Ba (1); PGM 2) ; IEF(3) /SEFAZ. Ba - 2004

Pode-se perceber que, apesar de o crescimento do PIB em relação ao crescimento do ICMS apresentar um coeficiente superior ao balizador formulado ($< =1$), ainda assim, nota-se que, à medida que se vai afunilando em direção ao segmento dos combustíveis, o desempenho estampado no respectivo coeficiente cai, aproximando-se bastante daquele observado para o imposto.

Analisando-se a Tabela 17, Bloco B, deste mesmo padrão, nota-se que as distorções começam a se evidenciar. Em todos os níveis, o parâmetro do desempenho da arrecadação esteve aquém dos índices de saídas, com coeficientes de desempenho abaixo dos balizadores estabelecidos, mostrando a necessidade de aprofundamento das análises, a fim de que sejam apuradas e confirmadas, se for o caso, as suspeitas ou evidências de evasão fiscal.

TABELA 17. Padrão de Informação Estratificada - Bloco B

| Padrão de Informação Estratificada- Bloco B | | | | | | |
|---|--------|-----------------------------------|--------|--------------|-----------|-------------|
| Cruzamentos / Ano / Índices | | | | MEDIDAS | | |
| | 2004 | | 2004 | Apurado | Balizador | Distorção |
| | Índice | | Índice | Coefficiente | | |
| cresc ICMS estado (1) | 20,9 | x cresc saída Trib estado(3) | 21,3 | 0,98 | >=1 | 0,02 |
| cresc ICMS setor Petro(1) | 12,2 | x cresc saída Trib setor Petro(3) | 25,8 | 0,47 | >=1 | 0,53 |
| cresc ICMS Distrib(2) | 9,1 | x cresc saída Trib Distrib(3) | 12,4 | 0,73 | >=1 | 0,27 |

Fonte: PGM (1); SIT (2); IEF (3) /SEFAZ. Ba.- 2004.

No Bloco C, Tabela 18, ficou patente que os dados externos não contemplam o universo das operações das distribuidoras pertencentes ao ramo de atividade econômica do Comércio Atacadista de Álcool Carburante, Gasolina e demais derivados de Petróleo - exceto Transportadores Retalhistas (TRRs) e Lubrificantes, uma vez que não foram encontrados os valores globais das vendas nem as transações com todos os produtos, razão pela qual os coeficientes, deles decorrentes, deixaram muito a desejar, se comparados com os balizadores estabelecidos para cada situação.

TABELA 18. Padrão de Informação Estratificada - Bloco C

| Padrão de Informação Estratificada - Bloco C | | | | | | |
|--|----------------|-------------------------------------|-------------------|--------------|-----------|---------------|
| Cruzamentos / Ano / Valores | | | | MEDIDAS | | |
| | 2004 | | 2004 | Apurado | Balizador | Distorção |
| | R\$ | | R\$ | Coefficiente | | |
| vendas nacionais Distrib*(3) | 577 643 780,08 | x saída totais Distrib[5151-901](1) | 9 524 915 189,02 | 0,061 | 1 | -0,939 |
| exportações BA(2) | 4 062 916 260 | x saída exportações BA | 27 743 559 136,49 | 0,146 | 1 | -0,854 |
| export. Comb & Lubrif(1) | 547 080 654 | x saída exp. Comb&Lubrif | 5 146 532 843,27 | 0,106 | 1 | -0,894 |
| importações BA(2) | 3 013 319 908 | x entrada import BA | 14 830 289 516,07 | 0,203 | 1 | -0,797 |
| import. Comb & Lubrif(1) | ... | x entrada import Comb&Lubrif | 1 026 010 808,67 | | | |

Fonte: IEF/SEFAZ.Ba (1); SECEX/ MDIC (2); ANP (3) – 2004

Nota * Vendas obtidas a partir das quantidades vendidas x preços de venda, produto por produto.

Na aplicação deste padrão, percebe-se a carência de dados externos mais completos e compatíveis com o nível de conhecimentos necessários aos estudos e tomadas de decisão pela Fazenda, assim como uma formatação da apresentação de dados e informações estatísticas mais padronizada ou uniforme, utilizada pelos diversos órgãos. Para tanto, é preciso que as secretarias promovam acordos para o compartilhamento de informações, dentro da perspectiva de conferir maior consistência às análises desses padrões.

A possibilidade de integração e compartilhamento de dados e informações representa uma das capacidades mais marcantes das novas tecnologias de informação e comunicação, tanto no nível interno da organização quanto no interorganizacional, isto é, entre múltiplas organizações.

As organizações têm investido muito, principalmente na área governamental, na implementação de sistemas de informação para processamento dos dados e rotinas de trabalho, visando obter uma maior eficiência das suas ações.

As novas capacidades de troca e de comunicação de informação têm exigido uma abordagem estratégica, voltada para a adoção de procedimentos técnicos e administrativos de acesso e compartilhamento de informação, exigindo a modernização dos convênios, acordos e protocolos de cooperação entre os órgãos, objetivando a rapidez no acesso à informação e, conseqüentemente, a redução da burocracia.

Nesse sentido, Jardim (2004, p.5) aponta que “seria mais uma questão política do que técnica” e destaca, como condição inerente para facilitar e potencializar o Governo Eletrônico, permitir “serviços mais integrados, porque diferentes organizações serão capazes de se comunicar mais efetivamente entre si” e, com isso, permitir maior ampliação e efetividade em suas ações.

A partir deste ponto, ao passar do padrão estratificado para o de fraude, a análise experimenta uma mudança do nível global para o nível mais micro e afunilado, focado em uma empresa específica que mantém um total de 22 estabelecimentos.

No Padrão de Informação de Fraude, as fontes externas analisadas foram da Secretaria da Receita Federal e da JUCEB, e as internas (da SEFAZ. BA) obtidas no SICRED e nas IEF (Quadro 5, p.122), trazendo os elementos constantes dos balanços e demonstrativos contábeis aplicáveis à estrutura de cálculo deste Padrão.

Adentrando-se no Padrão de Informação de Fraude, na Tabela 19, Bloco A, começa a se consolidar um quadro de distorções, a partir de um confronto dos coeficientes apurados com os indicadores e parâmetros estabelecidos, evidenciando ainda mais a presença de suspeitas ou indícios de supressão de tributos, associada à possível presença de fraudes.

TABELA 19. Padrão de Informação de Fraude - Bloco A

| Padrão de Informação de Fraude- Bloco A | | | | | | | |
|---|---------------|---|-------------------|---------------|-------------|-----------|-------------|
| Cruzamentos / Ano / Valores | | | | MEDIDAS | | | |
| | 2004 | | | 2004 | Apurado | Balizador | Distorção |
| | R\$ | | | R\$ | Coeficiente | | |
| saída fiscal(1) | 83 011 192,61 | x | entrada fiscal(1) | 74 869 085,50 | 1,1 | 1,32 | -0,2 |
| saída fiscal(1) | 83 011 192,61 | x | saída CFAMT(2) | 98 721 935,90 | 0,8 | >=1 | -0,2 |
| saída fiscal(1) | 83 011 192,61 | x | saída SCAM (3) | 5 217 513,28 | 15,9 | >=1 | - |
| entrada fiscal TRIB(1) | 74 869 085,50 | x | entrada CFAMT(2) | 87 736 452,57 | 0,85 | >=1 | -0,1 |
| entrada fiscal TRIB(1) | 74 869 085,50 | x | entrada SCAM(3) | 5 388 912,22 | 13,9 | >=1 | - |

Fonte: IEF(1); CEFAMT (2); SCAM (3)/SEFAZ. Ba - 2004

Percebe-se que a MVA²² (Margem de Valor Agregado) apurada foi insuficiente (1,1) em relação à margem pré-estabelecida no Regulamento do ICMS (1,32), isto é, a margem adicionável mínima e específica aceitável para o segmento dos combustíveis.

O cruzamento dos dados armazenados no SCAM e do CFAMT oferece a noção da magnitude dos registros de operações de entradas e saídas de mercadorias na empresa analisada. No caso do SCAM, constatou-se o envio de um volume reduzido de registros de operações, o que prejudicou a aplicação das medidas e a obtenção do paradigma. Já o CFAMT, mesmo que não tenha contemplado 100% do total de registros, ainda assim pôde oferecer fortes indícios da presença de omissão de registros de notas fiscais e do correspondente pagamento do imposto, de acordo com os indicadores negativos encontrados (-0,2 e -0,1).

No Bloco B deste padrão (Tabela 20), fica demonstrada uma flagrante incompatibilidade entre o capital do estabelecimento, absolutamente insuficiente para fazer frente ou garantir as dívidas já constituídas ante o Estado e com os demais credores. Isto proporcionou o

²² MVA é a margem de lucro bruto apurado na atividade, obtida da relação entre o valor das saídas (faturamento) e o seu correspondente custo de vendas. Vale salientar que consta do sistema IEF a inexistência de estoques, tanto inicial quanto final, integrantes do cálculo do CMV na empresa estudada.

aparecimento das distorções representadas pelos indicadores 0,4 e 96,8 em relação ao balizador exigido para esta situação (<1).

TABELA 20. Padrão de Informação de Fraude - Bloco B

| Padrão de Informação de Fraude- Bloco B | | | | | | | |
|---|---------------|---|-----------------------------|------------|--------------|-----------|-------------|
| Cruzamentos / Ano / Valores | | | | MEDIDAS | | | |
| | 2004 | | | 2004 | Apurado | Paradigma | Distorção |
| | R\$ | | | R\$ | Coefficiente | | |
| débito imposto(3) | 1 000 000 | x | capital [integralizado] (1) | 700 000,00 | 1,4 | <1 | 0,4 |
| débito total*(2) | 68 479 500,50 | x | capital [integralizado](1) | 700 000,00 | 97,8 | <1 | 96,8 |

Fonte: JUCEB (1); SRF (2); SICRED (3)/SEFAZ. Ba. 2004

Nota: O Patrimônio Líquido da empresa é R\$2.600.000,00

* O débito total da empresa é constituído dos débitos com imposto, fornecedores, bancos, dentre outros.

Na Tabela 21, Bloco C, configura-se a presença de novas distorções entre os registros das escritas fiscal e contábil, também evidenciando a existência de indícios de supressão de tributos, de acordo com os números encontrados (0,7 e 0,026), muito aquém daquele pré-definido e aceito para este confronto (balizador =1).

TABELA 21. Caso Prático - Padrão de Informação de Fraude - Bloco C

| Padrão de Informação de Fraude- Bloco C | | | | | | | |
|---|---------------|---|---------------------|---------------|--------------|-----------|--------------|
| Cruzamentos / Ano / Valores | | | | MEDIDAS | | | |
| | 2004 | | | 2004 | Apurado | Balizador | Distorção |
| | R\$ | | | R\$ | Coefficiente | | |
| entrad fiscal (2) | 74 869 085,50 | x | entrada contábil(1) | 44 000 000,00 | 1,7 | 1 | 0,7 |
| saída fiscal(2) | 83 011 192,61 | x | saída contábil(1) | 80 911 192,61 | 1,026 | 1 | 0,026 |

Fonte: SRF (1); IEF (2)/SEFAZ. Ba.-2004

Para o Padrão de Informação Sinalizador, nas fontes externas foram pesquisados os dados e informações na Receita Federal e na JUCEB, e as internas no DSCAD e no IEF da SEFAZ.Ba, que permitiram analisar o processo da inscrição das empresas e estabelecimentos, principalmente em relação às suas composições societárias. Este padrão, por apresentar alto

nível de informações sensíveis, é trazido em apenas dois cruzamentos, com dados alterados, para exemplificar a estrutura de cálculo aplicada na empresa do caso prático.

Na Tabela 22, são demonstrados cruzamentos que desempenham o importante papel de referendar ou complementar as análises dos Blocos do Padrão de Fraude, contemplando medidas que mostram as distorções no desempenho operacional previsto para a empresa, bem como suspeitas ou indícios da presença de interposição fictícia de pessoas nos seus quadros societários.

TABELA 22. Padrão de Informação Sinalizador-Bloco A/B

| Padrão de Informação Sinalizador - Bloco A/B | | | | | | | |
|--|---------------|---|--------------------------------|---------------|--------------|-----------|-------------|
| Cruzamentos / Ano / Valores | | | | | MEDIDAS | | |
| | 2004 | | | 2004 | Apurado | Balizador | Distorção |
| | R\$ | | | R\$ | Coefficiente | | |
| saídas (vendas prevista)(1) | 72 011 192,61 | x | entradas (compras prevista)(1) | 64 011 192,61 | 1,1 | >=1,32 | -0,2 |
| capital votante [integralizado](3) | 700 000,00 | x | recursos dos sócios*(2) | 50 000,00 | 14,0 | <=1 | 13,0 |

Fonte: IEF (1)/ SEFAZ. Ba ; SRF (2); JUCEB(3) -2004

*Inexiste patrimônio dos sócios, além das quotas desta empresa.

Após a análise até aqui exposta, faz-se necessário destacar que, neste estudo de caso específico, no qual é observada a sistemática de substituição tributária aplicável às distribuidoras de combustíveis, não foram explorados os dados e informações externas de vendas e de retenção de imposto pelos fornecedores ou fabricantes dos produtos.

A aplicação desses Padrões de Informação demonstra a importância da implantação de uma rede de troca de informações permanentes entre as diversas unidades de fiscalização dos estados e dos órgãos correlatos, visando à construção e troca de conhecimentos que venham a contribuir para ações de inteligência mais eficazes, trazendo mais efetividade aos resultados.

A aplicação mostrou também a forte necessidade de um processo analítico e de manipulação de dados quantitativos e informações qualitativas que, para Freitas et al. (2002, p.9), as organizações precisam utilizar cada vez mais “metodologias, estratégias e soluções para exploração de dados quantitativos e qualitativos” nas análises, enfatizando que:

O desafio hoje é a busca da complementaridade entre o quantitativo e o qualitativo, enriquecendo o quantitativo com informações qualitativas e ganhando força de argumento e qualidade nas conclusões e relatórios. É o procedimento exploratório que se justifica, visto que se poderá multiplicar os dados tratados, reforçando sobremaneira o procedimento confirmatório.

Cada vez mais, a exploração de informações ganha força e movimento nas nossas organizações, permitindo sustentar decisões e seguir em busca de novos mercados.

Coadunando-se com essa visão, esta dissertação desenvolveu uma sistemática de análise da informação, que explora quantitativamente e qualitativamente dados e informações em fontes internas e externas para apoiar a construção de produtos de inteligência fiscal, cuja sistemática está esboçada na Figura 18.

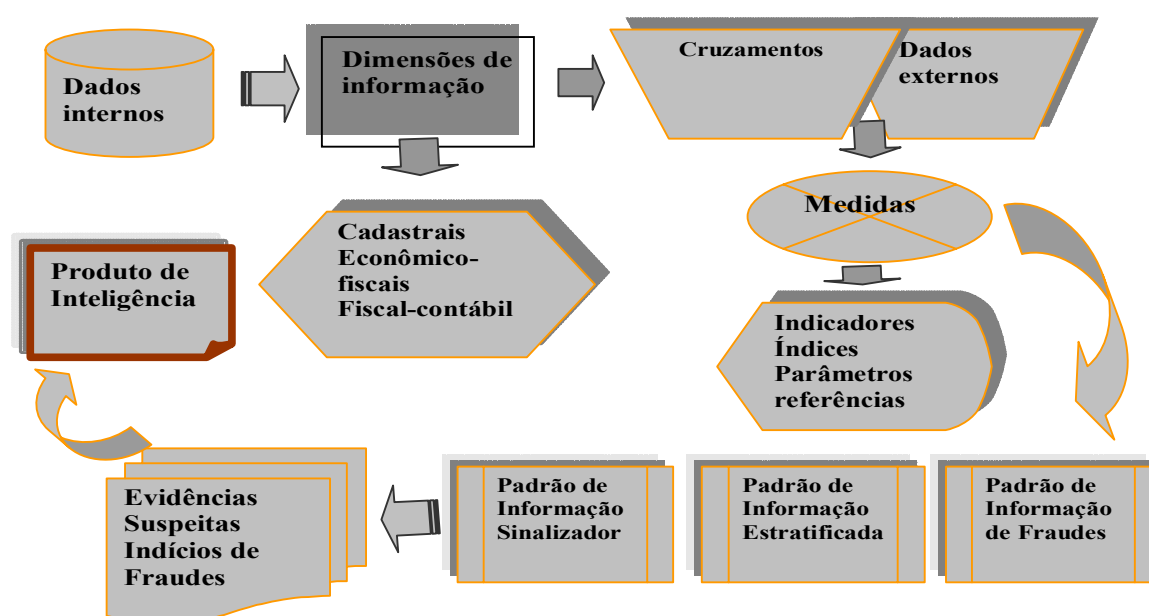


FIGURA 18. Sistemática de Produção de Inteligência Fiscal

Fonte: Elaboração Própria

No processo de construção da inteligência, parte-se dos dados internos para agrupá-los em dimensões de informação e estabelecer os cruzamentos, agregando dados externos, de modo a construir medidas baseadas em índices, indicadores, parâmetros e referências, que são utilizados para comporem os padrões de informação, passíveis de aplicação em qualquer unidade de inteligência das secretarias de fazenda.

Estes padrões apontaram evidências, suspeitas e indícios de fraudes no segmento analisado, mostrando a sua viabilidade de aplicação, com os ajustes necessários, em qualquer ramo de atividade e porte da empresa, para subsidiar a elaboração de produtos de inteligência.

A sistemática de produção pode ser explorada iniciando-se por qualquer um dos Padrões, a depender do tipo de pesquisa e do foco do estudo, e ser aplicada em conjunto ou individualmente, em uma análise mais focada, para subsidiar o processo decisório da administração fazendária.

Assim, pode-se afirmar que o uso de padrões de informação para a realização de estudos, com vistas a orientar a obtenção de inteligência fiscal, mostrou-se viável, especialmente quando aplicados em um segmento de atividade econômica que permita a obtenção de fontes externas, o que deixa patente a necessidade de as secretarias de fazenda investirem no uso da sistemática aqui apresentada.

10 CONCLUSÕES

“Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito”. Paulo Freire

O uso estratégico da informação vem se constituindo, nos tempos atuais, no instrumento que a Administração Fazendária está adotando no ambiente de complexidade que envolve os mecanismos da sonegação fiscal, para oferecer respostas em tempo mais real às exigências da sociedade, no que diz respeito ao papel do Governo no combate aos mecanismos de evasão de recursos públicos.

Quando o corpo funcional (empregados e gerentes) possui a informação e o conhecimento de que precisam para tomar decisões inteligentes, permitindo minimizar riscos e ampliar a qualidade dos processos, significa que a organização está preparada para utilizar o potencial transformador da informação e das tecnologias.

A garantia da informação e do conhecimento ao alcance de todos aqueles, cujo trabalho agrega valor a produtos e serviços, é um mecanismo de transformação cada vez mais importante neste século. Isto poderá permitir a adoção de sistemas informacionais dotadas de estruturas específicas e pertinentes, dirigidas para os objetivos de cada tipo de empresa.

Uma organização que estimula o aprendizado organizacional e oferece espaço nos sistemas informacionais para o registro de informação e conhecimento, que normalmente se perdem na rotina do trabalho, adotando a sistemática de retorno do seu uso para os seus empregados e da sua importância estratégica, efetivamente entende a ação cíclica contínua de gestão da informação e conhecimento para a busca da efetividade de seus objetivos.

O que tornará a informação estratégica e o conhecimento um recurso fundamental é um conjunto coeso de ações com base em procedimentos de uso, geração, criação, captação e disseminação nas organizações. Com isso, despertando o interesse, promovendo melhorias dos processos e agregando valor aos resultados, cria o ambiente propício para o desenvolvimento de uma cultura de informação.

Neste contexto, a adoção de novos procedimentos e ferramentas de combate às fraudes fiscais, para transformar informação em inteligência, tem sido o grande desafio das unidades de inteligência, recentemente inseridas nas secretarias de fazenda.

A abordagem dos aspectos que foram trazidos na fundamentação teórica apresentou conteúdos que embasaram as reflexões, os conceitos e as propostas que permitiram a elaboração do capítulo 5, que trata do tema da inteligência fiscal, bem como evidencia a sua contribuição para a consecução dos resultados.

O uso da inteligência fiscal se insere na visão estratégica de estrutura de informação e conhecimento que, contextualizada, permite a intervenção na realidade estudada, o que veio a determinar a proposição e o seu respectivo atendimento, de acordo com o objetivo geral:

Elaborar padrões de informação que viabilizem a descoberta de indícios, evidências, ou pelo menos, suspeita de fraude fiscal, baseados na análise dos registros internos, e em fontes externas, para produzir inteligência fiscal.

Quanto aos objetivos específicos definidos, todos foram alcançados, como segue:

- ✓ *avaliar os registros dos bancos e sistemas de informação para identificar aqueles que poderiam compor as dimensões de informação;*

Este objetivo foi satisfeito com a seleção dos dados e informações nos bancos e nos sistemas, categorizados nas dimensões cadastral, econômico-fiscal e fiscal-contábil, conforme ficou demonstrado nos Quadros 3 a 5 (p.115,118 e 119), bem como nos Gráficos 9 a 11 (p.116,117 e118), que ilustram os critérios de análise da informação, representativos dos parâmetros de Urdaneta (1992) aplicados.

No processo de seleção, foram identificados registros que se mostraram difusos e ambíguos, exigindo a realização de ajustes, visando os cruzamentos e o uso nos padrões de informações. Acrescentem-se ainda as dificuldades encontradas no ajuste também dos dados internos e externos, bem como as limitações impostas pela necessidade de preservação de sigilo, o que determinou a demonstração de apenas algumas partes de cada dimensão.

- ✓ *elaborar medidas de análise compostas de índices, indicadores, parâmetros e referências, contemplando a necessidade de agregação de dados e informações em fontes externas;*
- ✓ *construir os padrões de informações que apontem as evidências, suspeitas ou indícios de fraudes fiscais;*

Estes dois objetivos foram alcançados através do mapeamento das informações dos dados internos e externos, o que possibilitou a definição dos cruzamentos e a construção da estrutura de cálculo das medidas, compondo os padrões de informação sinalizador, estratificado e de fraude demonstrados nos Quadros 9 a 17 (p.124 a 132).

✓ *demonstrar a aplicação dos padrões a um caso prático.*

A aplicação dos padrões no segmento de distribuição de combustíveis atendeu a este objetivo, possibilitando o aparecimento das evidências ou suspeitas de supressão de tributos, associada à possível presença de fraudes, conforme demonstrado nas Tabelas 16 a 22 (p, 140 a 145).

A resposta ao problema da pesquisa transcrito abaixo foi obtida especialmente nos capítulos 8 (p.114) e 9 (p.134), que também, possibilitou a elaboração da sistemática de produção da inteligência fiscal representada na Figura 18.

➤ *É possível extrair dos bancos de dados e sistemas da área fiscal da SEFAZ. Ba dados e informações, a estes agregando os registros existentes em fontes externas, na perspectiva da Inteligência Competitiva, para construir padrões de informações que possibilitem a produção de Inteligência Fiscal?*

A representação da seleção dos dados e informações, contidas nos itens 8.1 (p.114) e 8.2 (p.120), que mostram as categorias das dimensões e os padrões de informação, respondem à hipótese de que *as estruturas dos bancos de dados contêm registros que possibilitam extrair padrões de informação, contendo indícios de fraudes fiscais que apóiam a produção da inteligência fiscal.* Contudo, a modelagem da informação dos sistemas internos focada em dados econômico-fiscais, em detrimento dos aspectos contábeis, restringiu os cruzamentos e dificultaram a obtenção de dados externos que poderiam ampliar a aplicação dos padrões.

Quanto à hipótese de que *os dados e informações, produzidos em auditoria fiscal-contábil decorrente da fiscalização e aqueles exigidos pela legislação fiscal, contemplam informações capazes de apoiar o processo de elaboração dos produtos de inteligência fiscal,* verificou-se que esta foi parcialmente respondida, tendo em vista que os registros decorrentes do processo de fiscalização não são utilizados para alimentarem as informações existentes nos sistemas internos.

A situação descrita no parágrafo anterior está relacionada ao fato de que os registros constantes nos sistemas de auto de infração (SEAI) são insuficientes para alimentarem os

padrões, exigindo que sejam aperfeiçoados os procedimentos de captura e armazenamento de dados. Torna-se necessário que sejam desenvolvidos estudos visando a elaboração de roteiros que permitam a captura de dados contábeis nas auditorias e sua armazenagem em bancos de dados, que possibilitem a construção de médias, de modo a servirem de balizadores nos padrões de informação.

Para os registros apresentados pelos contribuintes e exigidos pela legislação fiscal, verificou-se que, na sua maioria, eles contemplaram informações necessárias para a composição dos padrões, porém nem sempre os dados são suficientes. Isto evidenciou a necessidade de ajustes e adequações em diversos campos de registros dos bancos de dados, de modo a ampliá-los para o uso pela inteligência fiscal, pois no processo de análise eles mostraram-se difusos.

Em relação ao emprego de fontes externas, constatou-se a necessidade de se aprofundar a pesquisa nessa área, tendo sido comprovada parcialmente a hipótese de que *pode ser utilizado, uma vez que a adoção da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – Fiscal (CNAE)²³ é amplamente utilizada pelos órgãos que lidam com esse tipo de dado e informação* à inteligência fiscal. A adoção dessa pelos órgãos que lidam com esse tipo de dado e informação mostrou a problemática da diversidade metodológica adotada, conforme foi destacado na aplicação do caso prático, capítulo 9, principalmente nos padrões de informação estratificada que compõe as Tabelas 16 a 18 p.140 e141).

Percebe-se ainda a necessidade de que sejam ajustadas as modelagens dos dados internos, uma vez que a falta de uniformidade da classificação econômica para a aplicação nos padrões estratificados restringe o seu uso. Assim, para que as secretarias possam desenvolver estudos mais amplos, necessário se faz o investimento em sistemas de inteligência para o monitoramento de informações existentes na rede, bem como em sistemas interorganizacionais para o compartilhamento de dados entre os órgãos.

Com base nas constatações feitas em todo o processo da pesquisa, pode-se fazer algumas recomendações de futuras pesquisas com o intuito de:

- investigar a possibilidade do uso de cenários com a aplicação dos recursos da Gestão de Conhecimento, para identificação de ações, tendo em vista minimizar a evasão e a elisão fiscal;

²³ Classificação Nacional de Atividades Econômico–Fiscal (vide anexo 3 do Regulamento do ICMS-Bahia).

- elaborar um sistema informatizado de inteligência baseado nos padrões sinalizadores, que possibilite orientar a sistemática de planejamento e monitoramento da fiscalização;
- construir ontologias específicas para a área fiscal, para a captação de informações em fontes externas, que norteiem a elaboração de sistemas de informação destinados a tal fim que, além da captura, façam os seus processamentos, com o propósito de apresentá-las de forma sintética e de fácil aplicação para a área de inteligência.

Assim, a despeito das limitações constatadas na apresentação dos padrões de informação para aplicação do caso prático, acredita-se que esta pesquisa contribui na construção de uma sistemática de análise de dados e informações para a produção de inteligência fiscal, possível de ser utilizada pelas unidades de inteligência das administrações fazendárias.

Finalmente, ao oferecer uma ferramenta que potencializa e agrega valor à informação e ao conhecimento no ambiente corporativo fiscal, este trabalho aponta a necessidade de se ampliar estudos e pesquisas nesta área, de modo a auxiliar a Administração Tributária no processo de modernização que vem sendo implementado, fortemente apoiado na cultura da informação e do aprendizado.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIODISEL. Disponível em <http://www.anp.gov.br/doc/anuario2005/T3.1.xls>. Acesso 10/03/2006.

ALMEIDA, F. C. de. **Do saber intelectual ao conhecimento ação**. Disponível em <http://www.hottopos.com/convenit4/fernalmelme.htm>. Acesso em: 09/04/2004.

ARAÚJO, Edmundo Rubin de; GOMES, Luiz Flávio Autram Monteiro. Fatores críticos de sucesso no setor de distribuição de combustíveis: a percepção das empresas distribuidoras. **Revista de Administração Pública**. Fundação Getúlio Vargas, v.48, set/out 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE E-BUNISSES. Disponível em <http://www.ebusinessbrasil.com.br/eventoscursos.php?id=447>. Acesso 05/04/2005.

AUN, Marta Pinheiro. Políticas de informação: Políticas emergentes na sociedade da informação: o olhar formal. In: **Antigas nações, novas redes: as transformações do processo de construção de políticas de informação**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2001. Disponível em <http://www.capes.gov.br/capes/portal/resultados.=AUN%2C+Marta+Pinheiro>. Acesso 05/04/2005.

BAIARDI, Amílcar. **O Papel da Ciência e da Tecnologia na Definição da Nova Ordem Informacional**. Núcleo de Pós-graduação em Administração – UFBA, 2003.

BALANCO, Paulo & SANTANA, Isabella . **Informação, inovação tecnológica e as pequenas empresas**: um diagnóstico do segmento de comunicação em Salvador in *Informação: contextos e desafios* - Salvador: Instituto de Ciência da Informação. Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, 2003, p.119-137.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. **La Experiencia del Bid en Programas de Modernización de las Administraciones Tributarias de los Países Latinoamericanos** - División Fiscal -Washington, D.C. Abril/ 1998.

BESSA, Jorge da Silva. **A Inteligência Competitiva**: As Técnicas dos Grandes Serviços de Inteligência à Disposição de sua Empresa. Curso WEB. ABRAIC. Manual, 2002.

BITTENCOURT FILHO, Jorge Calmon Moniz de. A Economia da Informação e os Serviços Públicos Digitais na Internet. **Cadernos Flem VI - Gestão Pública** .2003.

BORGES, M. E. N. & CAMPELLO. B. S. A Organização da Informação para Negócios no Brasil. **Perspect. Cienc. Inf.** (2), 2, p.149-161, jul. - dez 1997 .

BRASIL. **Decreto Nº. 2.134/1997 - de 24.01.1997** Regulamenta o Art. 23 da Lei Nº. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a categoria dos documentos públicos sigilosos e o acesso a eles, e dá outras providências. Revogado pelo **Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002** que dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/2002/D4553Compilado.htm. Acesso em 05/04/2005.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848compilado.htm . Acesso em 15/10/2005.

BRASIL. Lei nº. 4.502, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Imposto de Consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/QUADRO/1960-1980.htm. Acesso em 15/10/2005.

BRASIL. Lei n.º5.172, de 25 de outubro de 1966. CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/CodTributNaci/ctn.htm>. Acesso 10/09/2005

CANONGIA, Claudia et all. Convergência da Inteligência Competitiva com construção de Visão de Futuro: metodológica de Sistema de Informação Estratégica (SIE), **DataGram Zero**, RCI, v.2, n.3, jun01.

CARDOSO JÚNIOR, Walter Felix. **A Inteligência Competitiva Aplicada nas Organizações do Conhecimento como Modelo de Inteligência Empresarial Estratégica Para Implementação e Gestão de Novos Negócios**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção -UFSC. Florianópolis, 2003.

CASTELLS, M. **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura – A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CENTRO INTERAMERICANO DE ADMINISTRAÇÕES TRIBUTÁRIAS (CIAT). **Manual Ciat sobre Inteligência Fiscal**, 2006 .(documento interno)

CONSELHO DE POLÍTICA FAZENDÁRIA / Comissão Técnica Permanente do ICMS. Disponível em <http://www.fazenda.gov.br/confaz/boletim/> Acesso 15/02/2006

COSTA, M. D., SILVA, I. A. da. Inteligência competitiva: uma abordagem sobre a coleta de informações publicadas. **Informação&Sociedade**, João Pessoa, v.9, n.1, 1999. Disponível em <http://www.informacoesociedade.ufpb/919901.html>. Acesso em: 08 de mar. 2003.

DAVENPORT, T., PRUSAK, L. **Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação**. São Paulo: Futura, 1998.

DERTOUZOS, Michael. **O que Será; como o novo mundo da informação transformará nossas vidas**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

DRUCKER, Peter. Novos paradigmas da administração. Artigo da **Revista Exame**. São Paulo: Abril Cultural, p.52-53, 24 fev. 1999.

FAGGION, Gilberto A.; BALESTRIN, Alsones.; WEYH, Carolina. Geração de conhecimento e Inteligência Estratégica no universo das redes interorganizacionais. **Revista Inteligência Empresarial**. Número 12, Julho de 2002.

FAGUNDES, Jeferson Mandracio. **O Papel do Estado na Globalização**. Disponível em <http://WWW.angelfire.com/sk/holgonsi/jeferson.htm>. Acesso 12/05/2004.

FERREIRA, Antonio Sergio Seco. **Tecnología de la Información en la Administración Tributaria. Banco Interamericano de Desarrollo.** Junio/ 1998. Disponível em http://www.fazenda.gov.br/ucp/pnafe/cst/arquivos/bpp_tiat_esp.pdf . Acesso 12/25/2004

FERREIRA, Rubens da Silva. A sociedade da informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado. **Revista Ciência da Informação.**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 36-41, jan./abr. 2003

FREITAS, Henrique et al. **Metodologias, Estratégias e Soluções para exploração de dados quanti e qualitativos.** 2002. Disponível em <http://www.bducdb.ucdb.br/cursos/arquivos/191.pdf>. Acesso 30/05/2004.

FURTADO, Maria Inês Carvalho. **Inteligência Competitiva para o ensino superior privado:** Uma abordagem de Mineração de Texto. Tese de Doutorado em Engenharia Civil COPPE/ UFRJ.2004

GERMAN, Cristiano. Caminhos e descaminhos políticos para a sociedade de informação In: Wilke, J, et all. **Papers**, nº31. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer Stiftung,1997, p.31-51. Disponível em www.Lep.ibge.gov.br/arnaldo/sociedade-informação-política.doc. Acesso 18/09/2004.

GOLDRATT, Eliyeh M.A. **Síndrome do Palheiro:** Garimpando informação no oceano de dados. São Paulo: C.Fullmann, 1991.

GOMES, Elisabeth e BRAGA, Fabiane. **Inteligência Competitiva:** como Transformar informação em negócio Lucrativo. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

GOUZEE et. all. **Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável.** Ministério do Meio Ambiente. 1995. Site www.dga.min-amb.pt. Acesso 03/12/2005.

HOPE, Jeremy; HOPE Tony. **Competindo na terceira onda:** os 10 mandamentos da era da informação. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso 22/02/2006.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; LOPES, Alexsandro Broedel.(coordenadores). **Teoria Avançada da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação.** São Paulo: Atlas, 1999.

JARDIM, José Maria. A Construção do E-Gov no Brasil: Configurações Político-Informacionais. In: V ENCONTRO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO, 2004, Salvador/Ba. **Anais do V CINFORM.** Instituto de Ciência de Informação / UFBA. 2004. CR-ROM.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia científica.** 3.ed., São Paulo: Atlas, 1994.

LASTRES, H. M. M., ALBAGLI, S. (Org.). **Informação e globalização na era do conhecimento.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LASTRES, Helena M.M. **Informação e Conhecimento na nova ordem mundial.** CI, v.28,

n.1, p.1 -7, set./dez. 1999. Disponível em <http://www.ibict.br/cienciadainformcao/viewissue.php?id=23#Artigos>. Acesso em 25/03/2005.

LAVILLE, Cristian. **A construção do Saber**: Manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEONY, M. Graça Sá; RIBEIRO DOS SANTOS, Eurivaldo R.. **Programa Gestão de Inteligência Fiscal** – Projeto Cenários de Fraudes Fiscais. Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia. 2005 (documento interno).

LESCA, H.; FREITAS, H.; CUNHA JR., M. V. M. da. Como dar senso útil às informações dispersas e ações dos dirigentes: o problema crucial da inteligência competitiva através da construção de um "PUZZLE". **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v.2, n.2, edição n.3. Disponível em: <http://read.adm.ufrgs.br/read03/artigo/freitas.htm>. Acesso em: 11/04/2004.

LOH Stanley; WIVES Leandro Krug; OLIVEIRA, José Palazzo M. **Descoberta Proativa de Conhecimento em Textos**: Aplicações em Inteligência Competitiva. Programa de Pós-Graduação em Computação-PPGC/ UFRGS. 2000. Disponível em www.inf.ufrgs.br/~wives/publicacoes/iskmdm2000-1.pdf+link:RabBD3XOmM4J. Acesso 05/03/006.

LYRENE, Fernandes da Silva. **Integrando Padrões através de meta Modelos**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2002. <http://www.inf.puc-rio.br/~lyrene/dissertLy.pdf>. Acesso em 20/01/2006.

MACMULLIN, S.E.; TAYLOR, R.S. **Problem dimensions and information traits**. The Information Society, (1984). v.3, n. 1, p. 91-111. Disponível em <http://dici.ibict.br/archive/00000360/01/Novosparadigmasenovosusurios.pdf> Acesso em 15/07/2005

MARCO, Sueli Aparecida de. Inteligência Competitiva: Definições e Contextualização. **Revista Transinformação** do Departamento de Pós-graduação de Biblioteconomia da PUC de Campinas, vol. 11, n. 2, maio-agosto 1999, p.95-102.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**: Contabilidade empresarial. São Paulo: Atlas,2002.

McGEE, James V., PRUSAK, Laurence. **Gerenciamento Estratégico da Informação**: Aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica. 12ª.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994. 244p.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 2005,138p.

MILLER, Jerry P. **O milênio da Inteligência competitiva**. Miller e Business Intelligence Braintrust; trad. Raul Rubenich. Porto Alegre: Bookman, 2002.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ**. Comissão Técnica Permanente do ICMS – COTEPE. Disponível em <http://www.fazenda.gov.br/confaz/boletim/>. Acesso 06/02/2006

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - Secretaria de Comércio Exterior. Disponível em <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/secex/competencia.php>. Acesso 06/02/2006

MIRANDA, Antonio L. Carvalho et all. Os conteúdos e a Sociedade da Informação no Brasil. **Datagramazero** - Revista de ciência da informação, v.1,n.5, out. /2000.

MIRANDA, Antonio. **Ciência da Informação** -Teoria e Metodologia de uma área em Expansão. Elmira Simeão, organizadora. Brasília: Thesaurus, 2003. 212 p.

MOURA CAMPOS, Antonio Carlos. **Lineamentos para um projeto conceitual de criação do serviço de inteligência fiscal**. Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo. 1997. (documento interno)

OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de. **Sistemas de Informação versus Tecnologia da Informação**: um impasse empresarial. São Paulo: Érica, 2004.

PEREIRA DA SILVA; Helena. **Inteligência Competitiva na Internet**: Proposta de um Processo. Tese de doutorado Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina.2000.

PEREIRA, Mariza Faria Fidelis. **Gerenciamento da informação**: um diagnóstico da micro e pequena empresa industrial de Londrina. Dissertação - Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

PLATT NETO, Orion Augusto. **Painéis de indicadores contábeis para diagnóstico financeiro e fiscal de municípios**. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2002. Disponível em <http://teses.eps.ufsc.br/result.asp?Regs=10&&Form=3&Pag=3>. Acesso 20/08/05.

POLLONI, Eurico Guilio Franco. **Administrando Sistemas de Informação**: Estudo de Viabilidade. São Paulo: Futura, 2000.

POMBERT, Ania Torres. **El profesional de la información em la inteligência organizacional**. Disponível em: www.bvs.sld.cu/revistas/aci/vol10-5-02/aci02502.htm – Acesso: 08/08/2004.

PORTER, M. **Competição**: estratégias competitivas essenciais. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

QUIROGA, Lourdes Aja. **Gestión de información, gestión del conocimiento y gestión de la calidad en las organizaciones**. Disponível em http://bvs.sld.cu/revistas/aci/vol10_5_02/aci04502.htm. Acesso:10/05/2004.

REVISTA RUMOS. **Impostos: As muitas faces de uma questão complexa**. Ano 29, nº218, novembro-dezembro, 2004.

REVISTA VEJA. **Comércio Eletrônico**. nº3, edição 2005. Editora Abril.

ROSSETTI, José Paschoal (1941). **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 1997.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. Petrópolis: Vozes, 1986, 32 ed, 2004.

SÁ DIAS, Marcelo de. **Fraudes em Combustíveis**. Universidade Corporativa de Risco Empresarial – Brasileiro & Associados. 2003. Disponível em http://www.brasiliano.com.br/artigo_20030410_5.htm. Acesso: 01/02/2006.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA. **Caderno de Educação Tributária**. Programa PET-BAHIA, 2005, Módulo 1 e 6.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Acesso 25/03/2006.

SENGE, Peter M. **A dança das mudanças**: os desafios de manter o crescimento e o sucesso em organizações que aprendem. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SETZER, V. W. Dado, informação, conhecimento e competência. **DatagramaZero** - Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, n.0, dez. 1999. Disponível em: http://www.dgz.org.br/dez99/Art_01.htm. Acesso em: 15/04/2004.

SHIMIZU, Tamio. **Decisão nas organizações**: introdução aos problemas de decisão encontrados nas organizações e nos sistemas de apoio à decisão. São Paulo: Atlas, 2001.

SILVA, Alexandre Rodrigues. **Concepção de um sistema de inteligência competitiva para uma organização do setor de insumos e bens de produção do complexo agro industrial**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção-UFSCAR, 2005.

SILVA, Edna Lúcia da Silva; MENEZES, Estera Muszkat. Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2000.

SORDI, José Osvaldo de; CONTADOR, José Celso. A integração dos sistemas de informação à estratégia da organização por meio do modelo de campos e armas da competição. **Revista de Administração**, São Paulo, v.40, n.2, p.123-135, abri/maio/junho 2005.

SOUZA, Carlos R. Soares. Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia: um caso de transformação organizacional através da Tecnologia da informação. **VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002. Disponível em <http://www.google.com/search?sourceid=navclient&hl=pt>. Acesso 04/05/2005.

SOUZA, M. C de A. F. de S. **Pequenas e Médias empresas na reestruturação Industrial**. Brasília: SEBRAE, 1995.

STEWART, Thomas A. **Capital intelectual**: a nova vantagem competitiva das empresas. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SUN TZU. **A arte da guerra**. Martin Claret, São Paulo, 2004.

TARAPANOFF, K. et al. Sociedade da informação e inteligência em unidades de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.29, n.3, p.91-100, set./dez. 2000.

TARAPANOFF, K. M. A.. **Inteligência organizacional e competitiva**. 1. ed. Brasília - DF: Editora Universidade de Brasília, 2001. v. 1.

TARAPANOFF, K. M. A.. **Técnicas para Tomada de Decisão nos Sistemas de Informação**. Brasília: Thesaurus, 2002, 163p.

TARGINO, Maria das Graças; CASTRO Mônica M. M. R. N. de (Org.) **Desafiando os domínios da informação**. Teresina: EDUFIP, 2002.

TEIXEIRA FILHO, Jaime. **Gerenciando o conhecimento**. Rio de Janeiro: SENAC, 2000.

TERRA, José Cláudio C. **Gestão do conhecimento**: o grande desafio empresarial. São Paulo: Negócio, 2000.

TOFFLER, Alvin. **Powershift – As mudanças de poder**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

TORRES, Noberto. A. **Competitividade empresarial com a tecnologia de informação**. São Paulo: Makronbooks, 1995.

URDANETA, Paéz. **Gestión de la inteligencia, aprendizaje tecnológico y modernización del trabajo internacional. Retos y oportunidades**. Caracas: Instituto de Estudios del Conocimiento de la Universidad Simón Bolívar, 1992.

VALENTIN, Marta Ligia P. et al. O processo de Inteligência Competitiva em Organizações. **Datagama Zero**, RCI, v.4 n.3, junho/2000.

VALENTIN, Marta Ligia P. Inteligência Competitiva em Organizações: dado, informação e conhecimento. **Datagama Zero**, RCI, v.3 n.4, ago02.

VELASCO e CRUZ, Sebastião C. **Globalização, Neoliberalismo e o Papel do Estado**. Departamento de Ciências Políticas. UNICAMP. 1998.

WERTHEIN, Jorge. **A sociedade da informação e seus desafios**. CI. Inf. Brasília, v.29, n.2, p.71-77, maio /ago. .2000

WURMAN, R.S. **Ansiedade de Informação: Como transformar informação em compreensão**. 5ª ed. São Paulo: Cultura, 1995.

ANEXO A

| | |
|-----------------------------|---|
| Receitas Totais | são as receitas correntes e de capital previstas no orçamento do exercício financeiro. |
| Receitas Correntes | são as que se destinam ao atendimento dos gastos classificados como despesas correntes. |
| Receitas Tributárias | são as provenientes da cobrança de impostos, taxas e contribuições de melhoria. |
| Receitas Tributárias | são as provenientes da cobrança de impostos, taxas e contribuições de melhoria. |
| Icms | recursos financeiros provenientes da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. |

http://www.sefaz.ba.gov.br/administracao/prestando_contas_cidadao/index.htm

ANEXO B

**CAPÍTULO II
DO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS DO ESTADO DA BAHIA****SEÇÃO I****Da Constituição e Finalidade do Cadastro**

Art. 149. O Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado da Bahia (CAD-ICMS) tem por finalidade a habilitação para o exercício dos direitos relativos ao cadastramento e o registro dos elementos de identificação, localização e classificação do sujeito passivo e respectivos titulares, sócios, responsáveis legais, condôminos e contabilistas.

Art. 150. Inscrever-se-ão no Cadastro de Contribuintes, antes de iniciarem suas atividades:

I - na condição de CONTRIBUINTE NORMAL:

- a)** os comerciantes e os industriais;
- b)** os agricultores e os criadores de animais, quando constituídos como pessoas jurídicas;
- c)** os extratores e os beneficiadores de substâncias vegetais, animais, minerais ou fósseis, quando constituídos como pessoas jurídicas;
- d)** as empresas geradoras e distribuidoras de energia, inclusive os agentes comercializadores de energia elétrica;
- e)** as empresas de transporte interestadual ou intermunicipal de bens, de mercadorias, de valores, de passageiros, de turistas ou de outras pessoas;
- f)** as empresas concessionárias de serviços de comunicação;
- g)** as cooperativas;
- h)** os leiloeiros;
- i)** as empresas de construção civil, quando legalmente consideradas contribuintes do ICMS (art. 36 e art. 543);
- j)** as empresas prestadoras de serviços compreendidos na competência tributária dos Municípios, quando os serviços envolverem fornecimento de mercadorias, com incidência do ICMS expressa na "Lista de Serviços" (Anexo 1), bem como as empresas prestadoras de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios, quando tais serviços também envolverem fornecimento de mercadorias;
- l)** os fornecedores de alimentação, bebidas e outras mercadorias;
- m)** os frigoríficos;
- n)** os depósitos fechados;
- o)** as demais pessoas jurídicas de direito público ou privado que praticarem, com habitualidade:

- 1 - operações relativas à circulação de mercadorias;
- 2 – prestações de serviços de transporte interestadual ou intermunicipal;
- 3 – prestações de serviços de comunicação.

II - na condição de MICROEMPRESA, as pessoas jurídicas que preencherem os requisitos e optarem pelo tratamento previsto no SimBahia (arts. 383-A e seguintes);

III - na condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE, as pessoas jurídicas que preencherem os requisitos e optarem pelo tratamento previsto no SimBahia (arts. 383-A e seguintes);

IV – na condição de AMBULANTE, as pessoas físicas que preencherem os requisitos e optarem pelo tratamento previsto no SimBahia (arts. 383-A e seguintes);

V - na condição de CONTRIBUINTE ESPECIAL:

a) as companhias de armazéns gerais;

b) as pessoas jurídicas não obrigadas a inscreverem-se mas que, por opção própria, requererem inscrição, inclusive:

- 1 - as empresas legalmente habilitadas a operar como arrendadoras nas operações de arrendamento mercantil (“leasing”);
- 2 - as empresas de construção civil, quando não consideradas legalmente contribuintes do ICMS (art. 36 e art. 543);
- 3 - os estabelecimentos gráficos quando confeccionarem, exclusivamente, impressos mediante encomenda direta dos respectivos clientes.

VI - na condição de CONTRIBUINTE SUBSTITUTO, os contribuintes de outra unidade da Federação que efetuarem remessas de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária para contribuintes estabelecidos no Estado da Bahia, observado o disposto em convênios e protocolos dos quais a Bahia seja signatária (art. 377).

Parágrafo único. O estabelecimento não inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS será considerado clandestino, ressalvados os casos em que seja dispensada a inscrição cadastral.

Art. 151. São dispensados de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS as pessoas físicas não equiparadas a comerciantes ou a industriais, que se dedicarem à agricultura, à criação de animais ou à extração de substâncias vegetais, animais, minerais ou fósseis, sendo-lhes facultada a inscrição na condição de Produtor Rural com apuração do imposto pelo regime sumário ou pelo regime SimBahia Rural.

ANEXO C

CAPÍTULO III
DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA POR DIFERIMENTO E DA SUBSTITUIÇÃO
TRIBUTÁRIA POR ANTECIPAÇÃO

SEÇÃO I
Da Substituição Tributária por Diferimento

SUBSEÇÃO I
Das Disposições Gerais

Art. 342. A substituição tributária por diferimento diz respeito às situações em que, segundo a lei, a responsabilidade pelo pagamento do imposto incidente sobre determinada operação ou prestação efetuada no presente é transferida para o adquirente ou destinatário da mercadoria ou do bem, ou ao usuário do serviço, na condição de sujeito passivo por substituição vinculado a etapa posterior, ficando adiados o lançamento e o pagamento do tributo para o momento em que vier a ocorrer determinada operação, prestação ou evento expressamente previstos pela legislação.

Da Substituição Tributária por Antecipação e das Demais Hipóteses de Pagamento por
Antecipação

SUBSEÇÃO I
Das Disposições Gerais

Art. 352. Ocorre a antecipação do lançamento e do pagamento do ICMS sempre que for exigido o recolhimento do imposto em função da realização de determinada operação ou prestação subseqüentes expressamente previstos pela legislação, e compreende:

I - a substituição tributária por antecipação, que diz respeito às hipóteses em que, segundo a lei, a responsabilidade pelo pagamento do imposto que seria devido pelo contribuinte é transferida para terceiro, sendo exigida mediante a retenção do imposto pelo responsável;

ANEXO D

Art. 383-A. O Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SimBahia) consiste no tratamento tributário diferenciado e simplificado a ser dispensado:

I - à microempresa;

II - à empresa de pequeno porte;

III - ao ambulante.

Parágrafo único. É facultativa a adoção do tratamento de que cuida este artigo.

SEÇÃO II-A Dos Critérios para Adoção do SimBahia

Art. 384-A. Para fins de adoção do tratamento tributário de que cuida o SimBahia, considera-se:

I - microempresa o contribuinte cuja receita bruta no ano anterior seja igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);

II - empresa de pequeno porte o contribuinte cuja receita bruta no ano anterior seja superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais);

III - ambulante a pessoa física, sem estabelecimento permanente, que, por conta própria e a seus riscos, portando o seu estoque de mercadorias, com ou sem utilização de veículo, exerça pessoalmente atividade de comércio varejista de pequena capacidade contributiva, na condição de barraqueiro, feirante, mascate, sacoleiro, tenda, cantina e semelhantes, cujo valor das aquisições de mercadorias no ano anterior seja igual ou inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

§ 1º Por receita bruta entende-se o somatório dos valores das operações e dos serviços de transportes e comunicações de todos os estabelecimentos da empresa no período considerado, sendo que:

<http://sinter82.sefaz.ba.gov.br/cgi->